

NOVOS RUMOS

ANO II

Rio de Janeiro, semana de 6 a 12 de maio de 1960

Nº 64

Diretor — Mário Alves

Redator-Chefe — Orlando Bomfim Jr.

Gerente — Guttemberg Cavalcanti

UNIÃO PARA DERROTAR O CLUBE DA LANTERNA

(Leia em Panorama na 3ª pág. do 1º caderno)

Os Bandidos da "Sala Verde"

Luiz Ernesto Jr. conta na oitava página do primeiro caderno o drama de Caryl Chessman

Kruschiov inédito

CONTA SUA VIDA

Reportagem de PIERRE COURTADE, exclusiva no Brasil para NOVOS RUMOS (Na 1ª página do 2º caderno)

Primeiro de maio foi comemorado pelos trabalhadores

As comemorações do Dia Primeiro de Maio refletiram uma nova etapa no desenvolvimento da luta dos trabalhadores pela sua unidade e conquista da autonomia e liberdade sindicais. Quatro importantes conclaves sindicais realizaram-se no calor dos preparativos para os festejos do Dia do Trabalhador. Foram os congressos dos trabalhadores de São Paulo, Estado do Rio, Santa Catarina, Paraná e Pernambuco. Essas e outras realizações de processaram independentemente da influência ministerial e patronal, sendo marcadas pela seriedade com que os trabalhadores debateram os seus problemas e formularam as suas reivindicações. Leia na 6ª página do 2º caderno.

BB ajuda os trustes a liquidarem com a indústria farmacêutica

As empresas genuinamente nacionais que operam no ramo da indústria farmacêutica marcham lentamente para sua completa liquidação em consequência da crescente pressão e concorrência que vêm sofrendo da parte dos trustes internacionais do mesmo ramo, particularmente os de origem norte-americana, que atuam livremente em nossa pátria. Os trustes norte-americanos que monopolizam quase completamente a indústria farmacêutica no Brasil contam, para a concretização de seus planos de completo domínio do mercado, com a conivência do Governo e a ajuda valiosa do Banco do Brasil. (Leia na 6ª página do 1º caderno, completa reportagem sobre o assunto).

Você pode estudar em Moscou

UMA oportunidade excepcional é agora oferecida aos jovens de América Latina, Ásia e África: estudar em Moscou, numa nova universidade para quatro mil alunos criada por várias instituições soviéticas especialmente para a juventude dos países subdesenvolvidos. Os cursos da Universidade da Amizade dos Povos formarão engenheiros, médicos, agrônomos, matemáticos, físicos, economistas, historiadores, lingüistas, doulares em direito. A duração dos cursos será, para uns, de quatro e para outros de cinco anos. Os que estudarem na nova universidade nenhuma despesa farão, pois terão pagas as passagens de ida-e-volta, a estada em Moscou. Na pág. 6 do 1º caderno.

O sr. Carvalho Pinto quer mesmo fazer a reforma agrária?

Os jornais empenhados na propaganda do sr. Jânio Quadros têm feito força para apresentar o projeto de «reforma da estrutura agrária» apresentado pelo governador Carvalho Pinto como uma grande e revolucionária iniciativa. Chegam mesmo a dar ao projeto um caráter radical, medida capaz de resolver em definitiva os problemas dos homens do campo, etc., etc. Pretendem, assim, atrair para a candidatura Jânio Quadros, através dos elogios ao governador janista, a simpatia dos setores da opinião pública favoráveis à reforma agrária. Veja, porém, no artigo de autoria de Eros Trench, publicado na 2ª página do 2º caderno, o que vem a ser a reforma agrária do sr. Carvalho Pinto.

E 14 anos depois veio o II Congresso Sindical Paulista

Os trabalhadores do Estado de São Paulo realizaram o seu II Congresso Sindical, 14 anos após a promoção do último Congresso. O conclave, refletindo os anseios de mais de um milhão de trabalhadores paulistas, aprovou uma plataforma geral de reivindicações, situando a posição do movimento sindical bandeirante face aos problemas das massas laboriosas e do país. Os paulistas repudiaram as manobras continuistas, reafirmaram a sua posição nacionalista e manifestaram-se pela convocação, para julho próximo, do Congresso Sindical Nacional dos Trabalhadores. Leia reportagem na 2ª página deste caderno.

Tribuna de Debate

Prossegue nas páginas 3 e 4 do 2º caderno, o debate das "Teses para Discussão" e do Projeto de Estatutos do Partido Comunista. Neste número com artigos de Maurício Grabois, Carlos Danielli, Pedro Pomar e José Vicente.

Lott e a Legalidade do PCB

MÁRIO ALVES

RESPONDENDO a um popular, que o interpelou no comício de Recife, disse o marechal Lott ser contrário à legalidade do Partido Comunista «enquanto for orientado por uma potência estrangeira». Essa resposta demonstra o quanto está imbuído de preconceitos retrógrados o candidato das forças nacionalistas.

Os comunistas estão convencidos da necessidade de manter a união das correntes antiimperialistas em face do inimigo comum. Para isto é indispensável ter clareza sobre as nossas discordâncias. O principal, porém, é salientar aquilo que nos une — o programa nacionalista e democrático em que deve basear-se a campanha do marechal Lott. Se o nosso candidato insiste em acentuar os pontos de divergência, não nos resta senão discutir. Mas nosso objetivo nessa discussão é somar forças, e não dividi-las. Não faremos o jogo do janismo, que pretende explorar as discrepâncias no campo nacionalista para levar ao poder o candidato dos trustes.

MARECHAL Lott e alguns outros nacionalistas erram ao supor que a legalidade do PC é uma exigência exclusiva dos comunistas. No mundo de hoje, a existência legal do partido marxista tornou-se um sinal indicativo da vigência da democracia. Somente nos países onde sobrevive o espectro do fascismo o PC é considerado ilegal: na Espanha, em Portugal, no Paraguai, na República Dominicana, ou na Alemanha Ocidental das perseguições anti-semitas e na Argentina subjugada pelo entreguismo. Prefere o marechal Lott situar o Brasil no rol desses países tiranizados, ou ao lado dos países democráticos, que reconhecem o direito de associação aos comunistas?

NENHUM governo das democracias capitalistas ousaria colocar fora da lei o PC, sob a alegação de ser orientado por uma potência estrangeira. Os operários e a opinião democrática desses países repeliriam indignados tal acusação. Porque a orientação dos Partidos Comunistas é elaborada à luz do dia, em debates públicos entre os militantes,

como o que se trava agora nas fileiras do PCB e através das colunas deste jornal.

NÃO há partido mais nacional do que o Partido Comunista, porque nenhum é mais popular. Nenhum tem raízes tão fundamente plantadas no próprio cerne da nação, que é o povo trabalhador. Um partido que merece a confiança dos trabalhadores, porque luta por suas aspirações, não pode ser acusado de se guiar por interesses que não se identifiquem aos do povo brasileiro. Ou o marechal Lott chegaria ao absurdo de supor que a população trabalhadora de Recife, os milhares de patriotas que votam com o PC e que assistiam ao seu comício, seriam capazes de seguir uma orientação que não correspondesse aos interesses nacionais?

CANDIDATO nacionalista confunde a solidariedade internacional da classe operária com uma suposta «subordinação à União Soviética». Nós, comunistas brasileiros, somos solidários com os trabalhadores de todo o mundo e com os países que constroem uma sociedade livre da exploração e da injustiça social. Guiamo-nos pelos princípios teóricos marxistas, que têm valor universal porque expressam os interesses comuns da classe operária. Mas a política dos comunistas brasileiros é traçada por nós próprios, de acordo com a realidade de nosso país.

PROVA de que os comunistas são verdadeiros patriotas, está precisamente em seu apoio à candidatura do marechal Lott. Embora o candidato, nacionalista insista em proclamar-se anticomunista, pomos de lado nossas divergências ideológicas e o apoiamos, convictos da necessidade de cerrar fileiras para impedir a vitória de Jânio Quadros — candidato da oligarquia entreguista de São Paulo, da reação laicista, da imprensa dos trustes.

QUANTO à legalidade do PCB, continuaremos a lutar por essa reivindicação democrática, que as massas trabalhadoras e populares hão de tornar vitoriosa, apesar de todas as incompreensões e preconceitos retrógrados.

CONGRESSO SINDICAL PAULISTA DEFENDE AUTONOMIA

Trabalhadores Podem Andar Com os Seus Próprios Pés

Reportagem de JOAO MASSENA MELO

Os trabalhadores do Estado de São Paulo, reunidos em seu II Congresso Sindical, saudaram calorosamente o vice-presidente da República, sr. João Goulart, quando o mesmo anunciou a revogação das portarias ministeriais que violavam as liberdades sindicais, determinando a prorrogação, até 1962, dos atuais mandatos dos dirigentes das entidades dos trabalhadores. Mas à sua saudação inicial os congressistas juntaram um protesto veemente contra a tentativa de introdução de política partidária nos sindicatos, fazendo um apelo ao deputado Oswaldo Lima Filho para que o mesmo retire o projeto de sua autoria que se encontra na Câmara Federal.

A atitude de independência dos trabalhadores paulistas e de vigilância em defesa das liberdades sindicais e democráticas não ficou aí. Manifestaram-se também, por unanimidade, contra as manobras continuistas, visando a adiar as eleições presidenciais de 3 de outubro. Nesse sentido, o II Congresso resolveu «reafirmar sua posição intransigente na defesa dos postulados democráticos inseridos na Constituição da República e pela realização das eleições no dia 3 de outubro».

O II Congresso Sindical dos Trabalhadores do Estado de São Paulo, que se realizou de 27 a 30 de abril, com a participação de 1.500 delegados, re-

presentando cerca de 200 entidades sindicais, reafirmou uma posição de princípios nacionalista, coerente com a plataforma aprovada na II Conferência Sindical Nacional.

Sugestões para a reforma agrária

Todos eu, pelo menos, quase todos os problemas das massas trabalhadoras paulistas foram debatidos no conclave. A questão da reforma agrária, entretanto, se destacou como um dos assuntos mais palpitantes. Os trabalhadores criticaram o projeto do governador Carvalho Pinto enviado à Assembleia Legislativa do Estado, e afirmaram, após vários debates, que o referido projeto é inteiramente inócua, que os seus objetivos só serão alcançados se forem introduzidas nele as seguintes modificações: 1) o preço das terras a serem desapropriadas pelo Estado deve ser calculado na base do valor declarado para fins fiscais, mais o valor das benfeitorias; 2) o preço das terras de Estado vendidas em lotes não deverá ser superior a dez por cento do preço médio das terras particulares da região; 3) aumentar de 10 para 20 anos o prazo para pagamento dos lotes; 4) elevar o preço para início da exploração do imóvel; 5) o pagamento da primeira prestação deverá ser feito no final de ano agrícola; 6)

as prestações anuais deverão ser calculadas de modo que o adquirente pague, nos primeiros cinco anos, 20% do preço total nos dez anos seguintes, 50% do preço total, e nos últimos cinco anos, os restantes 30%; 7) redução da taxa de juros de seis para 4%; 8) elevar de dois para três o número de prestações não pagas, para o fim de rescisão do contrato, ficando o Estado, porém, obrigado a pagar o valor das benfeitorias realizadas; 9) será facultado ao adquirente pagar suas prestações em produtos, pelo seu justo valor; 10) serão destinados à desapropriação não apenas os recursos provenientes do Imposto Territorial Rural, que representa parcela insignificante da arrecadação; 11) adotar as seguintes taxações progressivas para as propriedades: de mais de 50 até 100 hectares — 2%, de 100 até 500 — 3%, de 500 até 1.000 — 6%, de 1.000 até 5.000 — 7%, de mais de 5.000 — 8%; 12) considerar equiparadas às áreas cultivadas apenas as pastagens formadas e em boa conservação, as matas naturais e as ocupadas com benfeitorias; 13) iniciar o restabelecimento das terras devolutas, liberando-se da usuração dos grilheiros e garantindo-se a posse por lavrador até 50 hectares. O II Congresso recomendou ainda a imediata reavaliação das propriedades, para o fim do lançamento do Imposto Territorial Rural.

Sobre as liberdades

Denunciando as manobras contra a realização da próxima pleite eleitoral, e os atentados às liberdades sindicais, os trabalhadores decidiram: denunciar toda e qualquer atividade contra as eleições de 3 de outubro; intensificar a luta pelos direitos democráticos e sindicais, incrementando, sobretudo, a luta contra a carestia da vida, por aumento de salários e pela revisão dos atuais níveis de salário mínimo. Outras resoluções foram adotadas pelos trabalhadores paulistas, todas elas em consonância com a plataforma geral estabelecida na II Conferência Sindical Nacional.

Problemas econômicos

Afirmando que a luta contra o subdesenvolvimento e pela industrialização do país só é possível em bases nacionalistas, o congresso aprovou, entre outras, as seguintes recomendações: pelo monopólio estatal do petróleo, contra manobra e acordos que firmam a Petrobrás e pela nacionalização da distribuição de seus produtos; pela aprovação dos Projetos que criam a Petroquímica e a Dispetrel; pela criação da indústria nacional de energia elétrica, na forma prevista no Projeto de criação da Eletrobrás; pela nacionalização dos frigoríficos estrangeiros, campos de inverno, em defesa intransigente dos pequenos criadores e pecuaristas nacionais; pela nacionalização efetiva e incremento da indústria dos transportes aéreos e marítimos; pela limitação e disciplina da remessa de lucros e «royalties» para o exterior; pela nacionalização dos bancos; pela expansão do nosso intercâmbio comercial e estabelecimento de relações diplomáticas com todos os países do mundo; apelar à nossa representação na ONU para que envie esforços para uma rápida solução da questão de Berlim e dos demais problemas que ameaçam a paz entre os povos; pelo repúdio ao projeto que cuida dos Diretores e Bases da Educação; pelo direito de voto ao analfabeto, às praças de pré, aos trabalhadores do grupo de transporte em viagem ou fora da circunscrição eleitoral.

Unidade sindical

O Congresso representou um importante passo à frente para a unidade e organização dos trabalhadores. O Conselho Sindical do Estado de São Paulo saiu plenamente vitorioso, confirmando a legitimidade de sua existência. Ficará agora, por sua conta, a importante tarefa de coordenar e controlar a aplicação das decisões adotadas pelos trabalhadores paulistas. Para que essa função seja exercida com eficiência, foi eleita uma comissão que elaborará os novos estatutos da entidade, a fim de torná-los mais democráticos.

Os paulistas salientaram que é preciso que as forças ativas de proletariado defendam o princípio de liberdade e autonomia sindicais. Os trabalhadores já estão em condições de dirigir suas entidades sindicais independentemente de qualquer intervenção ministerial. Devem aprovar estatutos de acordo com os seus interesses próprios. A filiação a entidades internacionais não deve ser restringida, mas ser um direito reconhecido aos órgãos sindicais que os representam.

Considerando a necessidade de debate em escala nacional dos problemas do movimento operário e trabalhadores paulista aprovaram uma recomendação no sentido de que seja convocado o Congresso Nacional dos Trabalhadores para 14 de julho próximo.



Eles querem paz em Berlim e no mundo

Refletindo os anseios dos trabalhadores de todo o país, o II Congresso Sindical de São Paulo enviou um apelo à nossa representação na ONU, para que envie esforços para a solução do problema de Berlim.

Thorez Faz 60 Anos: Prestes Cumprimenta

Por motivo da passagem do 60º aniversário de Maurice Thorez, secretário-geral do Partido Comunista Francês, o dirigente comunista brasileiro Luiz Carlos Prestes enviou a seguinte carta ao grande combatente pelo progresso e o socialismo na França:

Rio de Janeiro, 9 de abril de 1960
Querido Camarada Maurice Thorez,
Por ocasião de seu 60º aniversário, queira receber nossos cumprimentos fraternos e nossos votos de saúde, longa existência e trabalho fecundo. Os trabalhadores do Brasil sabem que todas as suas energias estão, permanentemente, a serviço da classe operária e do conjunto da nação francesa, a serviço da causa mundial da paz, da unidade do movimento operário e comunista e do avanço do movimento nacional e democrático, no sentido do socialismo.

Os comunistas brasileiros acompanhamos, com interesse particular, a rica experiência da classe operária da Fran-

ça e de seu Partido Comunista, na luta pela unidade das forças de democracia, de paz e de progresso social, tendo em vista uma paz negociada na Argélia, a restauração e a renovação da democracia e a limitação do poder dos trustes em seu país; pela cessação da guerra fria e a supressão da ameaça revanchista que o imperialismo alemão faz pesar, novamente, sobre a Europa. Apreciamos altamente, a maneira como o Partido Comunista Francês soube se integrar e vincular à vida nacional e ao movimento democrático de seu país e, ao mesmo tempo, desenvolver sua fidelidade inabalável à classe operária, à pureza de marxismo-leninismo, à prática de internacionalismo proletário.

Reiterando nossos cumprimentos, extensivos ao Comitê Central de seu grande Partido, a todos os militantes e à classe operária francesa, subscrevemos, fraternalmente,
Luiz Carlos Prestes»

Defende Teu Direito

Férias — A decisão recorrida assentou que as gratificações habitualmente concedidas integram o cálculo das férias do trabalhador horista. — O acórdão trabalhista, com esse entendimento, longo de violar a lei, obedeceu ao preceito legal que disciplina a matéria e, ainda, decidiu de acordo com a orientação jurisprudencial deste Supremo Tribunal. Ac. STJ, 1ª Turma (Rec. ext. 43.938). Relator: Ary Franco.

Não é possível ao empregador que não concedeu férias ao empregado no devido tempo, ao pagá-las em dobro, obrigar o empregado a se afastar do serviço sem percepção dos salários. Tal prática frustraria a aplicação do disposto no art. 143, parágrafo único, da Consolidação das Leis do Trabalho. Ac. TST, 3ª Turma (Proc. 3.784/55). Relator: Jonas de Carvalho.

Se o art. 149 da Consolidação diz que o empregado, em gozo de férias, terá direito à remuneração que perceber quando em serviço; se o § 1º deste artigo acrescenta que, quando o salário for pago por diárias, horas, etc., se tomará por base a média percebida no período correspondente às férias a que tem direito o empregado; e se a lei assegura um salário mínimo, a certa será concluir-se que, observado sempre esse salário como base, a média percebida pelo empregado, atendidos os dias e horas em que efetivamente trabalhou, é que há de prevalecer para o cálculo das férias, pois, de outro modo, o citado § 1º resultaria inaplicado. Ac. STJ, 1ª Turma (rec. ext. 43.811). Relator: Luiz Gallotti, "Ementário Trabalhista", fevereiro de 1960.

Podem a empresa fazer o empregado entrar em gozo das férias, embora já as tenha pago em dobro, por não concedidas em tempo oportuno. Ac. TST, 1ª Turma (Proc. 2.259/59). Relator: Rômulo Cardim.

Nos termos do art. 133, d, da Consolidação, o empregado só perde direito a férias quando receber auxílio-feriidade por período superior a seis meses, embora descontínuos. Ac. TST (Proc. 7.333/55). Relator: Caldeira Neto.

Os dias de gozo de benefício pelo Instituto de Previdência não interrompem nem dilatam o período aquisitivo das férias, mas não podem ser considerados como de efetivo trabalho, à disposição do empregador. Ac. TST, 2ª Turma (Proc. 3.554/57). Relator: Thelmo Monteiro.

Só terá direito a 30 dias de férias o empregado que durante o período aquisitivo, não tenha dado mais de seis faltas ao serviço. Não importa tenham sido estas motivadas por acidente no trabalho, de vez que a lei prevê expressamente a hipótese de faltas justificadas como determinantes da redução dos dias de férias. Ac. TST, 1ª Turma (Proc. 2.511/55). Relator: Rômulo Cardim.

Para o cálculo das férias do empregado tarefeiro, toma-se por base a média dos salários percebidos nos últimos doze meses antecedentes à data em que deverá entrar em gozo da licença remunerada. Ac. TRT, 2ª Região (Proc. 1.934/57).

Em se tratando de diarista, o cálculo das férias deve ser feito de acordo com a média salarial auferida no período aquisitivo. Ac. TST, 2ª Turma (Proc. 1.286/57). Relator: Thelmo Monteiro.

B. Colheiros Bomfim



Paulistas apóiam a revolução cubana

A moção de solidariedade à revolução cubana foi aprovada de pé pelos delegados ao II Congresso Sindical dos Trabalhadores do Estado de S. Paulo, que se encerrou na noite de 30 de abril, com a presença de inúmeras personalidades. Na foto, a mesa que presidiu a sessão.

Nota Sindical

Autonomia e Unidade no Primeiro de Maio

O ministro Baista Ramos correu de Jango a JK, ouviu o ex-Ministro do Trabalho, conferenciou com o sr. Armando Falcão, e acabou revogando as portarias que prorrogavam, até fevereiro de 1962, os mandatos dos atuais diretores dos sindicatos, federações e confederações de empregados e de empregadores. Não tinha outro jeito. As manifestações do movimento operário, partidas de todo o país, contra as referidas portarias, foram tão grandes, unânimes e imediatas que deixaram desarranjada toda a equipe de técnicos da prorrogação. Fato curioso é que ninguém quis ser o pai da criança. Até mesmo o ex-ministro Fernando Nóbrega, que deu à luz os monstros, apressou-se, depois do sepultamento dos mesmos, a dizer que tudo não passara de um lamentável colchilo seu, assinando coisas que apareceram, colocadas matreiramente sobre a mesa do seu gabinete, ao apagar das luzes de sua passagem pelo Ministério do Trabalho.

A verdade é que os embusteiros do movimento operário tiveram mais um testemunho eloqüente da decisão dos trabalhadores de defender, com energia, a liberdade e a autonomia sindicais.

Mas os trabalhadores nesse 1º de Maio não ficaram apenas na reprimenda vitoriosa ao que eles chamaram de "intervenção branca nos sindicatos". Outros exemplos que atestam a sua decisão de manter o movimento sindical autônomo, e unido, livre da tutela ministerial e patronal, foram dados em todo o país. Aqui, no Estado da Guanabara, foi o próprio vespertino "O Globo" quem reconheceu o fracasso completo das comemorações oficiais programadas pelo SESI e Departamento de Turismo da Prefeitura para o 1º de Maio. A missa prevista para às 9 horas, no campo de São Cristóvão, pelo tom da notícia, parece que só contou com o comparecimento do fiel Mário Saladini, diretor do Departamento de Turismo e do próprio vigário da paróquia local. Até o sacristão teria faltado.

Enquanto isso, os trabalhadores cariocas participavam das comemorações programadas pelos seus sindicatos. No Palácio do Metalúrgico, os dirigentes de todos os ramos profissionais, acompanhados de grande massa de operários, davam um balanço nas suas atividades, traçando normas para tornar mais forte e atuante o movimento sindical.

Nos Estados de São Paulo, de Pernambuco (com representantes do Norte e Nordeste), de Santa Catarina, Paraná e Rio de Janeiro, os trabalhadores reuniram-se em congressos, passando em revista os seus problemas. Todos esses conclaves, que se encerraram na data magna dos trabalhadores, foram unânimes na aprovação de uma plataforma de luta na qual se inclui a participação do movimento sindical na batalha contra o subdesenvolvimento do país e pela solução democrática e nacionalista para os seus problemas. A convocação do Congresso Sindical Nacional para o próximo mês de julho foi uma das resoluções constantes dos últimos conclaves. Esse fato demonstra que os trabalhadores, do norte ao sul do país, sentem a necessidade de coordenar as suas lutas, marchando com os seus próprios pés para a conquista das suas reivindicações econômicas, políticas e sociais.

Nilson Azevedo

Estudos Sociais

Nº 7

Já se encontra à venda em todas as bancas do Rio de Janeiro e São Paulo.

Cr\$ 30,00

O SINDICATO DOS PROFESSORES DO RIO DE JANEIRO, envia nesta gloriosa data, sua saudação fraternal a todos os trabalhadores, particularmente ao professorado brasileiro..

Estado da Guanabara, 1º de maio de 1960

Bayard Demaria Boiteux

Hélio Marques da Silva

Elson Carlos de Souza

Levy Borborema Pôrto

Walter Ribeiro Lemos

Silvio Ferba Costa

Panorama Acabar Com a Lenda da Lanterna

Falcão é o Articulador da Manobra Continuista

Criou-se nos últimos anos — e vem sendo cuidadosamente mantida pela imprensa reacionária — uma lenda política: a de que o Rio de Janeiro é um baluarte invencível do udenismo...

Agora, conquistada pelos cariocas a sua autonomia política com a formação do Estado da Guanabara — apesar da absoluta omissão de Carlos Lacerda e de todas as dificuldades criadas pelos seus liderados udenistas — surge a oportunidade não só para se comprovar que é mesmo uma lenda o suposto poderio udenista, mas também para se afirmar em sua plenitude a autêntica tradição democrática e progressista da população de nosso antigo Distrito Federal.

É verdade que uma série de fatores negativos contribuíram para dar ao Clube da Lanterna uma aparência de força que ele de fato não possui: a dispersão das forças que têm raízes populares, o carterismo desenfrado de vários políticos, a corrupção vergonhosa que vem marcando a Câmara e a antiga Prefeitura do Rio — diabólicamente aproveitada pela demagogia udenista —, além da incúria com que as sucessivas administrações vêm encarando os problemas mais sentidos do povo: água, abastecimento, esgotos, transportes, etc.

Os setores antigolpistas da Guanabara estão em condições de impor ao lacerdismo uma derrota esmagadora. Isso depende apenas de não se reproduzirem, em outubro, os erros cometidos de outras vezes. A dispersão de forças, por exemplo. E, nesse sentido, é necessário apontar desde já a responsabilidade que assumem certos políticos que, mal se iniciam os entendimentos, ameaçam com as suas candidaturas, sejam ou não aceitas pelos respectivos partidos. Esse parece ser o caso, por exemplo, do deputado Rubens Bernardo, que ainda recentemente se submeteu ao lamentável papel de disputar com o deputado Sérgio Magalhães a vice-presidência da Câmara, retirando-lhe nada menos de 30 votos.

Os políticos da Guanabara encontram-se diante de uma grave responsabilidade: não permitir, que, devido a interesses de grupo ou domínio político do antigo Distrito Federal, isso seria fazer da Cidade Maravilhosa um baluarte da reação política e da submissão aos trustes norte-americanos.

Almir Motos

Apesar dos desmentidos do ministro Armando Falcão e das declarações do próprio presidente Kubitschek, a verdade é que foi tentada — e ainda não pode ser considerada de todo extinta — a manobra de uma emenda à Constituição com o fim de afastar a candidatura do marechal Teixeira Lott. Dependendo de como reagissem o Parlamento, as forças armadas e a opinião pública, tanto podia tratar-se de um mandato-tampão como de um dispositivo que permitisse abertamente a reeleição do presidente da República.

Os desmentidos não convencem. No que se refere aos pronunciamentos do sr. Armando Falcão, além do tom sibilino em que foram feitos, faltava ao seu autor um mínimo de autoridade moral para que nêles se acreditasse. No final das contas, era o próprio ministro da Justiça que se achava à frente do jogo, realizando sondagens e preparando o «clima favorável» entre as forças políticas.

Apesar dos desmentidos do ministro Armando Falcão e das declarações do próprio presidente Kubitschek, a verdade é que foi tentada — e ainda não pode ser considerada de todo extinta — a manobra de uma emenda à Constituição com o fim de afastar a candidatura do marechal Teixeira Lott.

É provável que, chocando-se com a pressão encontrada tanto entre os partidos e a opinião pública como na área militar, a onda continuista tenha refluído. Mas que ela existe, não há dúvida.

Os pretextos

Os continuistas alegam dois pretextos principais:

- 1º) o suposto declínio da candidatura Lott; 2º) a necessidade de recorrer a expedientes como o continuismo para assegurar a continuidade do desenvolvimento econômico do país, no pressuposto de uma vitória de Jânio.

São falsos ambos os pretextos. Em primeiro lugar, se a candidatura do marechal Lott não está avançando como pode e deve avançar, a maior responsabilidade cabe exatamente às cúpulas dos partidos governistas que não decidiram ainda lançar as suas agremiações — o PSD e o PTB — numa verdadeira campanha de massas.

le que já se poderia constatar, inclusive em face da crise profunda que lavra no seio do janismo e que determina o evidente declínio da candidatura entreguista de Jânio. Esse retraimento das cúpulas partidárias não é, aliás, casual. Tudo indica, ao contrário, que o seu objetivo sempre foi este: o de dar a impressão de ser a candidatura Lott inconsistente e justificável-se, assim, a tão desejada «reformulação do quadro sucessório».

O segundo pretexto é igualmente falso. As forças mais esclarecidas do povo brasileiro estão certas de que com a vitória da candidatura Lott não só será impulsionado o desenvolvimento econômico do Brasil, mas ao mesmo tempo poderão ser corrigidas sérias deformações que hoje se verificam sob o governo de JK, resultantes das sucessivas capitulações do sr. Kubitschek em face dos monopólios norte-americanos.

Embora pareça ter havido um recuo, a verdade é que não se pode considerar desmontada a manobra continuista — perigo que persistirá enquanto estiverem ocupando suas atuais posições homens como o ministro Armando Falcão.

As forças nacionalistas e populares não podem, por isso, arrefecer a sua vigilância e a sua combatividade. Ao povo o que interessa é a realização do pleito a 3 de outubro, com a vitória da candidatura nacionalista do marechal Teixeira Lott.

É precisamente em nome do desenvolvimento independente do Brasil, da luta por sua emancipação econômica e política e da elevação do nível de vida das massas trabalhadoras que as forças nacionalistas denunciam e combatem as manobras continuistas.

Reação

Já aos primeiros indícios da onda continuista, articulou-se entre diversos parlamentares, no movimento operário e em círculos militares a reação à trama armada pelo ministro Falcão. Sabe-se que o sr.

Falcão chegou a sondar o marechal Denys, não tendo coragem para ir avante devido à pronta reação oferecida pelo ministro da Guerra.

Quando ao Congresso, as articulações do sr. Falcão levaram as diversas bancadas à decisão de reunir-se a Câmara, de qualquer forma, no dia 2, existindo entre vários deputados a tendência a não permitir que as manobras continuistas encontrem cobertura no Parlamento.

A posição dos trabalhadores foi fixada pelo II Congresso Sindical de São Paulo, realizado durante a fase mais aguda dos manejos contra a candidatura Lott — de 27 a 30 de abril — o Congresso dos trabalhadores paulistas pronunciou-se enérgicamente contra as manobras continuistas, apontando como seu principal responsável o ministro Armando Falcão.

O Congresso manifestou ainda a posição dos trabalhadores, de luta intransigente pela realização das eleições a 3 de outubro.

A oposição generalizada aos planos continuistas fez com que o sr. Armando Falcão não passasse, durante alguns dias, entre o Rio e Brasília. Seus reticentes desmentidos não satisfaziam. Por último, o próprio JK teve de vir ao antigo Distrito Federal para, depois de ouvir o ministro e o ex-ministro da Guerra, pronunciarse mais claramente, inclusive fazendo, pela primeira vez nesses dias de agitação e negação, uma referência pessoal ao marechal Lott.

Embora pareça ter havido um recuo, a verdade é que não se pode considerar desmontada a manobra continuista — perigo que persistirá enquanto estiverem ocupando suas atuais posições homens como o ministro Armando Falcão.

As forças nacionalistas e populares não podem, por isso, arrefecer a sua vigilância e a sua combatividade. Ao povo o que interessa é a realização do pleito a 3 de outubro, com a vitória da candidatura nacionalista do marechal Teixeira Lott.

O livro de Astorjildo Pereira «MACHADO D' ASSIS»

Encontra-se à venda na FEIRA DE LIVROS com 20% de desconto Barracas da Livraria São José e da Editorial Vitória

O Circo Janista

Falando num comício em Minas Gerais, na última semana, o entreguista Jânio Quadros, cujo cinismo já é proverbial, teve a petulância de afirmar que sempre foi partidário da Petrobrás.

— em 1955, num banquete em Nova Iorque, diante de numerosos americanos e brasileiros, Jânio afirmou literalmente: «Penitencio-me de ter sido a favor da Petrobrás».

— a «Folha da Manhã» de S. Paulo (4-5-1958) noticia uma reunião de próceres janistas na residência de Emílio Carlos, na qual Jânio afirmou textualmente: «Se eu fosse presidente a primeira coisa que faria seria rever a Petrobrás»;

— em entrevista ao «Correio da Manhã» (23-6-1957), no curso de uma furiosa campanha contra a Petrobrás, Jânio declarou enfaticamente: «Eu tenho verdadeiro pavor de todo empreendimento industrial que o Estado dirija. O Estado é um mau patrão. Em breve todos nós teremos de examinar bem de perto o problema do combustível».

— O «Correio Paulistano» (5-4-1959) relata um encontro havido entre Jânio e o diretor do «Estado de São Paulo», Júlio de Mesquita Filho. Em resposta a uma pergunta de seu interlocutor, disse Jânio: «Eu não tenho nada a acrescentar ou a tirar do ponto-de-vista do seu jornal. Endosso-o inteiramente. Devo acrescentar que, eleito presidente da República, uma das minhas primeiras preocupações será a liquidação do estatuto da Petrobrás».

São algumas manifestações de Jânio. Há, por outro lado, as manifestações sobre Jânio: de Rockefeller, de «Hanson's Letters», etc. Mas bastam as citações do próprio Jânio.



D. Edna vira São Paulo

D. Edna Lott falou a muitos milhares de paulistas, com Lott-Jango, pela vitória do nacionalismo. Na foto, ela é vista quando presidia a instalação do Comitê Distrital Interpartidário pró-Lott-Jango, do Bosque da Saúde, na Capital paulista

Lott: Emancipação Completa do Brasil

A semana que passou foi marcada por acontecimentos significantes na campanha nacionalista pró-Lott-Jango: a excursão dos candidatos, acompanhados por numerosa caravana PTB-PSD-PSB, a diversas regiões do país, e o reforçamento das posições nacionalistas em São Paulo, manifestado na decisão da seção local do Partido Socialista de apoiar também a chapa Lott-Jango; o encerramento do II Congresso Sindical dos Trabalhadores de São Paulo com a presença do Vice-Presidente da República, tendo sido reafirmadas pelos congressistas as palavras-de-ordem nacionalistas e democráticas; e, finalmente, a visita de D. Edna Lott à Capital paulista.

Brasil para os brasileiros

Nos cinco dias que durou a sua excursão pelo país, Lott e Jango presidiram a quatro grandes comícios populares, ao encerramento do congresso dos prefeitos e dirigentes trabalhistas gaúchos, ao encerramento do I Congresso dos Trabalhadores do Norte e Nordeste, e a diversos outros atos públicos. Foram ouvidos e aplaudidos por cerca de 100 mil brasileiros, que acorreram para vê-los, em Porto Alegre, Recife, Uberaba e Volta Redonda. A lo-

dos do Marechal Lott transmitiu a sua mensagem patriótica. «Estamos unidos e irmanados nesta jornada cívica e nacionalista, com o objetivo patriótico de ver o Brasil, política e economicamente, de uma vez para sempre emancipado» (Discurso de 1º de maio, em Volta Redonda).

São Paulo com Lott e Jango

Também a visita de D. Edna Lott e São Paulo transformou-se em fato de grande repercussão política. Começando dia 28 e estendendo-se durante quatro dias, esta visita foi marcada por uma série de homenagens e manifestações públicas à filha do Marechal Lott, nas quais o povo e, especialmente, os trabalhadores paulistas puderam manifestar o seu repúdio à candidatura entreguista de Jânio Quadros e seu apoio à candidatura Lott-Jango. Foi instalado o Comitê Distrital Interpartidário Lott-Jango, com a presença de D. Edna, num cinema superlotado do Bosque da Saúde. Diversos comícios, em Santo André, Guaiunases e Vila Maria, foram realizados, com a participação massiva e entusiasta do povo. Foi também realizado um almoço, de homenagem a D. Edna e de apoio à chapa Lott-Jango, com a participação de 70 líderes sindicais dos mais representati-

vos dos trabalhadores paulistas, entre os quais os Srs. José Chediak, Antônio Gaban, Luiz Firmino de Lima, José Araújo Plácido, Luiz Tenório de Lima e muitos outros.

Fora de Rumo

Chesman, já na câmara de gás, pôs um olho a duas mãos, jornalistamente para assistir sua própria execução. O chefe dos carcerais deu-lhe pancadadas antigáicas no ombro. Essas manifestações luminosas, tão originais e tão próprias do estilo de vida americano, foram seguidas de cenas diferentes.

Segundo os telegramas, logo que as pastilhas de cianreto foram postas na boca, no lado da cabeça da execução, os gases começaram a inundar a pequena cela. Chesman respirou profundamente, batou a cabeça para trás, dobrou-se sobre si mesmo e gritou. Suas mãos começaram a tremer, o rosto tornou-se lívido, enfiando-se de suor. Boneve um segundo grilo desta vez abafado, quase um rugido. Minutos depois era declarada a morte.

Há sete meses o juiz Alípio Pinheiro foi ao Brasil para a sua primeira e a convicção de que os americanos,

PROSSEGUEM OS ENTENDIMENTOS Comércio Brasil-URSS

Mediante contactos com as autoridades brasileiras e com círculos de negócios, prosseguem os entendimentos que trouxeram a esta Capital a delegação comercial soviética de oito membros, chefiada pelo sr. Sergio Chenchikovski, subchefe do Departamento de Comércio com os países ocidentais do Ministério do Comércio Exterior da URSS. A vinda da delegação soviética é feita de acordo com os «Termos de Ajuste» firmados em Moscou, em dezembro último, entre representantes oficiais soviéticos e brasileiros, chefiados estes pelo embaixador Barbosa da Silva.

Logo à chegada, o chefe da missão soviética distribuiu uma saudação à imprensa, manifestando, entre outras

coisas, a esperança de que o comércio entre os dois países ultrapassasse o volume fixado no Ajuste. Nesse sentido, aliás, informou o sr. Renato Costa Lima, presidente do IBC, que já este mês seguirá o primeiro carregamento de café brasileiro com destino à URSS.

As conversações oficiais processam-se dentro de grupos de trabalho que estudam os itens específicos do intercâmbio comercial convencionado. E nos encontros com homens de negócios, além de conhecer diretamente produtos brasileiros de exportação, os representantes soviéticos têm formulado convites para que comerciantes brasileiros visitem a URSS, de modo a fazer uma ideia real das possibilidades de trocas com aquele país.

Fora de Rumo

Muitos protestos começaram a surgir desde segunda-feira às 11 horas. A notícia brutal abalou o Rio e deu motivo a milhares de reuniões e pequenos grupos. A presidente da Associação Paulista dos Amigos de Luiz Cavalcanti, disse a um repórter que não acredita que se fale em tal a um cachorro em uma rua. Por isso pediu a pena de morte para a monstruosidade sem limites. O Ministério Guayandil Neuman, ex-presidente do Supremo, disse que a pena de morte era contrária aos nossos sentimentos e que deva ser abolida em todo o mundo.

Abolida em todo o mundo. O psiquiatra Elso Arruda comentou: «As atrocidades da Idade Média eram menores». E o presidente do Sindicato dos Telegrafistas do Rio, Sr. Wilson Reis, apontou a execução de Chesman como ato de barbárie. Foi a assim um outro complexo. E o juiz Oduvaldo Abreita: «O americano perdeu uma boa oportunidade de fazer-se tornar simpático. Num certo número de opiniões colhidas no meio, a melhor foi a da comerciante Consuelo Almeida Ferraz: «Não é de admirar. Foram esses mesmos homens que lançaram bombas sobre Hiroshima e Nagasaki».

Foram mesmos homens, com efeito, os desmentidos de piratas infames, que disputaram com os exploradores, a canoa e golpes de canoa, uma série de penas de pau e castigos de vida, terras de um continente novo. São massacrados de índios e negros. Em suas primeiras plantações o solo foi regado pelo sangue de milhares de negros e hoje tornam uma horda inu-

Paulo Motta Lima

30.000 FLAGELADOS E MILHÕES DE PREJUÍZO

São Francisco Saiu do Leito: Cidades Alagoanas Inundadas

(da sucursal de MACEIÓ)



Vou prá casa de canoa

O barqueiro costumava deixar a canoa na beira do rio ao fim do dia de trabalho. Voltava a pé para casa, pelas ruas estreitas. A enchente veio e ele começou a usar a canoa.



Na zona flagelada

O coronel Henrique Oest, logo que ficou conhecida a gravidade da situação, rumou para a zona inundada. Lá supervisionou os serviços de assistência às populações flageladas. Em sua companhia viajou o deputado Bonifácio Bezerra, de Penedo.

Carta do Sertão

Guanabara, cinco de má,
José da Costa Biato:
Arrespondo a tua carta
contando o qui fô izato.

O cirquin do povo russo
dêx o povo maluco!
Vêi gente do Ciará,
dos pampa, do Paraná,
de Maceió, Pernambuco.

De todo Brasi vêi gente
para assisti o foiguedo.
Eu tombém fui, meu Biato,
mas, juro qui tive medo!
Éles fartam pra morré
e diferença dum dedo.

São gente assim coma gente,
só tem qui são bem tratado,
Muís parecem bunecas
de coipo bem pranejado.
Os tanmê são naturá,
cô morena, rusagá,
cabelos bem cachiado

Os palaça deles num falam,
ficam só rindo e sartando.
Mas, agradam munto mais
do que os nossos falando.

Eu vi um urso fazê
coisas q'eu nunca fiz.
Cachorro jogando bola
num campo, barra e juiz.

Ante do circo, meu Zeca
insteve aqui um bale.
Municipá, num pude hi
percisa bem se visti.
Sabe as coisa coma é.

Gente de bom coração,
éles viero pra cá
a chamado de D. Sara
ispôsa de J.K..
Trabaiaro no Brasi
pras Pionêra Sociá.

O cundutô dos artista,
um cabôco, méi baxote,
falô na lingua latim
prum moço do câmarote:
«O brasileiro vai tê:
honra, cumida e sabê
votando im Texêra Lote».

Toma nota, Zé Biato,
num podés pisá infarço.
E' consêi do teu amigo:
Manezin dos Anastão.

O velho São Francisco levou tudo.

O camponês alagoano abandonou suas terras na beira do rio e foi para a cidade. As águas levaram a sua safra de mandioca, inhame e batata. Com ele se foram também 300 famílias, da zona de Porteira, na margem alagoana do rio São Francisco, deixando tudo de seu a mercê da fúria do rio que transbordara em virtude das fortes chuvas tombadas na região.

As águas do São Francisco começaram a subir nos primeiros dias de abril, avolumando-se a correnteza na proximidade da cidade de Piranhas, a primeira a ser atingida pela enchente. Em seguida foram as cidades de Piasabussú, Pão-de-Açúcar, Igreja Nova e a capital da região, Penedo. Dias a dias durou a torrente, transformando a vida na região e deixando ao desabrigo milhares de pessoas.

30.000 flagelados

Mais de 100 mil pessoas habitam a zona ribeirinha do São Francisco, em Sergipe e Alagoas, delas, cerca de 30.000, a maior parte das quais na segunda unidade, foram atingidas pela enchente que destruiu plantações, inundou cidades e destruiu casas. Penedo, a capital econômica da região, sofreu duramente e teve alguns dos seus bairros mais populosos completamente inundados. Bairro Vermelho e Comarelo foram os mais atingidos, tendo as águas coberto inteiramente suas casas. Os moradores, a maioria dos quais teve de abandonar seus lares apenas com a roupa do corpo, foram alojados provisoriamente em grupos escolares na zona menos atingida da cidade, conventos e residências de particulares. Na zona rural do município as águas provocaram grandes estragos, destruindo as plantações de arroz, matando gado e destruindo casas. Mais de 500 famílias dos povoados e fazendas de Ponte Molina, da Várzea, Catrapé, Travessão, Penedinho, Providência e outras foram evacuadas para local mais seguro, sendo assistidas por destacamentos do exército enviados à região em socorro das populações flageladas.

Prejuízos incalculáveis

A fúria das águas em chela provocou prejuízos incalculáveis às lavouras da região inundada. Milhões de cruzelros, o valor das plantações e dos bens arrastados pela corrente, perdidos totalmente. Nos municípios de Piasabussú, Porto Real de Colégio, Belo Monte os prejuízos provocados pela enchente também foram consideráveis. A cidade de Pão-de-Açúcar, como Penedo, sofreu consideravelmente: as ruas próximas às margens do rio foram totalmente inundadas e numerosos talamente. Nos municípios de Piasabussú onde funcionavam casas comerciais desabaram. Moradores dos bairros atingidos e dos que mais ameaçados se encontravam pela água procuraram abrigo nos morros circunvizinhos. Municípios da margem sergipana também sofreram com a enchente, principalmente Vila Nova e Propriá.

Auxílio e solidariedade

Diante da gravidade das enchentes e da ameaça de surtos epidêmicos, o governo estadual e o exército mobilizaram todos os recursos para atender aos flagelados. O secretário do Interior de Alagoas, coronel Henrique Oest dirigiu-se imediatamente à zona atingida pelas inundações, levando consigo uma equipe de socorro, mantimentos e medicamentos. O exército, na pessoa do coronel Pêrciles de Azevedo, também juntou o seu aos esforços do governo, enviando tropas para auxiliarem no trabalho de remoção das populações flageladas. Barracas, cozinhas de campanha foram instaladas pelas tropas na região para atender os milhares de desabrigados. Líderes sindicais e estudantes participaram ativamente da campanha de auxílio às vítimas das inundações, recolhendo doativos para serem enviados à região do baixo São Francisco.

Comissão de assistência

Por sugestão do governo foi criada uma comissão de assistência às vítimas das enchentes com o fito de distribuir a verba de 800 mil cruzelros dotada pelo sr. Muniz Falcão para atender às necessidades mais urgentes das populações flageladas. Mais da metade da dotação foi distribuída somente nos primeiros dias. Uma campanha popular para a obtenção de viveres, roupas e medicamentos foi lançada em Maceió com grande êxito.

As medidas adotadas pelas autoridades e pelos destacamentos do exército que se deslocaram para a região, além de auxílio popular, permitiram a acomodação e a assistência aos flagelados durante os dias de cheia. O coronel Henrique Oest permaneceu na zona conflagrada durante a maior parte do tempo, superzcionando a distribuição do auxílio e mantendo estreito contato com as autoridades estaduais em Maceió. Logo que as águas começaram

a baixar, com a volta dos flagelados à zona atingida, deslocaram-se as tropas para as cidades e iniciaram o trabalho de remoção dos escombros.

Auxílio federal

Os prejuízos provocados pela inundação, a destruição total das colheitas de numerosas fazendas e pequenos sítios da região, levaram o governo estadual a solicitar o auxílio federal para atender à região. Um primeiro crédito de 100 milhões que deverá ser concedido pelo governo da República às vítimas das enchentes no nordeste, uma parte será aplicada para a reconstrução dos quartéis destruídos nas cidades mais atingidas pela inundação do São Francisco e para o financiamento dos lavradores que tiveram suas colheitas perdidas. A secretaria da Agricultura de Alagoas, por outro lado, começou a distribuição de sementes e a proporcionar assistência direta aos sítiantes da zona do baixo São Francisco.

Um velho mal

Não foi essa a primeira vez que as águas barrentas e caudalosas do São Francisco saíram do seu leito transbordando com violência indômita e tornando impossível qualquer defesa. Elas arrastam implacavelmente os pequenos recursos de um povo martirizado. Casebres, plantações, rebanhos são varridos da face da terra pela voragem das águas do rio caudaloso. Depois, fome, epidemias e desolação.

Elas se sucedem e com elas os planos para vitalizar uma das mais férteis regiões do país. Um velho sonho que remonta ao tempo do império é o da transformação do vale cortado pelo rio da unidade nacional num verdadeiro celeiro. Hoje tudo ainda é sonho: a dura realidade para os cem mil que habitam as margens do São Francisco, em Sergipe e Alagoas, são as enchentes e com elas a miséria.

Vendedores de jornais de Sto. André

Acaba de ser eleita, em Assembleia Geral, a nova diretoria da Associação Profissional dos Distribuidores e Vendedores de Jornais e Revistas de Santo André (SP). A diretoria está assim constituída: Pascoal Polimeno (presidente), Arnaldo Madeira (secretário), Oswaldo Polimeno (tesoureiro) e Oscar Sousa Lima, Ernesto Rodrigues da Silva e Gentil Viganó (membros do Conselho Fiscal).

Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino

Foram eleitos e tomaram posse os novos diretores da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, para o biênio de 1960/62. E' a seguinte a diretoria recém-eleita: José de Almeida Barretto (presidente), João Fassina (vice-presidente), Henrique Miranda (1º secretário), Declécio F. de Araújo (2º secretário) e Hélio Marques da Silva (tesoureiro).

«O Imparcial»

A grande reportagem que publicamos em um dos nossos últimos números sobre os sangrentos acontecimentos de Catanduva (SP), que tanta repercussão tiveram em todo o país, saiu sem a indicação de que o material fotográfico que a ilustrou, nos foi cedido, gentilmente, pelo «O Imparcial», diário que se publica na cidade de Araraquara, naquele Estado. Aqui ficam os nossos agradecimentos.

«A Escola Pública e o Projeto de Diretrizes e Bases»

Prosseguindo a série de palestras sobre Problemas Nacionais realizadas sob o patrocínio do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional e do Sindicato dos Professores, falará na próxima terça-feira, dia 10 de maio, às 18 horas, sobre o tema «A Escola Pública e o Projeto de Diretrizes e Bases», o professor Darcy Ribeiro, atualmente diretor de Divisão do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (MEC).

A conferência se realizará na sede do Sindicato dos Professores, na Avenida 13 de Maio, 13, sala 402.

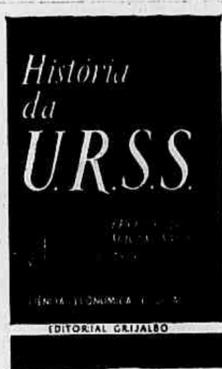
Entrada franca

União dos Portuários do Brasil

No dia 20 de abril última realizaram-se as solenidades de posse do novo Presidente da seção regional de Niterói da União dos Portuários do Brasil, eleito para o período de abril de 1960 a abril de 1962.

Perseguição racial na África do Sul

A Diretoria do Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro tornou público o seu protesto ante a bárbara perseguição racial na União Sul-Africana, «revoltante sobrevivência da mais desumana característica do nazifascismo».



Já saiu em português

Sob o patrocínio da Academia de Ciências da URSS. 1 volume, 830 páginas, em brochuras.

C\$ 650,00

Temos em nosso Departamento de «Atualidades Soviéticas», edições recentíssimas sobre filosofia, economia, história, medicina, educação, ciência e técnica, agrobiologia, ballet, novelas e clássicos da literatura.

Livraria das Bandeiras Ltda.

Rua Riachuelo, 342 — Loja 2
Fone: 36-4871 — São Paulo.

Atendemos pelo Reembolso Postal.



A água lava tudo

Amarelas e barrentas, as águas do São Francisco invadiram a parte baixa de Penedo levando tudo de roldão. Casas foram destruídas, plantações arrasadas, deixando milhares de pessoas desabrigadas. Penedo, a mais importante cidade da região foi a mais atingida pelas águas

NOVOS RUMOS

Diretor — Mário Atves
Gerente — Guttemberg Cavalcanti
Redator-chefe — Orlando Bonfim Jr.

Secretário — Fragnon Borges

REDATORES

Almir Matos, Rui Facó, Paulo Mota Lima, Maria da Graça, Luis Ghilardini.

MATRIZ

Redação: Av. Rio Branco 257, 17º andar, S/1712 — Tel: 42.3411
Gerência: Av. Rio Branco, 257, 9º andar, S/2935

Endereço telegráfico

NOVOSRUMOS

ASSINATURAS

Anual C\$ 250,00
Semestral 130,00
Trimestral 70,00

Área anual, mais C\$ 100,00;
semestral, C\$ 50,00; trimestral,
C\$ 30,00.

Número avulso C\$ 5,00
Número atrasado 8,00

OS ASSASSINOS

Fala-se muito no "elevado índice de civilização", fala-se sempre no progresso dos Estados Unidos. Ele próprio intitula-se o país da democracia e quando os falsos democratas daqui e acolá querem dar exemplos de liberdade, independência etc., de um povo lá vem com o exemplo dos Estados Unidos. Há ainda para espantar ou para iludir os incautos, a Estátua da Liberdade, de facho na mão pretendendo comunicar que ali é a terra da democracia e portanto da liberdade. Tudo não passa de cinema da pior espécie. Tudo filme de fantasmas ou de "mocinhos" só para iludir incautos.

Onde o ódio racial é mais intenso, onde os negros são mortos muitas vezes apenas porque olham (é proibido olhar) para uma branca, onde se assassina friamente sem respeito humano e sem respeito às leis que regem os homens, gente como o casal Rosenberg, cientistas, acusados de espionagem quando contra eles nada ficou provado, mas que deram uma grande lição de dignidade quando preferiram a morte à delação?

Este país que pretende governar, subjugar, dominar o mundo, que quer trazer os países subdesenvolvidos sob o táfio de suas botas, criou na mentalidade de seu povo, a mania de grandeza, a mania de que eles e só eles prestam, só eles podem mandar, só eles são os donos do mundo. Quando em todos os países os gritos de protestos contra a morte de Chessman ressoavam, repercutiam, agitavam opiniões e unificavam-nas, o povo da Califórnia não admitiu sequer que os restos de Chessman, que o seu pó, suas cinzas ficassem no país. Desde quando cinzas e pó ou mesmo cadáveres de homens perturbaram a vida de um povo e de uma nação?

Chessman teve um mérito e grande: apresentou à face do mundo a verdade sobre o sistema penitenciário e os assassinatos frios dos condenados à morte nos Estados Unidos. Lutou ferozmente pela sua vida, mas seus livros são também um tremendo libelo contra os E.U. Morreu por isso mesmo; os lanques não admitem críticas à "democracia" lanque.

Democracia. Leio um artigo no "Diário de Notícias" que conta isto que é preciso ser de todos conhecido: vinte e três Estados norte-americanos empregam a cadeia elétrica para a execução dos condenados; doze Estados, para os mesmos fins, usam câmara de gás; seis Estados ainda empregam como meio de execução a fôrca. Sim senhores, a fôrca, esse castigo medieval.

Leio o artigo e fico imaginando como pode falar em democracia um país que mata, assassina homens como Saco e Vanzetti, o casal Rosenberg, tantos e tantos negros e agora Chessman. Em cada Estado apura-se tanto o direito de matar que — parece até mentira neste século de foguetes à Lua — são feitos convites à imprensa e à pessoas importantes para assistirem essas mortes, como se fossem um espetáculo de circo, uma representação teatral.

"Mas em vez de corrigir erros, a sociedade simplesmente os apaga para que não sejam vistos, para que não sejam percebidos." São palavras de Chessman que mereciam ser gravadas na Estátua da Liberdade, em New York. Talvez assim os assassinos aprendessem a respeitar a vida humana. A vida e a liberdade dos homens.

Encido



Pintores novos

Com trabalhos de Delson Pitanga, Eurico Abreu, Luiz Guimarães, Júlio Vieira e Maria Lúcia Luz, inaugurou-se segunda-feira uma nova exposição nos salões da Maison de France.

Notas Sobre Livros

Como escrevo a pena, posso dizer que a pena estava comilando — com a comichão de falar, aqui mesmo, sobre o Estado da Guanabara. Mas como tratar desse assunto numa coluna destinada especialmente ao comentário de livros e assuntos literários? Alguém — não sei quem — resolveu o caso enviando-me um volume de 128 páginas com o título — Estado da Guanabara. Eis pois o livro, o ponto de partida que me faltava.

O volume tem o seguinte subtítulo: «Consequências jurídicas da mudança da Capital da República para Brasília», e contém principalmente os pareceres de meia dúzia de conceituados juristas desta praça, entre os quais os antigos fascistas Vicente Rau e Francisco Campos. É uma publicação da Câmara dos Vereadores do ex-Distrito Federal, feita com o objetivo de justificar juridicamente a conversão dos vereadores em deputados e constituintes.

A coisa mais fácil do mundo é justificar «juridicamente» seja o que for. Com a mesma facilidade e manipulando os mesmos textos de lei, os mesmos tratadistas e a mesma jurisprudência, os senhores juristas justificam o pró e o contra de qualquer matéria, conforme o interesse do constituinte. É esse o seu ofício.

Mas não me interessa nada enredar-me nas argúcias e malabarismos de semelhante gênero literário. O que me interessa, na questão do Estado da Guanabara, não são fórmulas jurídicas — e sim os seus aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais.

O Estado da Guanabara é um fato consumado, que se consumou de acordo com a determinação da Constituição da República. Todavia, fato consumado não quer dizer fato irreversível, irremediável, válido para todo e sempre. Em todo tempo é tempo de emendar o que está errado, de endireitar o que está torto, de reabrir a questão e resolvê-la de maneira diferente. De resto, a própria Constituição, que determinou a solução Estado da Guanabara, prevê também a outra solução — ou seja, no caso, a fusão do Estado da Guanabara e do Estado do Rio de Janeiro.

Continuo a pensar que a fusão seria — e será — a melhor solução. Por agora, entretanto, nada há a fazer. O Estado da Guanabara é um fato, e o que nos resta é cuidar de eleger o seu Governador e a sua Constituinte, simultaneamente com a eleição para o Executivo Federal. Têrenos então oportunidade, a 3 de outubro, de dar um passo sério no sentido de colocar os órgãos do Poder Estadual em mãos decentes, capazes de pôr um parafuso à sordida política que tanto nos tem explorado e aviltado. O Rio de Janeiro não pode continuar à mercê da corrupta e corruptora máquina eleitoral até aqui dominante.

O resto virá com o tempo. Faremos a experiência do Estado da Guanabara. Tenho para mim que será uma experiência de efeitos mais negativos do que positivos. Já se fala, por exemplo, em restabelecer a jogatina como chamiz para turistas e fonte de receita para o tesouro do Estado. Seria a última degradação. O Rio de Janeiro é uma cidade de trabalho e de cultura e não há de perder estas características, que são o orgulho não apenas dos seus habitantes, mas de todo o povo brasileiro. E é justamente para não perder estas características — e ainda robustecê-las de mais em mais — que a sua reintegração no Estado do Rio de Janeiro, como capital de um Estado poderoso, com seis milhões de habitantes e grandes possibilidades de desenvolvimento econômico, acabará por se impor como a única solução lógica sensata e fecunda.

A realidade é que o Estado da Guanabara, com menos de 1.500 quilômetros quadrados, área exigua e de recursos limitadíssimos, onde não há nem água própria para beber, não é um Estado de dimensão brasileira. Direi mais: não é um Estado, como Estado, a altura da cidade do Rio de Janeiro. Corpo mirrado demais para cabeça tão grande e tão bela.

Tenho vivido, nestes dias vitoriosos de Brasília, em plena emoção patriótica, sentindo, com o povo brasileiro, tudo aquilo que a nova Capital significa, na hora presente, como expressão maravilhosa da nossa capacidade de construir uma grande e livre Nação. Mas devo confessar que estou apreensivo com a sorte imediata da cidade do Rio de Janeiro.

Acrescentarei, para terminar esta nota, que não mais tratarei do assunto até o dia 3 de outubro. Até lá só cuidarei das eleições. Mas depois voltarei à carga, com todas as forças que as velhas coronárias me permitirem.

Realizou-se esta semana, em São Paulo, um grande banquete em homenagem ao Embaixador Alvaro Lins, que tão alto soube manter a dignidade brasileira no seu posto de representante do Brasil junto ao governo de Lisboa; e que, já de regresso à Pátria, manteve-se com a mesma firmeza na Presidência do Congresso pela anistia aos presos políticos na Espanha e Portugal.

Infelizmente para mim não pude com o de exprimir, nestas linhas, minha opinião ao banquete. Mas faço questão de homenagear.

Astrojildo Pereira

Livro Escolar: E' Caro e Não é Didático

Todos os anos, no início das aulas, renova-se o problema dos livros escolares. Embora seja um artigo de primeira necessidade, que conta com mercado sempre crescente, seu preço é exorbitante. Constitui, assim, principalmente na escola média, um poderoso fator de seleção econômica, contribuindo para só permitir que as classes média e alta ingressem no curso superior. O Ministério da Educação não procura solucionar o problema do ponto de vista do aluno, maior interessado na questão, e a Comissão Nacional do Livro Didático é inoperante.

Os diretores de escolas particulares, por sua vez, impingem aos alunos livros antididáticos (em troca de polpudas comissões) exigindo sempre novas edições, que, na verdade, são reimpressões e de novas só têm o nome.

As bibliotecas de Faculdades não são atualizadas quanto às edições estrangeiras, além de praticamente não existirem livros nacionais ou traduzidos.

Os problemas do livro didático decorrem dos problemas fundamentais do Brasil, não se podendo encará-los desligados dos mesmos. E' também através dele que se mantém o espírito conservador e classista do nosso ensino atual. Não tendo sua escolha bases pedagógicas e sendo os compêndios estrangeiros, na sua maioria, inadequados à situação educacional brasileira, pode-se dizer que os livros escolares, além de não serem didáticos constituem um impedimento à cultura nacional.

É preciso ressaltar também, que as falhas que os livros didáticos apresentam são, em grande parte, devidas à lei (nº 8.460 de 25 12 1945) que regula a sua autorização para o uso nas escolas. Assim, por exemplo, as tradições e os heróis, mesmo que historicamente superados ou falsos, são intangíveis, pois o artigo 26, d reza, que: «não poderá ser autorizado o uso do livro didático que despreze ou escureça as tradições nacionais, ou tente deslustrar as figuras que se bateram ou se sacrificaram pela pátria».

No curso primário

E' principalmente através dos livros de «leitura», que se inculca na criança de escola primária os valores vigentes na sociedade atual. Entretanto, a situação real do Brasil é ocultada e mesmo deturpada e o «patriotismo» transmitido é o de hinos e poemas. As qualidades positivas do país apontadas são adjetivos sem grande significação como: respeitado, próspero (sem dizer em que consiste essa prosperidade e para quem existe), hospitaleiro, culto (com 52% de analfabetos...), feliz, progressista, grande em território, etc.

Outro detalhe profundamente negativo nos livros elementares é o modo de encarar as raças e classes sociais no Brasil. O negro nunca é colocado em pé de igualdade com o branco e o índio é apresentado como feroz, bárbaro, etc. com a intenção de valorizar a atuação dos missionários. As classes menos favorecidas, os «pobres» (operários e alunos), são tratados com benevolência e seus problemas solucionados com atos caridosos.

De um modo geral, pode-se dizer que os livros didáticos da escola primária foram feitos para alunos remediados ou ricos e que insistem em transmitir, das paisagens às pessoas, uma visão ideal e classista. Esse distanciamento da realidade social cria ilusões perniciosas e aumenta as contradições entre o que é ensinado na escola e o que se aprende fora dela.

A omissão do Ministério da Educação e Cultura quanto ao livro didático é particularmente prejudicial ao nível primário, onde a maioria dos alunos é carente de recursos e deseja obter conhecimentos mais amplos do que os fornecidos pelos compêndios.

A Comissão Nacional do Livro Didático, que autoriza a adoção dos livros, devia também elaborá-los e fazê-los publicar em grande escala pelo MEC, vendendo-os nas livrarias.

Outra iniciativa que deveria ser tomada é a de ampliação da Cooperativa-Livraria do MEC que vende material escolar com desconto de 20%, mas que só tem uma sede, intransitável no início do ano letivo. A semelhança das «Caixas Escolares» das escolas primárias da Prefeitura do Rio de Janeiro, a Cooperativa, deveria facilitar, por meio de sedes nos bairros, a aquisição do livro mais barato.

Hoje em dia, por exemplo, uma criança que esteja na Escola Pública gastará Cr\$ 120,00 por ano só em livros. Ora, havendo cerca de 7 milhões de crianças matriculadas no primário, o mercado consumidor é vasto.

No ensino médio

O aluno que comprava apenas três livros por série do curso primário, passa a ter, entrando no 1º ginásio ou normal, uma média de Cr\$ 600,00 de despesa anual com livros.

A grande variedade de livros, autores e matérias (10-11) é a principal responsável pelo alto custo dos compêndios. A Comissão do Livro Didático é integrada por professores e autores de livros que, longe de querer unificar os livros, procuram indicar os seus próprios e os livros enviados à Comissão pelos seus editores, geralmente sócios ou amigos.

Segundo os livreiros, outro fator de encarecimento do livro é a falta de planificação dos currículos, com ameaça constante de reformas do ensino, dos programas e gramaticais, obrigando a pequenas tiragens anuais, o que encarece o preço unitário. Agora, por exemplo, com a discussão da Lei de Diretrizes e Bases, todas as editoras reduziram as tiragens de livros de Latim que, fato incontestável, será retirado do programa como disciplina obrigatória, caso a lei passe. Um dos meios de baratear o livro didático é padronizar os currículos e os compêndios num âmbito nacional. Mesmo que haja variações regionais (com a descentralização do ensino prevista pela lei), a estabilidade destas poderá compensar a baixa venda anual.

O preço do papel, «desculpa» apresentada pelos editores como causa decisiva do custo do livro, na verdade não o é. E' fato que o Governo tem aumentado progressivamente, de alguns anos para cá, a cotação do dólar para importação de papel. Mas a percentagem do papel no custo do livro é menor que a comissão dos livreiros (30 a 40%), que geralmente têm no livro didático um dos sustentos do seu comércio, de vez que os livros de literatura e conhecimentos gerais, não sendo de consumo obrigatório, dão muito mais trabalho para vender e quase sempre menos lucro.

Por outro lado, as livrarias estão sendo prejudicadas pela compra por atacado dos colégios particulares, que revendem os volumes aos alunos com margem de lucro, tirando-lhes a percentagem normal de venda anual, pois alguns colégios estocam livros por vários anos. Portanto, os livros didáticos, mesmo se editados pelo MEC, devem também ser vendidos pelos livreiros profissionais, afim de desenvolver e estimular o comércio de livros — o único capaz de levar à população os livros não didáticos, no resto do ano.

Finalmente, o problema crucial do livro para ensino médio e o conteúdo. Não podendo a Comissão do Livro Didático, por sua composição, opinar desinteressadamente sobre a validade dos compêndios a serem adotados e estando os editores preocupados quase que exclusivamente com o aspecto lucrativo da questão, os livros didáticos não podiam deixar de ser, na sua maioria, péssimos. As editoras dedicam 10% de cada tiragem para oferecer como propaganda aos professores, que, muitas vezes, por ordem dos diretores, são obrigados a indicar livros falhos e caros. Quem sai prejudicado é o aluno, de vez que não desenvolve uma capacidade crítica e, em geral, decorra, sem pensar, formulações retrógradas e deseducativas.

O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, que já editou alguns livros para a escola secundária muito bem cuidados, fez, no entanto, tiragens reduzidas, dedicadas exclusivamente aos professores, mesmo que estes os resolvessem adotar para melhorar o curso, os alunos não encontrariam o livro venda. O Instituto Nacional do Livro, que também edita, nesses 22 anos de existência, só publicou cerca de 25 livros didáticos.

Portanto, um estudante pobre, além dos gastos com uniforme e anuidades é obrigado a despendar cada ano mais dinheiro na compra de livros caros e ruins, porque o Governo não seleciona nem facilita a aquisição dos livros escolares.

No nível superior

Continuando e acentuando o processo alienatório de nosso ensino, os estudos superiores baseiam-se, quase exclusivamente em livros estrangeiros. Além disso pelas dificuldades de importação, os livros que nos chegam foram, em geral, impressos há um ou dois anos, dificultando a atualização dos conhecimentos. Repete-se, assim, na importação da cultura, o mesmo atraso que se verifica na importação de outras necessidades. Também o comércio de livros fecha as portas ao mundo socialista, impedindo o intercâmbio mais amplo e sem preconceitos.

Os livros para o curso superior alcançam preços astronômicos sejam nacionais ou estrangeiros. Até agora isso não constituía um problema muito grave, pois só chegava ao curso superior aqueles que podiam se dar ao luxo de comprá-los. Hoje, no entanto, as classes menos favorecidas, à custa de enormes esforços, já conseguem atingir a meta final. Para essas, a questão se coloca em ter que passar fome para conseguir comprar livros.

Como nos outros níveis de ensino, também no superior não há preocupação dos poderes públicos em resolver e tomar a carga impressão de livros técnicos e

científicos. Tudo indica que já é tempo de se começar a traduzir e editar esses livros profissionais no Brasil, ainda que seja por conta do MEC ou de cooperativas estudantis.

A falta de condições para a produção de livros nacionais nesse setor começa pelos autores em potencial. Obrigado a ter vários empregos, o catedrático não tem tempo de traduzir ou escrever livros. Muitas vezes, quando consegue terminar o manual, este já está superado pelos conhecimentos mais recentes. Além disso, poucas são as livrarias que se interessam em editá-los, temendo a concorrência dos compêndios estrangeiros, mais conhecidos e já adotados tradicionalmente. Outro perigo é o de encalhe por falta de compradores, já que os livros técnicos se destinam à minoria privilegiada que chega à Universidade. A solução de «menor esforço» encontrada é a impressão de apostilhas, que por serem, em geral, súmulas de aulas, tornam o ensino mais dependente dos professores ainda, limitando consideravelmente os conhecimentos adquiridos.

As bibliotecas de Faculdades, os centros de estudos de hospitais e os institutos de pesquisa não têm direito às verbas de importação de livros, que a FIBAN só concede às livrarias. Até para a assinatura de revistas especializadas dependem as Universidades das livrarias e de seu interesse em importá-las.

A importação de livros é uma das grandes fontes de renda dos livreiros. Obtendo anualmente uma cota fixa em dólares e outras moedas, utilizam praticamente metade dessa importância na importação de revistinhas, histórias em quadrinhos, «pocket-book», policiais, figurinos e encalhes de editoras estrangeiras.

Embora o dólar para livro tenha câmbio especial, as taxas de importação encarecem-no muito. E' necessário libertar o livro didático, técnico e científico dos impostos alfandegários e fiscalizar nas livrarias os preços que estão sendo cobrados, para que tal medida não reverta em benefício do livreiro, aumentando-lhe os lucros. Só em 1958, de acordo com as estatísticas do nosso comércio exterior, importamos 1.584.147 quilos de livros, no valor de 349,5 milhões de cruzeiros. em relação a 1957; o custo do livro importado em 1958 cresceu de cerca de 47%, ou, mais 70,42 cruzeiros por quilo.

Urge, portanto, que o overno tome medidas enérgicas para controlar o comércio do livro didático, principalmente os que servem ao nível médio e superior, onde a colonização é mais difundida. Um livro técnico ou científico está custando de Cr\$ 2.000,00 a Cr\$ 5.000,00, impossibilitando a milhares de jovens o acesso à



Entraram na escola e os livros?

Os dois garotos da foto conseguiram, após desesperados esforços (noites inteiras passadas na fila à porta do colégio, dificuldades, humilhações) dos seus pais, conquistar um lugar nos bancos da escola pública. Resta saber se poderão resistir ao verdadeiro assalto que se prepara para eles com o comércio de livros

BB Ajuda os Trustes a Matar Indústria Nacional de Remédios

O reajustamento dos preços dos remédios, imposto pelos grupos de capitais estrangeiros, notadamente norte-americanos, que dominam nosso mercado de medicamentos e de matéria-prima para sua fabricação, vai sacrificar, mais ainda, a bolsa do povo e não pode ser apontado como solução para o problema da indústria farmacêutica nacional. Sabe disso o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, onde a questão já foi amplamente discutida, quando os representantes da pequena indústria falaram das dificuldades dos laboratórios nacionais, sujeitos à alta em controle oficial dos preços da matéria-prima, que lhes fornecem as indústrias estrangeiras, e impedidos de expandir sua atividade por falta-lhes de amparo do crédito, sempre difícil quando se trata da expansão de nosso parque industrial.

A solução do problema, para servir ao povo e à própria indústria brasileira, não estaria num aumento puro e simples dos preços dos remédios, o que não evitaria o estrangulamento de nossos laboratórios pelas grandes empresas norte-americanas, como Parke-Davis, Johnson & Johnson, Abbott, Merck Sharp & Dohme, Sidney Ross e tantas outras. Trata-se de um problema complexo, cuja solução teria de abarcar, também, a questão da matéria-prima para a fabricação dos remédios.

Mas aos grandes laboratórios estrangeiros, que nem sequer precisam de aumento, o que interessa é, apenas, a solução simplista de um reajustamento imediato dos preços dos remédios, sem que se fale do problema de base da indústria. E para essa solução simplista, cujo objetivo futuro é a total liquidação da indústria nacional, logo contaram com a colaboração do governador de São Paulo, sr. Carvalho Pinto, que mandou pedir ao ministro do Trabalho, pelo sr. Roberto Gusmão, delegado regional do Trabalho no seu estado, a aprovação urgente dos novos preços apresentados pelo Conselho Nacional de Ética da Indústria Farmacêutica do Brasil. Neste conselho prevaleceram os pontos de vista das grandes empresas que vendem remédios e farmácias e matéria-prima aos nossos laboratórios.

Domínio do mercado

O mercado nacional de produtos farmacêuticos esteve sempre na mira da indústria estrangeira, desde quando os franceses evoluíram os seus métodos industriais e chegaram a manter a liderança até a primeira Grande Guerra. Daí para cá, alemães, italianos e até suíços entraram em disputa com os franceses, que terminaram perdendo a liderança, por ocasião da Segunda Grande Guerra, quando alemães e italianos foram também afastados da competição, pelas contingências do conflito, criando-se, assim, as condições para o domínio de nosso mercado pela poderosa e moderna indústria farmacêutica norte-americana, que cuidou de liquidar as empresas nacionais.

Ainda antes do domínio das empresas norte-americanas, paralelamente às indústrias estrangeiras, grupos nacionais começaram a dedicar-se a esse ramo

industrial, alguns com grande sucesso, surgindo no Rio Carlos da Silva Araújo, Orlando Rangel Moura Brasil e Raul Leite e em São Paulo, Vital Brasil, Cândido Fontoura e Jayme Torres. Durante muitos anos as empresas montadas por esses pioneiros foram realmente nacionais. Depois foram absorvidas pelos grupos norte-americanos, porque seus dirigentes não encontraram apoio nem estímulo do Governo.

Mais que qualquer outra, a indústria farmacêutica tem seu desenvolvimento e crescimento estreitamente ligados à pesquisa e à tecnologia que dependem essencialmente de maquinaria e aparelhos eletrônicos, tais como microscópios, centrifugadores, concentradores, fracionadores, potenciadores, alambiques etc. Ora, quase tudo isso é de fabricação estrangeira. Outra particularidade são os preços absurdos dos poucos instrumentos fabricados pela indústria nacional, que carece, também, de desenvolvimento para atender às necessidades do consumo, por preços razoáveis. Bastaria citar, apenas, um exemplo: uma máquina de dobrar bulas, o aparelho mais rudimentar de uso na indústria farmacêutica, feito de quatro rolos semelhantes aos de máquina de escrever acionados por um motorzinho de máquina de costura, está custando trinta e nove mil cruzeiros. Uma máquina automática de encher e fechar ampolas, custa tão caro que o pequeno industrial brasileiro tem a impressão de que vai comprar um cérebro eletrônico, ao receber a indicação do preço.

Falta de financiamento

Queixam-se os pequenos industriais da falta de financiamento. Os que foram ouvidos pela nossa reportagem nos explicaram que não sendo a indústria farmacêutica (com exceção dos grandes consórcios estrangeiros) altamente rentosa, os bancos particulares não lhes concedem nenhum tipo de financiamento, nem mesmo um simples desconto a curto prazo, uma vez que a organização bancária nacional nada mais faz que operações de especulação. Adiantaram-nos que tal atitude dos bancos particulares é coerente com o procedimento dos estabelecimentos de crédito oficiais, em particular o Banco do Brasil, cujo procedimento é bem idêntico, com uma diferença para pior: dá desconto a título das grandes empresas estrangeiras, sacados contra pequenas indústrias farmacêuticas nacionais, executando estas últimas por qualquer atraso nos pagamentos. Na prática, pois, o Governo, através do Banco do Brasil, faz o jogo do truste internacional, estrangulando a indústria farmacêutica nacional. Financia a grande indústria estrangeira e nega o mesmo tratamento à indústria nacional, em particular à pequena indústria.

Como é feita a competição

Fala-se muito das vantagens da concorrência, da competição, livre entre as empresas industriais. Entretanto, como é feita a competição entre o nacional e o estrangeiro? Já mostramos, acima, como a indústria estrangeira está melhor amparada pelo financiamento, no próprio Banco do Brasil. Vejamos outro aspecto dessa competição. Os laboratórios estrangeiros têm suas sedes no exterior, nos seus países de origem, onde são elaboradas as pesquisas e estabelecidas as técnicas adequadas; sua organização em nosso país limita-se apenas a executar essas técnicas, com a matéria-prima recebida das matrizes e a disputar o mercado nacional, mediante uma avassaladora distribuição de amostras e literaturas de primeira ordem. Os laboratórios nacionais, que não dispõem de departamentos de pesquisas, porque são caríssimos, nada descobrem e vêm-se na contingência de copiar as descobertas e inovações estrangeiras, adquirindo, ainda, a matéria-prima, sais, etc., indispensáveis, dos laboratórios estrangeiros. Está claro que os fabricantes estrangeiros que têm suas filiais em nosso país são a alto preço fornecem matéria-prima às organizações nacionais. Isto não quer dizer que o fabricante estrangeiro tenha sempre dois preços: um para sua filial e outro para a organização nacional. Não raro o preço é o mesmo e

serve até para justificar o preço alto imposto ao nacional.

Dentro de seu sistema de competição, a indústria farmacêutica estrangeira obtém lucros de todos os lados, vendendo a matéria-prima por preço elevado, cobrando «royalty» e recebendo, ainda, dividendos de suas filiais em nosso país. Os laboratórios de capitais estrangeiros no Brasil paga «royalty» às suas matrizes no exterior pela utilização de fórmulas importadas. E esse «royalty» que, legalmente, não poderia ser superior a quatro por cento, ascende, em realidade, algumas vezes até a dezesseite por cento, tornando-se pretexto para o envio de mais lucros para o exterior.

E ainda dentro da competição benéfica, mas somente para os grupos estrangeiros, realiza-se a propaganda que é onerosíssima para todos, grandes e pequenos laboratórios. Pode-se dizer que, a grosso modo, a grande indústria emprega vinte e cinco por cento de seu orçamento em propaganda, enquanto a pequena indústria, para acompanhar o ritmo propagandístico imposto, gasta sessenta por cento de seu orçamento, se não quiser sucumbir. Tal disparidade existe porque o processo de propaganda é o mesmo para a pequena e a grande indústria, enquanto que para esta seu resultado é muito mais rentoso, tornando mais baixa a taxa representativa da despesa.

Ante as vantagens da grande indústria de produtos farmacêuticos, de capital estrangeiro, e as desvantagens da pequena indústria nacional, não é de estranhar que dos 530 laboratórios existentes em nosso país em 1957 restavam 428 o ano passado. Desapareceram 102 laboratórios, todos nacionais, no curto espaço de dois anos.

Nada mais falso, pois, para o caso da indústria farmacêutica, do que a afirmativa de que a concorrência benéfica o público porque estimula o fabricante a esmerar a produção e baixar o preço. Rigorosamente não pode haver essa benéfica concorrência na indústria farmacêutica porque seus produtos são protegidos por «marcas» e entre os vários fabricantes os produtos nunca são iguais, mas similares. Deste modo, a preocupação do fabricante é manter o alto preço que possibilita a intensificação da propaganda para aumentar o consumo de determinados produtos, cujos similares deixam de ser preferidos se os seus fabricantes não seguirem o mesmo ritmo propagandístico. Onde o industrial vai procurar gastar pouco para sobreviver é no material empregado no fabrico dos produtos. Sua economia, tem, pois, um aspecto negativo para o público, uma vez que o industrial se preocupa em empregar a matéria-prima mais barata possível e nunca a melhor, a fim de reduzir o custo da produção de modo a competir com os demais nos domínios da propaganda, onerosa mas indispensável dentro do sistema atual.

Qual a solução?

Os pequenos industriais estão clamando por uma solução que lhes proporcionasse não somente a sobrevivência como fabricantes de remédios, mas, ainda, a expansão de sua atividade. Sabem que, desamparados como estão, sem crédito, sem qualquer proteção oficial contra a pressão do truste internacional de medicamentos, que aqui cada vez se expande, com aumento ou sem aumento dos preços de seus produtos seu destino é o mesmo: mudar de atividade, deixando o campo inteiramente livre às empresas de capitais estrangeiros, com a liquidação da indústria nacional, que virá se o Governo não tomar providência séria. Os pequenos industriais que ouvimos indicam uma solução que poderia ser estudada pelas autoridades públicas federais, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Sugerem a intervenção do poder público, mediante a encampação das pequenas indústrias deficitárias ou antieconômicas, que seriam fundidas com outras maiores, reduzindo-se, assim, o número de laboratórios; contrários ao sistema de intervenção na Bayer, Merck e Shering, feita durante a última Grande Guerra, pelo Governo, sem nenhum sentido de amparar a indústria nacional, mas somente por contingências do conflito, sugerem a criação de empresa de economia mista, na qual o Governo fosse minoritário. Deste modo, evitaria-se a reedição da intervenção naquelas três empresas de subídios do «Eixo», que se transformaram em ninho de emprego e passaram a ser altamente deficitárias. Sugerem, ainda, que o Governo, ao intervir, funde a grande indústria química de base, com participação compulsória de toda a indústria farmacêutica nacional, proporcionalmente ao capital dos que iriam participar dessa grande indústria. Essa indústria química de base é que seria, então, a responsável pelo fabrico de todos ou quase todos os sais consumidos pelos laboratórios nacionais.

Poder-se-ia alegar que não dispomos de técnicos, quantitativa e qualitativamente para tão grande empreendimento. Todavia, a experiência da Petrobrás Nacional nos indica a

solução. Importaríamos técnicos estrangeiros, ao invés de matéria-prima para a indústria de remédios, enquanto não formássemos nossos próprios técnicos.

Encarecimento de sais e vitaminas

Porque não temos uma indústria química de base, nossos laboratórios estão sempre sujeitos a aumentos de preços e, por sua vez, majoram, também, os preços dos remédios, em prejuízo da bolsa do povo que, afinal, é quem mais sofre e paga tudo. O maleito de profenpiridamina que custava em maio de 1957 Cr\$ 13.546,00 por quilo passou a custar, em junho de 1959 Cr\$ 30.157,00 e já custava em outubro do ano passado quarenta e dois mil cruzeiros. A metionina, que até janeiro de 1957 era vendida aos nossos laboratórios por Cr\$ 1.300,00 o quilo, em maio de 1959 passou a ser vendida a Cr\$ 3.200,00 e seu preço já foi novamente majorado.

As vitaminas tiveram seus preços elevados, depois que se anunciou a montagem de uma fábrica nacional em São Paulo. Essa fábrica, em verdade, não é nacional e foi montada por Merck Sharp & Dohme, poderosa firma norte-americana que resolveu evitar a concorrência de outras empresas estrangeiras no mercado brasileiro. Sabe-se que, como meio de proteger a indústria nacional, a SUMOC e a CACEX não facilitam a importação de produtos que são aqui fabricados. Merck Sharp & Dohme resolveu, por isso, montar uma «fábrica nacional» de vitaminas em Souza, a vinte quilômetros de Campinas. Em verdade, não fabrica aí quaisquer vitaminas, realizando-se, apenas, a última fase de fabricação do produto importado dos Estados Unidos da América. Mas Merck Sharp & Dohme conseguiu, assim, tomar conta do mercado e elevou imediatamente o preço das vitaminas. Passou a fornecer aos laboratórios nacionais a Vitamina B1, por exemplo, por Cr\$ 8.500,00 o quilo, produto que vinha sendo importado por seis mil cruzeiros. E vai aumentar para doze mil cruzeiros o preço de quilo. Os laboratórios nacionais não podem livrar-se de Merck Sharp & Dohme porque não conseguem licença de importação para vitaminas, alegando-se, clinicamente, que já existe no país uma fábrica nacional do produto.

Teatro "Esquina Perigosa"

A ação passa-se na Inglaterra, época atual, em uma residência grandiosa. Estão reunidos dois casais, um solteiro, uma moça idem e uma senhora escritora de novelas. A conversa se desenvolve sofisticada, como convém nos meios chens, Usque, gelo, elegância, e quando a dona da casa abre uma caixa de madeira com música, para oferecer cigarros, entra em cena um novo personagem invisível e a partir de então toma conta da trama. Isto não é apenas um motivo central de interesse, pois as opiniões e comentários sobre sua personalidade são os mais opostos. Trata-se de um irmão do dono da casa desaparecido do convívio dos vivos pelo suicídio — esta pelo menos é a opinião geral. Opinião partilhada pela polícia, na ocasião, ficamos sabendo, através do diálogo dos diversos personagens. A solteira com algumas frases dúbias levanta as suspeitas do irmão do morto, o qual resolve saber a verdade, custe o que custar, mesmo contra a opinião dos mais sensatos, especialmente da solteira, que deseja recuar diante do rumo assumido pelo que a conversa vai tomando. Ela sabe que o morto era cavalheiro de nenhuma moral, ligado a cada um dos presentes pelos laços, os menos recomendáveis. Depois de muitos avanços e recuos, valvins das visitas que depois de se terem retirado são convidados a voltar à discussão, descobre-se toda a verdade: o morto, homem dobochado, hebrônico e viciado em entorpecentes não suicidara — fora liquidado pela solteira. As razões não explícitas, justificadas. E o ato, ou melhor a cena, termina com o irmão fugindo, apavorado ante as revelações que ele próprio provocara e exigira. Ouve-se um tiro nos bastidores. Cal o pano, isto é, apaga-se a luz... e voltamos ao quadro inicial da peça: granfinhos bebericando, caixa de cigarros tocando musiquinha, solteira comentando... E o bom-senso dos presentes dando outro rumo à ação: vamos deixar esse assunto de lado e tratar de nos divertirmos que é muito mais interessante. Os casais saem dançando ao som da eletrônica. Moral da história, não se deve procurar a verdade... pelo menos nas rodas granfinas. E' sempre sumamente perigoso. — Em resumo, tipo de peça para o gosto do tipo de público do teatrinho da Praça Gen. Osório. — Em tempo, o autor é J. B. Priestley.

Nota: A Associação Brasileira de Críticos Teatrais está promovendo uma homenagem a Pascoal Carlos Magno. Muito justa. Mesmo os que discordam do Pascoal crítico, não podem negar solidariedade ao Pascoal, pioneiro do movimento teatral no Brasil, especialmente nos meios estudantis e amadorísticos. Por isso nos parece interessante a idéia da realização na Casa do Estudante.

Beatriz Bandeira

Palavras Cruzadas

Problema nº 9

F. Lemos

HORIZONTAIS: 1 — Mulher que possui muitos bens. 4 — Nome vulgar de réptil sauro, que habita as regiões quentes do globo. 7 — Fluido transparente, inodoro, insípido, que constitui a atmosfera terrestre. 8 — Debaixo de. 10 — Preposição indicativa de lugar. 11 — Nome próprio feminino. 13 — Nome próprio feminino. 15 — Igual; semelhante. 17 — Rileira. 18 — Comclusão. 19 — Pedra de altar. 21 — Igual; semelhante. 23 — Roça; quinta. 26 — Pronome pessoal da primeira pessoa do singular. 28 — Chefe etíope. 29 — Instrumento agrícola. 30 — Doença que se caracteriza por sifocções irregulares. 31 — Terra arretada própria para cultura.

VERTICAIS: 1 — Que não é funda. 2 — Transitivo de um lugar para outro. 3 — Membro empenado das aves. 4 — Rio da União Soviética. 5 — Nome da letra «G». 6 — Gostar muito de. 9 — Atualmente. 11 — Caixa de madeira ou couro, para viagens (pl.). 12 — Pequeno instrumento com que se assobia. 14 — Fazer doação. 16 — Mulher que amamenta criança alheia. 19 — Instrumento de

ataque ou de defesa. 20 — Pedra, em tupi-guarani. 22 — Sinoeiro, franco e honesto. 24 — Cólera. 25 — Nome próprio feminino. 27 — Do verbo «SER». 29 — Instrumento agrícola.

1	2	3	4	5	6
7	8	9	10		
	11		12		
13	14		15	16	
	17		18		
19	20	21	22		
	23	24	25		
26	27	28	29		
30			31		

RESPOSTA DO PROBLEMA Nº 8

HORIZONTAIS: 1 — Imola; 6 — Atalala; 8 — A.M.; 9 — Rei; 10 — Rd; 12 — Roma; 14 — Arma; 16 — Ora; 17 — Ias; 18 — Mola; 20 — Lodi; 21 — As; 22 — Cré; 24 — Os; 25 — Aprovar; 28 — Ioles. VERTICAIS: 1 — It; 2 — Mara; 3 — Olé; 4 — Lala; 5 — Al; 6 — Amorosa; 7 — Armador; 8 — Arama; 11 — Oasis; 13 — Mal; 15 — Rio; 19 — Acro; 20 — Leve; 23 — Rol; 26 — Pl; 27 — AS.

Você Pode Estudar em Moscou

Quem tiver menos de 35 anos e curso secundário completo poderá estudar na URSS durante quatro, cinco ou mais anos, livre de qualquer despesa — as custas das bolsas distribuídas pela Universidade da Amizade dos Povos, com assistência médica gratuita e passagens de ida e volta fornecidas pela Universidade.

Reunido recentemente, o conselho universitário, composto de membros do comitê soviético de solidariedade Afro-Asiática, União das sociedades soviéticas pela amizade e relações culturais com o estrangeiro e Conselho central dos sindicatos da URSS, aprovou as normas de admissão à Universidade em 1960, que publicamos em seguida:

A Universidade da Amizade dos Povos aceita inscrição para as seguintes faculdades: engenharia civil (construção e utilização de máquinas e mecanismos; construção civil; prospecções geológicas; extração e utilização dos minerais); agricultura (agronomia e zootécnica); medicina (terapêutica e farmácia); física, matemática e ciências naturais (matemáticas, física, química, biologia); história e letras (história, literatura, língua russa); economia e direito (economia e planificação econômica; direito internacional).

Podem ser admitidos na Universidade pessoas de menos de 35 anos, de ambos os sexos, independente de sua raça, nacionalidade ou religião.

Os cursos terão a duração de cinco anos na faculdade de medicina e de quatro nos demais.

As pessoas da Ásia, África e América Latina podem enviar seu pedido de admissão diretamente à Universidade ou às embaixadas ou consulados soviéticos no estrangeiro.

A admissão ao primeiro ano será resolvida pelo Conselho universitário após uma verificação dos conhecimentos dos candidatos, que devem possuir a instrução secundária geral estabelecida em seu país.

Quem não possuir a preparação necessária poderá ser admitido na faculdade preparatória da Universidade, para concluir sua instrução secundária num prazo de um a três anos.

para um período de um ano. Os pedidos de admissão serão aceitos até 31 de julho, inclusive.

Os pedidos serão enviados ao reitor. E' necessário incluir:

- 1 — Uma autobiografia, com dois retratos;
- 2 — Certificado do grau de instrução;
- 3 — Atestado médico de sanidade mental e física.

Foi constituída uma comissão de admissão, composta pelo adjunto do reitor, os decanos das faculdades e os professores, sob a presidência do reitor (professor Serguei Roumiantsev, doutor em ciências técnicas). A comissão examinará os pedidos, organizará os exames de admissão e fará suas recomendações ao Conselho universitário.

Os conhecimentos dos candidatos podem ser verificados em seu próprio

país, através das universidades e outras escolas superiores e secundárias nacionais, ou pela própria Universidade da Amizade dos Povos.

O Conselho universitário decidirá em definitivo a admissão ou rejeição. Sua decisão será enviada diretamente ao candidato.

A decisão será tomada, no mais tardar, a 1.º de setembro. Os cursos começarão no dia primeiro de outubro.

O ensino na Universidade é gratuito. Por outro lado, todos os estudantes receberão bolsas, terão assistência médica gratuita e serão alojados em internatos universitários (sem família). A Universidade assume a responsabilidade pelas despesas de viagem, ida e volta, dos estudantes.

A comissão de admissão da Universidade tem sede em Moscou, rua Kailinini, 16, na Casa da Amizade.

Brasil Estêve Presente na Reunião de Mulheres

Comemorando o cinquentenário do Dia Internacional da Mulher, realizou-se em Montevideu, a 25 e 26 de março, uma reunião de mulheres do Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile. A reunião tinha sido convocada pelo I Congresso Latino-americano de Mulheres, que teve lugar em novembro do ano passado em Santiago do Chile. Em Montevideu estavam presentes, além de grande número de representantes das províncias uruguaias, 10 representantes da Argentina, 4 do Paraguai, 4 do Chile e a sra. Zilda Xavier, em nome da mulher brasileira.

No encontro ficou resolvida a realização de um questionário que reflita a realidade de cada país, uma busca de problemas e soluções adequadas a cada situação; a realização de uma reunião nacional em cada um dos cinco países, com o objetivo de dar a conhecer os resultados da Jornada, e a realização, a 8 de março de 1961, do II Jornada feminina dos países do sul do Continente.

Mulher paraguaia

Um dos problemas mais discutidos durante a I Jornada feminina, segundo nos declarou a sra. Zilda Xavier, foi a situação do Paraguai, e a necessidade de um amplo movimento de solidariedade à mulher paraguaia, em luta contra Stroessner. Como diz o Apêlo da União a opressão da ditadura sanguinária de das Mulheres Paraguaias, «as mães sofrem a angústia diária pela vida de seus filhos, perseguidos e torturados nas mãos de verdugos sádicos. Milhares de mães, esposas, filhas e noivas vivem separadas de seus entes queridos, uns encarcerados ou confinados em campos de concentração, outros obrigados a sair do país».

A sra. Zilda Xavier informou a NR que as brasileiras que participaram da organização da I Jornada irão agora realizar um movimento de solidariedade às mulheres paraguaias e de aproximação com as mulheres da América Latina.

NOVO LIVRO DE FILOSOFIA MARXISTA

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO FORMALISMO E DAS CONTRADIÇÕES

por Alvaro de Faria

Nesta obra o autor se propõe a dar uma solução à questão que segundo o «Kommunist», órgão do Comitê Central do PCUS, é a tarefa fundamental da filosofia marxista de nossos dias: a de encontrar a unidade da dialética, da teoria do conhecimento e da lógica.

1 volume, brochura, com 410 páginas. Cr\$ 180,00
Livraria das Bandeiras Ltda. Rua Riachuelo, 342 — Loja 2
Telefone: 36-4871 — S. Paulo.
Atendemos pelo Reembolso Postal.

A doença infantil do "esquerdismo" no comunismo de VLADIMIR ILITCH LENIN

Importante obra teórica de grande atualidade. Um combate errado contra o sectarismo, o dogmatismo e o revisionismo

Edição comemorativa do 90º aniversário

de nascimento do autor

LANÇAMENTO DA

EDITORIAL VITÓRIA LIMITADA

A VENDA NAS LIVRARIAS

Pedidos pelo reembolso para Caixa Postal 165/Rio de Janeiro

Gr\$ 100,00

15 ANOS DEPOIS DO FIM DA II, CÚPULA PRECISA EVITAR A III

Seis Anos de Terror Sob o Signo da Suástica

Reportagem de FAUSTO CUPERTINO

A 8 de maio de 1945 os chefes das forças armadas alemãs Keitel, Friedburg e Strumpf assinaram a rendição incondicional da Alemanha nazista, depois de quase seis anos da guerra mais sangrenta de todos os tempos. Milhões e milhões de soldados e civis morreram, milhares de cidades foram parcial ou totalmente destruídas, a economia de quase todos os países da Europa foi mais ou menos abalada, o esforço produtivo dos homens e das máquinas foi concentrado na fabricação de meios de destruição. E tudo começou numa madrugada de fim do Verão europeu, com 50 divisões nazistas invadindo o território polonês, depois de uma série de ameaças de Hitler, embora sem declarar o estado de guerra. Depois de anos de bravatas e ameaças, a máquina do militarismo alemão, experimentada na Espanha, em 1936, e na Tchecoslováquia e na Áustria, em 1938, diante dos olhos dos dirigentes de países capitalistas, que fingiam não ver nada, era finalmente lançada com toda a sua força contra a Europa.

A guerra de araque

Dois dias depois da invasão da Polónia, a Inglaterra e a França declararam guerra à Alemanha. Seguiram-se vários meses de uma situação confusa: nem bem havia guerra, nem bem havia paz. Na fronteira entre a França e a Alemanha, os soldados se conserva-

vam em suas trincheiras, separados por estreita faixa de terra e de vez em quando trocavam tiros. Enquanto isto, as tropas nazistas punham em ação sua tática de guerra relâmpago, com o emprêgo de milhares de tanques e aviões. Abandonadas por seus dirigentes e chefes militares, a Polónia era ocupada em apenas 27 dias, a Holanda e a Bélgica em 19, apesar da presença de tropas franco-inglesas; a Noruega e a Dinamarca resistiam durante dois meses e eram também ocupadas. Quando chegou a vez da França, cujo exército era considerado um dos melhores da Europa, a história se repetiu: em 44 dias Petain assinava o armistício.

Ataque à URSS

A 22 de junho de 1941 perto de três milhões de soldados nazistas, protegidos por dezenas de milhares de tanques, canhões e aviões irrompem no território da Polónia ocupado pela União Soviética. Oito dias antes a TASS desmentia notícias da invasão próxima. Segundo o costume hitlerista, o ataque foi feito sem declaração de guerra e sem denunciar o tratado de não agressão proposto pela Alemanha e aceito pela URSS, em agosto de 1939, para ganhar tempo e preparar-se para a guerra com Hitler e seus aliados, insuflados pela atitude conciliatória dos países capitalistas. Depois da invasão da URSS e das primeiras vitórias retumban-

tes conseguidas pelas tropas nazistas, que se aproveitaram da surpresa e desorganização provocada pela invasão, os povos da Europa ocupada vacilavam entre a confiança no Exército Vermelho e o desespero causado pela idéia de que a única força capaz de enfrentar a Alemanha começava a baquear.

A batalha de Moscou

O fantasma da guerra relâmpago se afirmava cada vez mais à medida que as tropas alemãs se aprofundavam centenas de quilômetros dentro do território soviético, numa velocidade espantosa, para se encontrar às portas de Moscou nos meados de outubro, quatro meses depois da invasão. Todas as tentativas feitas por unidades e setores do exército soviético para barrar o caminho dos alemães foram inúteis. Apesar das grandes perdas, os nazistas avançavam mais e mais. Hitler havia prometido entrar em Moscou a 12 de outubro e parecia disposto a cumprir sua promessa, custasse o que custasse. Entre mortos, feridos e prisioneiros, os alemães perderam mais de oitocentos mil homens em seu avanço até as proximidades de Moscou. Num esforço final, Hitler mandou concentrar cerca de um milhão de homens e desferiu dois ataques contra a capital, chegando até 25 quilômetros da cidade, mas sem atingi-la. Finalmente, em dezembro e janeiro, os alemães são empurrados para longe.

O cerco de Leningrado

Entrando no território soviético por três grandes frentes, as tropas alemãs se dirigiram, pelo sul e ao centro, para Moscou, e pelo norte para Leningrado. Chegando à região de Leningrado nos fins de agosto, as tropas nazistas conseguiram completar o cerco quase completo da cidade a 9 de setembro de 1941. Começaram então os quinhentos dias de fome e luta em que toda a população da cidade de Lenin, que contava então com mais de dois milhões de habitantes, travou uma luta sem tréguas não permitindo que os alemães chegassem sequer aos bairros mais afastados da cidade. Durante meses a fio o único meio de fazer chegar alimentos, armas e munições a Leningrado foi o lago Ladoga, por navios quando era possível navegar, e por caminhões, quando suas águas estavam geladas. A fome, o frio e as doenças, porém, não conseguiram abalar a combatividade dos leningradenses, e a 18 de janeiro de 1943 a cidade era libertada.

A II frente

Antes mesmo da batalha de Moscou, o governo soviético chamou a atenção dos Estados Unidos e Inglaterra para a necessidade de abrir uma segunda frente na Europa, que obrigaria os alemães a desviar parte de seus efetivos da frente soviética diminuindo o peso da guerra que caía quase que exclusivamente sobre a União Soviética. Continuando sua política de antes da guerra, os países imperialistas da coalizão antihitlerista adiaram o quanto puderam um ataque decisivo contra a Alemanha nazista, limitando-se a ações menores na África e no Oriente Médio. Apesar da promessa da Inglaterra e dos Estados Unidos de lançar a 2ª. frente ainda em 1942, o desembarque na França só foi feito em junho de 1944, quando a sorte da guerra já estava resolvida a favor dos aliados. Até esta data, dois terços de todas as forças mobilizadas e de reserva da Alemanha foram lançadas contra a URSS.

Stalingrado

Se a batalha de Moscou quebrou o ímpeto das tropas hitleristas e acabou com a lenda da invencibilidade dos nazistas e de sua guerra relâmpago, a batalha de Stalingrado iria quebrar a espinha dorsal da máquina de guerra alemã e daria início à grande arrancada do Exército Vermelho, que só terminaria às portas de Berlim. Empurrados contra o Volga, os soldados soviéticos e a população de Stalingrado resistiram durante mais de dois meses a ataques cerrados de mais de setecentos mil soldados alemães, além de algumas divisões de italianos, húngaros, e outros, sob o fogo de mais de dez mil tanques e outros tantos canhões. A cidade foi defendida casa por casa; os operários trabalhavam de armas na mão e abandonavam suas máquinas para repelir os ataques



Começou aqui a marcha para Berlim

A batalha de Stalingrado marcou o começo do fim para a Alemanha nazista. Depois de dois meses de resistência inabalável aos ataques alemães o exército soviético desenvolveu um violento contra-ataque, cercando e destruindo o 6º exército comandado por Von Paulus nos bosques da região de Stalingrado

nazistas. Cinco meses depois de iniciada, a 2 de fevereiro de 1943, a batalha de Stalingrado termina com a vitória total do Exército Soviético. Cem mil alemães são feitos prisioneiros, mais de duzentos mil são mortos. Era o começo do fim.

O movimento guerrilheiro

Todo o mundo conheceu as proezas dos «maquisards» na França e dos «partigiani» na Itália, que lutaram durante todo o período de ocupação alemã e colaboraram na vitória aliada em seus países. Pouco se conhece, entretanto, sobre a luta dos guerrilheiros na Grécia, na Jugoslávia, na Tchecoslováquia, na Polónia e na própria União Soviética. Na URSS, por exemplo, até 1943, os guerrilheiros haviam eliminado mais de 300 mil soldados e oficiais alemães, destruído milhares e milhares de tanques, fortificações, pontes e liberado inúmeras cidades e regiões. Na Jugoslávia, o exército clandestino, chefiado pelo marechal Tito, dificultava os movimentos das tropas alemãs, desmoralizava o espírito dos soldados, colocando-os sob o terror constante de um ataque de surpresa e mantendo viva a resistência da população contra os ocupantes. Além disto, os guerrilheiros em toda a Europa impediam os alemães de lançar as tropas de ocupação contra a URSS.

Os campos de concentração

Ao lado dos bombardeamento e destruição completa de cidades inteiras, como Rotterdam, Rouen, Coventry e o massacre de populações inteiras como em Oudardour, Lidice, Lvov, Odessa, os campos de concentração e de trabalho forçado ficaram como os crimes mais hediondos praticados pelo nazistas. Milhões e milhões de alemães, tchecos, poloneses, franceses soviéticos foram barbaramente assassinados, condenados à morte por inanição ou conservados sob um regime de trabalho escravo para que aumentassem os lucros dos monopolistas alemães e continuasse funcionando a máquina de guerra nazista. Só da União Soviética foram enviados dois milhões de pessoas como «trabalhadores voluntários» até o fim de 1942. Apesar de todo o terror empregado nos campos de concentração, os nazistas não conseguiram aniquilar os prisioneiros. Buchenwald, por exemplo, foi libertada pelos próprios prisioneiros.

As duas frentes

Com o desembarque anglo-norte-americano na Normandia em junho de 1944, e na Provença, em agosto, modificou-se um pouco o quadro geral da guerra, que se tornou ainda mais desfavorável à Alemanha Hitlerista. Depois de suas derrotas durante o ano de 1943 frente às tropas soviéticas e tendo agora que sustentar a guerra também na França, a Alemanha não pôde mobilizar mais forças para tentar conter a grande ofensiva do Exército Vermelho, iniciada em maio. O grosso das tropas de Hitler, entretanto, continuou concentrado na frente oriental. Mesmo durante o contra-ataque alemão nas Ardenas, os anglo-norte-americanos nunca tiveram que enfrentar mais do que noventa divisões alemãs, enquanto que na frente germano-soviética os efetivos nazistas

chegaram a quase trezentas divisões recrutadas entre as melhores tropas hitleristas e constantemente renovadas com divisões retiradas do ocidente.

A insurreição de Varsóvia

Nos fins de julho de 1945 o Exército Soviético libertou Vilnius, capital da Lituânia e Lublin, em território polonês, onde foi criado o governo provisório da Polónia. Diante disto, o governo polonês que tinha se refugiado em Londres resolveu fazer uma demonstração de força libertando Varsóvia para assegurar a volta do poder burguês-conciliador depois da vitória sobre os alemães. Preparada em menos de uma semana e não podendo contar com qualquer apoio das vanguardas do exército soviético e do exército polonês livre que ainda estavam muito distantes, a insurreição de Varsóvia, iniciada a 1º de agosto, se desenvolveu num clima de desespero durante dois meses, sendo finalmente esmagada pelos alemães, que contava com uma superioridade numérica avassaladora. Dezenas de milhares de operários, estudantes e camponeses morreram nas ruínas de Varsóvia, destruída pelos nazistas e libertada a 17 de janeiro pelas forças combinadas do 1º exército polonês e soviéticas.

A batalha de Berlim

A medida que a guerra chegava ao fim, tornavam-se mais desesperada a resistência nazista na frente oriental, ao mesmo tempo que os auxiliares mais próximos de Hitler e, depois, de Doenitz, procuravam chegar a uma paz em separado com os anglo-norte-americanos. Nem mesmo o suicídio de Hitler, a 30 de abril de 1945, fez com

que o comando supremo nazista desistisse de uma guerra já então irremediavelmente perdida. Como já não existisse mais ninguém entre 16 e 50 anos para ser mobilizado, foram chamados para as fileiras crianças de 14 e 15 anos de idade. Em Berlim, para evitar que os soldados e a população civil fugissem foi inundado o metrô, causando a morte de milhares e milhares de pessoas. Nada entretanto adiantava mais e o comando da cidade se entregou aos soviéticos a 3 de maio. Era o último capítulo. 5 dias depois era assinado o armistício.

Bombas que não explodiram

Pouco antes de terminar a guerra os aliados realizaram em Potsdam uma conferência para tratar do futuro da Alemanha. Resolveu-se então que seria proibida a remilitarização e mesmo a fabricação de armamento na Alemanha. Sob pressão da União Soviética, as potências aliadas resolveram também que a Alemanha não seria desmembrada e que se cuidaria imediatamente da reunificação das zonas ocupadas pela França, Inglaterra, Estados Unidos e União Soviética. Os partidos e instituições fascistas seriam proibidos, bem como a propaganda de guerra e se impediria qualquer ameaça aos países vizinhos. Todos estes pontos foram postos de lado pelos países imperialistas. Como disse Kruschiov em sua viagem à França, são estas as bombas que não explodiram, mas que ainda podem explodir. A tarefa das potências que lutaram contra Hitler consiste agora exatamente em tirar o estopim destas bombas para que não venham a causar mais prejuízos e vítimas à humanidade.

Nota Internacional

Turquia, Sinal Dos Tempos

Nada pode ilustrar melhor no momento atual a situação existente no chamado «mundo livre» do que a reunião dos ministros do exterior da OTAN em Istambul. Enquanto os representantes dos países membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte, um dos mais fortes instrumentos da política de guerra do imperialismo, decidiam sobre a «unidade ocidental» na conferência de cúpula, nas ruas de Istambul grande número de manifestantes enfrentava a polícia para exigir o fim da ditadura de Menderes e a instauração de um regime democrático. Com sua presença em território turco, os dirigentes da OTAN deixaram claro seu desprezo pelas manifestações do povo turco e seu apoio à ditadura que começa a claudicar. Só isso pode explicar o fato de não ter sido transferida a reunião para outra data ou outro país.

Pelo que informam as agências telegráficas, o ministro do exterior da Turquia não teve o menor escrúpulo em desempenhar o papel de «representante» de seu país, no momento em que vários jornais são fechados, inúmeros dirigentes políticos que se opõem ao governo são presos e perseguidos e a lei marcial é decretada. A «unidade ocidental» que as agências capitalistas dizem ter sido conseguida em Istambul não podia ser melhor ilustrada: é, na verdade, uma unidade não pela vontade dos povos, mas segundo os interesses dos grupos dirigentes dos países imperialistas. E não se diga que o «representante» turco está sozinho. Ai estão, por exemplo, os ministros do exterior dos Estados Unidos e da Alemanha Ocidental para lhe fazer companhia.

Companhia honrosa, sem dúvida. No mesmo dia em que se iniciou a reunião de Istambul, o Congresso dos Estados Unidos aprovou por unanimidade uma moção no sentido de que Eisenhower defende em Paris a criação das liberdades fundamentais nas democracias populares. E isso com toda a autoridade moral que pode ter um Congresso que negou recentemente os direitos mais elementares aos negros norte-americanos. Do ministro das Relações Exteriores da Alemanha, o mínimo que se pode fazer é lembrar suas palavras de defesa da política de força e de cruzada das fronteiras no congresso da democracia cristã recentemente realizado. Na mesma reunião o ministro da RFA afirmava que não se devia desmilitarizar a Alemanha Ocidental como quer a opinião pública mundial.

A reunião da OTAN, realizada às vésperas da conferência de cúpula para preparar a posição ocidental mostra as dificuldades que ainda terão que ser vencidas no caminho que leva à coexistência pacífica entre todos os povos. Mas os manifestantes turcos, que gritavam «liberdade» do lado de fora do palácio mostraram, por sua vez, que os povos não esmorecerão em sua luta pela democracia e a paz.

Fausto Cupertino



Bomba não distingue soldado de civil

A segunda guerra causou mais prejuízos do que todas as anteriores reunidas. Os instrumentos proporcionados ao homem por milhares de anos de progresso foram mobilizados na tentativa insana de destruição

Os Bandidos da "Sala Verde"

De LUIZ ERNESTO JR.

I - O Epílogo

— Adeus, adeus... Despediu-se dos guardas, últimas pessoas com quem falava.

Foi na manhã de um sábado, 8 de julho de 1948, que entrou para o local onde viveu os doze anos finais, um larço de sua existência.

A cela 2.455 alinha-se a outras 33 que formam o sinistro corredor da morte, de paredes frias, cinzentas. Ao fundo, uma porta pesada esconde uma parte de mundo temida e odiada. Todos os dias, ao sair para os banhos de sol, os habitantes do corredor olham-na com calafrios, antevendo o momento de atravessá-la para nunca mais.

Sem confessar o crime de que era acusado, escrevendo, lutando contra um processo armado sem nenhuma prova concreta, ele esteve oito vezes, em doze anos, na iminência de entrar na "sala verde dos pássaros", como os reclusos de San

Quentin batizaram a sala fatal. Suas emoções de medo já arrefeceram. Luta pela vida, buscando provar a inocência e cometendo, aos olhos vendados da justiça, o maior crime de sua carreira: denunciar ao mundo a desumanidade da lei que, para impedir o crime, oficializa-o.

10 horas, 2 de maio de 1960. Aperta a mão de dezoito vizinhos no corredor da morte, seus companheiros de infortúnio. Fora dos muros da sombria prisão, ergue-se o clamor de milhares de pessoas que se incorporaram à luta que enfrenta. Crescem as suas forças para morrer com dignidade. Avança os poucos passos que o separam da porta odiada. Entra na sala.

Ironia macabra: a sala é verde, como verde dizem ser a esperança. Satisfaz a curiosidade indesejada. O compartimento é pequeno. De mobiliário, apenas uma cadeira de formato estranho. Sólida, em ângulos retos, tem como ac-

cessorios fortes correias que pendem de seus braços e pernas. Servem para imobilizar o infeliz ocupante.

Uma das paredes é de vidro. Por detrás dela, apinham-se guardas, jornalistas, autoridades e convidados que assistem ao triste espetáculo.

O condenado senta-se na cadeira. É amarrado, despede-se dos guardas. Seus olhos voltam-se para os alhares curiosos atrás da parede de vidro, última visão do mundo que abandona.

O diretor do presídio faz um gesto simples, espécie de aceno. O carrasco move uma alavanca. A técnica moderna assegura ao condenado morte rápida. Pastilhas de cianeto de potássio precipitam-se sobre um recipiente contendo ácido sulfúrico. O gás cianídrico é fulminante.

Era o ponto final da tragédia que começou num dia de 1922, quando, num bairro pobre de Los Angeles, veio ao mundo uma criança chamada Caryl

II - A História

O menino nasceu na cidade dos sonhos, longe de Beverly Hills e do Sunset Boulevard. A humildade da família, numa casa onde avultavam os problemas financeiros, não facilitava as objeções que a inteligência e a ambição de Caryl exigiam. A estrada da delinqüência, começou a percorrê-la na cidade dos anjos.

Aos quinze anos, uma suspeita de furto levou-o ao reformatório de Preston, verdadeira escola do crime. Lá aprendeu tudo sobre a arte de viver fora da lei, saindo pronto para aplicar os ensinamentos: roubo foi a constante de sua vida de criminoso obscuro, até

o dia em que os policiais de Los Angeles o prenderam pelo crime que jamais confessou e que o levou à câmara de gás.

Era 1948. O ano começou mal para a polícia: um automóvel equipado com um farolete de mão, ao qual se adaptava um envólucro de plástico vermelho, em tudo semelhante aos da polícia, punha em pânico os casais que procuravam a solidão das estradas dos arredores da cidade. Choviam as queixas de assaltos. A imprensa gritava.

A sensacionalista imaginação norte-americana logo encontrou um nome para o temível assaltante: o «bandido

da luz vermelha» enchia as colunas dos jornais.

Caryl, gozando de liberdade condicional, foi aprisionado num carro parado com o usado pelo bandido procurado. Inquirido, vítimas que pretenderam ver nele o assaltante, processo, condenação. A imprensa silenciou. Aparentemente, estava encerrado mais um acontecimento banal nos grandes cidades.

No dia 21 de maio de 1948, os doze jurados do Tribunal de Los Angeles ditavam a sentença: morte na câmara de gás. Começou nesse dia a grande batalha entre o homem e a justiça.

III - A Justiça

Do fundo da cela da morte, «fria santuário de aço e cimento que o Estado da Califórnia mandara erigir», Chessman insurgia-se contra os seus juizes. Repelia a sentença, não com desespero, mas fria e sensatamente: punha em jogo a infalibilidade dos togados da Califórnia, levantava as cortinas e começava a mostrar o que havia por trás do processo que o levava a marcar encontro com o carrasco de San Quentin.

Dezoito testemunhas, as vítimas, identificaram-no vacilando. Duas dentre elas, mulheres (prostituta uma, outra alienada mental); selaram seu destino. O artigo 280 do Código Penal da Califórnia previa que todos os autores de seqüestro seriam passíveis da pena de morte, mesmo que restituíssem a vítima ileso. O «bandido da luz vermelha» seqüestrou as duas mulheres, deixando-as em liberdade, depois, ileso, conforme praxe o laudo médico.

Os julgadores não tiveram o cuidado de apreciar melhor o processo; precisavam condenar e o que fizeram sem maiores delongas.

As leis foram feitas também para proteger os indivíduos contra os erros da coletividade, e não somente para proteger esta contra os abusos daqueles; havendo dúvida, a sentença deve ser favorável ao réu.

Esse princípio não foi levado em conta pela mais alta Corte da Califórnia, que homologou a pena contra Chessman baseada no verbal do processo, traduzido por um taquígrafo incompe-

tente para realizar o trabalho (o autor das notas taquígráficas falecera antes de completar o trabalho, o que levou a promotória a recorrer a um parente seu, por sinal alcoólatra, para fazê-lo). Viou-se assim a emenda 14 da Constituição dos Estados Unidos, possibilitando a Chessman meios para enfrentar a decisão dos juizes.

A batalha judiciária que se travou revelou a personalidade dos homens que julgam homens na Califórnia. Não importava mais saber se o acusado era ou não inocente, se a Justiça havia cometido uma falha — importante era salvar o seu prestígio.

Predominou então a figura de E. Goodman, juiz a quem Chessman atribuiu a «virtude» de jamais ter absolvido um condenado à morte, o homem que mandou o casal Rosenberg à cadeira elétrica.

— O caso Chessman ultrajou a honra e as leis dos tribunais da Califórnia — disse — É preciso fazer a roda parar de girar.

O «criminoso obscuro» tornara-se uma ameaça à sagrada instituição da pena de morte. Era preciso defendê-la.

Goodman comanda a batalha. Numa reunião de juizes em San Francisco uma proposta sua é aprovada, condenando a «excessiva liberalidade das leis federais para com os criminosos condenados à morte».

Os anos passam. De 1948 a 1955, 56, 57, 58, 59. Doze vezes o condenado vai aos Tribunais, oito delas «in extremis». Três vezes a execução da senten-

ça é adiada horas antes — uma, minuto antes.

Recursos são apresentados, adia-se a execução. Depois, são examinados e rejeitados. Um é aceito pela Corte Suprema dos Estados Unidos. Mandam-se fazer a revisão do processo, do verbal taquígrafado. Todos sabem que a tradução foi imperfeita. Até a Associação dos Taquígrafos dos Estados Unidos o reconhece. O Tribunal da Califórnia considera-a suficiente para permitir um julgamento.

A Justiça fica cada vez mais cega — não enxerga a verdade. As portas vão se fechando. Por fim, resta a clemência que pode ser concedida pelo governador Brown. Ele sabe que pode concedê-la... Mas almeja ser candidato à presidência dos Estados Unidos e não quer descontentar os maiores da Califórnia. Rejeita.

Mais um adiamento é conseguido. O último. Marca-se nova data, a derradeira: 2 de maio de 1960. As horas correm, os advogados tentam a Corte Suprema. O recurso é rejeitado. Acabam novamente à frente do juiz Goodman. Restam alguns minutos. Pedem o adiamento. Parece que o juiz vai conceder. Providencia-se uma ligação para San Quentin. Goodman não se lembra do número. Manda a secretária pedir a um dos funcionários do seu escritório. Ela volta, mas disca errado. Quando consegue falar com San Quentin, já era tarde.

Goodman pregara a última peça no homem que enviara à câmara de gás.

IV - O Homem

— Minhas armas serão as palavras... Caryl Chessman abandonou o revólver com que fazia a vida, pelas palavras com que iria defendê-la.

E pôs-se a estudar. Devorou toda a literatura jurídica que lhe caiu às mãos, dissecando as leis estudadas em defesa da propriedade privada contra a fome, o desespero, a falta de oportunidades para milhões.

Os grandes crimes sociais, a selvagem luta pela vida num país onde a conquista de uma posição nem sempre traduz valor humano, um torvelimha cuja engrenagem é mecânica e desumanizada, geram os crimes mais monstruosos, mais requintados em sua preparação, mais cruéis em suas consequências. Ali, mais que em qualquer outro lugar, forma sentido ser o homem o lóbio do homem.

Numa sociedade de tal ordem, é fácil compreender o papel de verdadeiros heróis que assumem juizes, promotores e carrascos propriamente ditos, quando conseguem sentar nas cadeiras punitivas alguém que atentou ou é suspeito de atentado contra a segurança dos bens de quem os possui.

— Não precisamos de amigos — advertiu Foster Dulles.

A demonstração de força é um monstro que apaga todas as esferas norte-americanas. Num país onde o presidente da República (Truman) não fitubeia em jogar bombas atômicas sobre grandes concentrações humanas, com o exclusivo objetivo de amedrontar

e demonstrar superioridade, não se pode hesitar em cometer crimes individuais, por maiores que sejam os clamores do mundo.

Chessman compreendeu tudo isso. Compreendeu que a aplicação da justiça em sua terra envolvia muitos outros fatores além da prova de culpabilidade ou não do acusado.

Seus livros são um libelo contra essa justiça. Mais que isso, contra a sociedade que a emprega. Com eles, selou seu próprio destino. As autoridades que o mataram poderiam inclusive perdoar o «bandido da luz vermelha», caso nele identificassem Chessman. Jamais perdoariam o autor de Cela 2.455, corredor da morte.

Seu caso deixara de ser apenas um crime contra cidadãos norte-americanos, para tornar-se um «crime» contra a sociedade norte-americana, contra um dos mais sólidos sustentáculos do «colosso». «Colosso» que ainda não tem força para aceitar a opinião de um seu filho do século passado, Wendell Phillips: «A comunidade que não tem coragem de proteger o seu mais humilde e odiado elemento na livre expressão das suas opiniões, por falsas e repugnantes que possam ser, nada mais é que uma massa de escravos».

Para a opinião pública mundial, os livros de Chessman passaram a representar a sua regeneração. De homem que vivia contra os seus semelhantes, que começou a estudar no cárcere ape-

nas para defender-se, tornou-se um grande lutador pela abolição da barbárie que é a pena de morte.

— Espero que a minha execução sirva para apressar a abolição da pena capital — afirmou Chessman ao chefe da guarda de San Quentin minutos antes de entrar na sala verde.

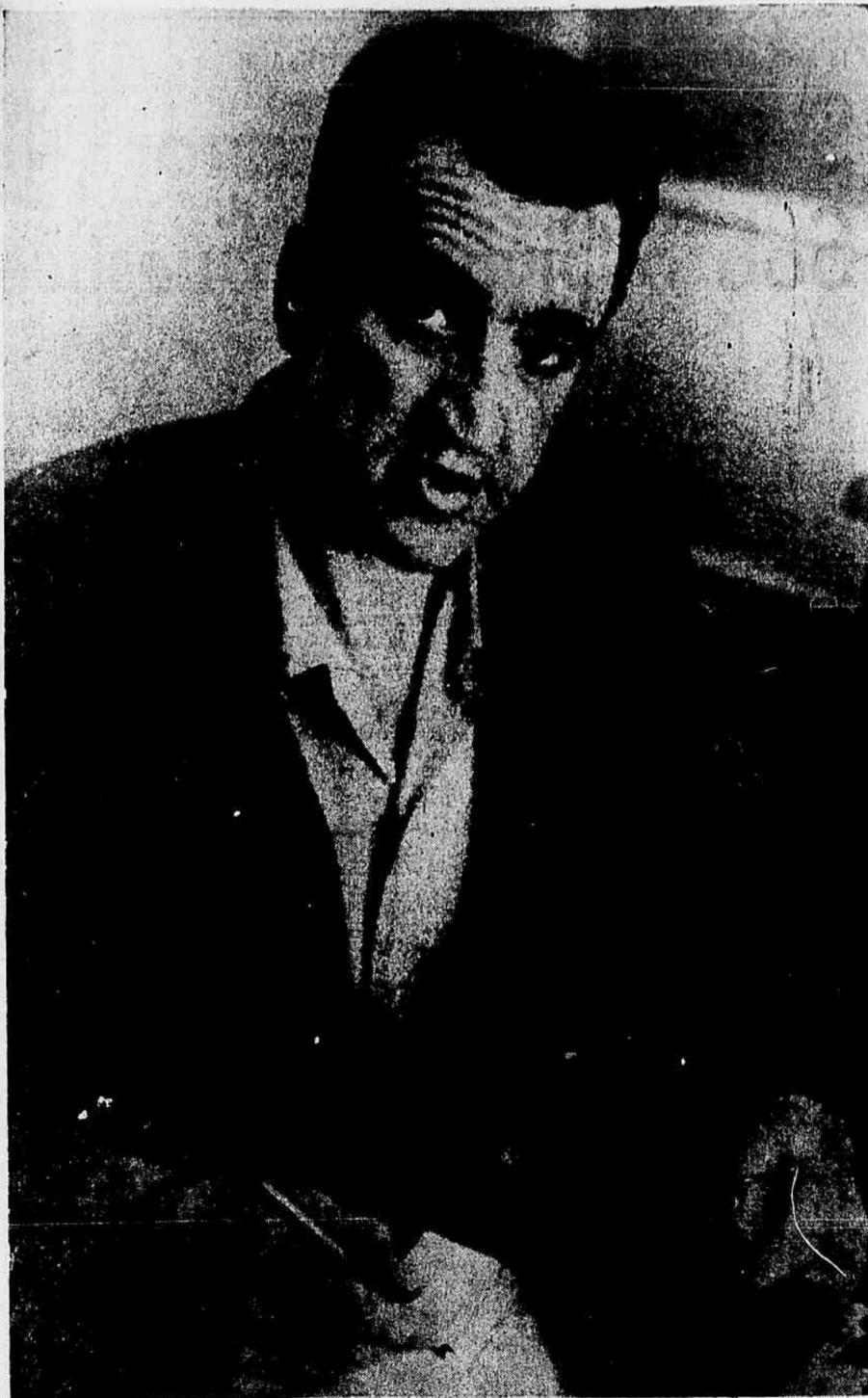
A época rentou em que Moisés atravessou a pé o Mar Vermelho, vigorava o tristemente famosa Pena de Talião, infligindo-se ao acusado o mesmo castigo que sofrera a vítima.

Hoje, nos Estados Unidos, é pior. O castigo é muito mais cruel que o crime. Chessman, mesmo que tenha sido o «bandido da luz vermelha», não matou ninguém.

Os doze anos que passou morrendo, numa tortura que espanta não haver arruinado seus sentidos, eram mais que suficientes para considerá-lo castigado. Deixassem-no viver, ainda que preso.

Pade-se não justificar o crime. Mas há que procurar compreender e auxiliar o criminoso a recuperar-se. Não se pode negar que, em regime capitalista, grande parte deles comete os primeiros delitos para solucionar problemas de sua própria subsistência. São criminosos, mas são homens.

Mais criminosos e menos homens são os que, bem postos na vida, resolvem serenamente, com requintes que chegam ao extremo de convidar pessoas para assistirem ao suplicio, assassinar em nome da sociedade.



V - Os Outros

... e Caryl Chessman passou a ser mais um na galeria de crimes legais cometidos pela Justiça dos Estados Unidos em nome não se sabe bem de quê. A galeria dos que morreram inocentes é longa: o mundo chorou os operários Nicola Sacco e Bartolomeu Vanzetti; o horror dominou milhões naquele antardecer de um dia de junho (19) de 1953, quando Ethel e Julius Rosenberg foram eletrocutados pelo carrasco de Sing Sing; Barbara Graham, a jovem de vida alegre que morreu inocente para satisfazer os desejos do juiz Fricke e do procurador Roll, revoltou o mundo quando o cinema contou a sua tragédia. É longa e cheia de crimes a crônica da Justiça do «Grande País do Norte».

Emmett Louis Till era um menino negro que morava em Chicago. Tinha doze anos em 1954, quando ganhou um prêmio por sua aplicação na escola: ia passar as férias na Louisiana, em casa dos avós.

Na pequena cidade do «mais profundo sul», às margens do Mississippi, tudo era novidade para Emmett. Logo fez amiguinhos e com eles foi tomar sorvete no «drug-store», o único do local. Na caixa estava uma loura, extravagante, Marilyn Monroe de província. O menino Emmett, que era de Chicago, cidade do norte, de operários, onde racismo era quase coisa do passado, assoviou quando viu a loura extravagante. Assovio de menino ingênuo. Os outros, que eram do sul e sabiam e sentiam o racismo, levaram-no da sorveteria. Temor nas faces infantis: apenas a de Emmett revelava alegria. Ele não sabia o que era o racismo na Louisiana.

Na casa dos avós havia apreensão, os amiguinhos de Emmett narraram o sucedido na sorveteria. Ralharam com o menino, tentaram explicá-lhe como viviam os brancos e os pretos naquela terra, contaram histórias. Emmett Till ouvia mas não acreditava.

Era noite, já. Batidas na porta, violentas. O velho vai abrir, temeroso, presentindo o pior. Dois homens à frente, atrás mais dois. Queriam o menino. O velho tentou resistir: apontaram um revólver e terminaram por agredi-lo. Emmett Till foi arrastado da casa ainda tonto de sono, sem saber por quê. Seu corpo foi encontrado dois dias depois, boiando no rio. Havia sido açoitado com fios de arame farpado, perfurações de bala marcavam seu corpo de criança. Parara o crime de um assovio.

Não houve escândalo na cidade quando encontraram o cadáver. A polícia abriu e encerrou o inquérito: criminosos desconhecidos, talvez vingança de negros. O velho avô não suportou e mesmo sabendo que podia ter fim idêntico ao do menino foi à Justiça e denunciou os criminosos: um deles era o marido da loura, outro o irmão. O inquérito teve de ser reaberto. Não podia haver dúvidas sobre a identidade dos criminosos: eles nem procuraram esconder seus rostos quando foram buscar o menino Emmett. Teve que se fazer o processo de dois brancos que mataram um menino negro. O juiz se sentia pouco à vontade no dia em que o velho preto sentou na cadeira do Tribunal para acusar dois homens brancos. O promotor não compreendia como devia

pedir a condenação de brancos, só porque mataram um preto.

Acabaram concluindo pela inocência dos dois acusados.

A Justiça estadunidense não é cega e tem duas faces, decide segundo conveniências: é capaz de não condenar assassinos brancos que matam negros, mas não perdoa aqueles inocentes que tentaram desafiar a sua onipotência. Sacco e Vanzetti eram inocentes e morreram; Caryl Chessman poderia não sê-lo, mas morreu porque teve coragem de revelar ao mundo a barbárie do assassinato legal. Uma coisa agora resta: que o povo daquela terra acabe com os patibulos, com os eletrodos mortais da cadeira elétrica, com a triste ironia da câmara pintada de verde onde o gás mata em 9 minutos.

NOVOS RUMOS

Dia Das Mães

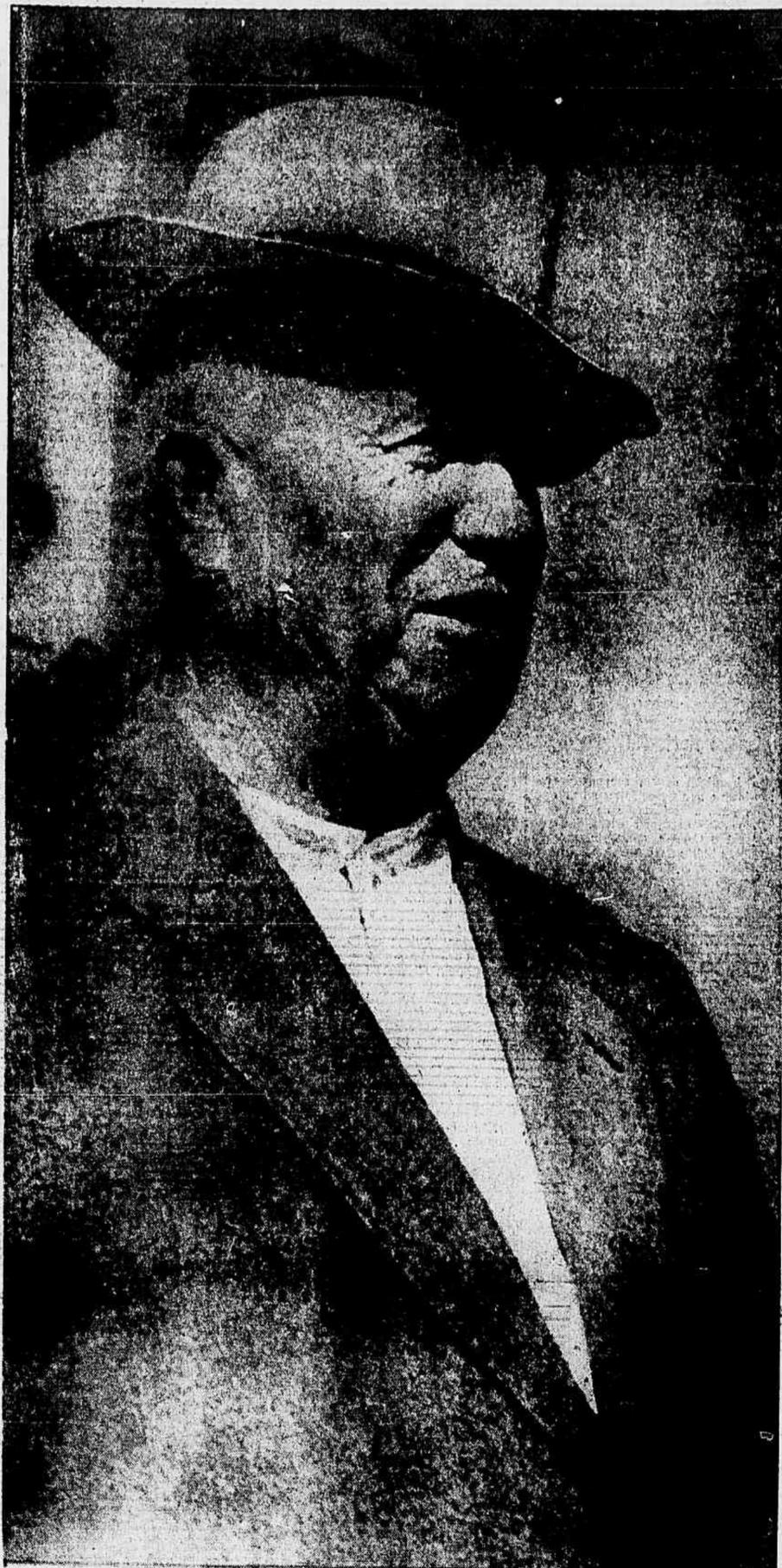
As vésperas do DIA DAS MAES não me ocorre a idéia de apontar fatos ou pessoas para somar às homenagens que serão prestadas àquelas que criam outras vidas, numa data tão comvente e que foi desvirtuada pela publicidade comercial. Mas penso como é difícil, para todas as mães, educar os filhos entre os obstáculos materiais e morais que a sociedade oferece aos sonhos de felicidade que cada mulher guarda, em particular, para saber realizado pela família. É uma luta desigual para dar-lhes uma noção de justiça, de beleza, de humanismo a respeito das coisas e das criaturas. E isso é tão importante como o pão de cada dia. Luta-se contra o sensacionalismo em torno de crimes, contra a má literatura infantil, contra a falta de uma literatura amena e construtiva para a juventude, contra o exemplo coletivo da exploração e da corrupção, que deforma a compreensão do conteúdo dos fatos refletindo-se sobre o comportamento social da criança.

As crianças sabem de todas as fases do crime da mulher assassinada em Copacabana. Como esconder, se os jornais contam a história em série, diariamente, durante semanas? É em torno de crimes, principalmente, que a nossa imprensa cria um centro de interesses, inflando, perniciosamente, nas mentalidades ainda não formadas ou mal formadas dos que não sabem ou não podem, no momento, colocar a paixão de alguns indivíduos como resultante da organização social.

Por isso, nem estranhel quando o garoto de oito anos, preocupado e saturado, perguntou a respeito de Cary Chessman: Maná, por que não matam logo esse homem? Seria uma pergunta imprópria para uma criança que vivesse em outro meio, onde o mundo infantil fosse respeitado pelas publicações, pelo cinema, pelo rádio, pela televisão. Mas, entre nós, é até natural que muito cedo comecem a preocupar-se com o ódio e a morte. Então, é preciso contar ao menino muitas histórias, a história de Sacco e Vanzetti, a de Ethel e Julius Rosenberg, a dos negros linchados, a dos mártires de Chicago, a história do mecanismo brutal que a plutocracia americana detém nas mãos para «justificar» os que não servem aos seus desejos. E que esse domínio de terror, às vezes, atinge outras pessoas criminosas ou não, pois não nos cabe entrar no mérito da culpabilidade de Chessman, mas repudiar o método usado para castigar um homem, mesmo criminoso.

Como vemos, às mães não cabe, apenas figurativamente, a missão de embalar os filhos e guiá-los os passos. E todas têm o mesmo dever. Assim, declaramo-nos contra os que escolhem mães apontando-as para homenagens especiais. Louvemos as mães que estão juntas na mesma obstinada luta, lutando para vencer os obstáculos materiais e morais que a sociedade opõe à felicidade de seus filhos.

Ana Montenegro



K Conta Sua Vida

De PIERRE COURTADE, exclusivo para HR

1ª de duas reportagens

Sexta-feira, 15 de janeiro de 1960, segundo dia da sessão do Soviet Supremo, uma fina poeira de neve cai sobre os jardins do Kremlin, em Moscou. Os abetos, com seu manto de neve, as cúpulas douradas das igrejas estão como se afogados num céu de inverno, pálido, esbranquiçado. Um grande automóvel negro, um «Zil 111» último modelo, para diante da catedral da Assunção. Não teria me apercebido de sua chegada se um grupo de fotógrafos e cinegrafistas soviéticos, que, imagino estivessem misturados à multidão de deputados, não o tivesse cercado. Reconheço perfis que vi em New York, Washington, Los Angeles, nos milhares do Iowa. Ouvi gritarem: «Nikita Sergeievich! Por favor! Aqui, por favor!» Evidentemente, os colegas norte-americanos fizeram escola...

A presença de Nikita Sergeievich Khrushchiov explode entre nós como o combustível de um foguete. Ao longo da calçada caminhamos sobre a neve que range sob os nossos passos, em direção da catedral de São Basílio e suas maravilhosas torres de malvaíço mulicor.

Pic, o fotógrafo, suprêso um instante em virtude da movimentação dos soviéticos seus colegas, consegue aproximar-se, encorajado por Khrushchiov que grita: «Avisem o francês para andar mais depressa! Deixem o francês trabalhar! Ele é nosso hóspede!» E pergunta: «É verdade que na França a bela estação começa em março?»

As mãos nos bolsos do capote, a fisionomia sorridente sob o gorro de astracá negro enfiado de neve, ele tem aquele passo ligeiro quase de bailarino, que nós havia impressionado quatro meses atrás quando, após descer do gigantesco «Tu 114», havia pisado pela primeira vez a terra da América e se dirigira, ao lado do presidente Eisenhower, ao local onde se encontravam dispostas em quadrado, as quarenta e nove bandeiras dos Estados da União.

Quanto tempo fora necessário para realizar aquele minuto! Para que se tornasse possível aquele minuto durante o qual o chefe da maior potência capitalista recebeu de igual para igual o presidente do Conselho de Ministros da União Soviética Adversários ou partidários de um ou de outro sistema, recebemos todos o impacto provocado por aquele encontro de caráter extraordinário.

Uma vida comum

Mais tarde Khrushchiov diria, a propósito de si mesmo e de Eisenhower, que a vida de ambos era semelhante, pois aprenderam trabalhando com as próprias mãos.

Mas eu acredito ter sido um modo de dizer, uma gentileza diplomática de parte do soviético. Nenhum destino de vida americano pode se assemelhar ao de Nikita Sergeievich Khrushchiov: pastor, mineiro, aluno de escola noturna, combatente na guerra civil, organizador e dirigente político...

Quando Dwight Eisenhower nasceu, de família modesta, sua mãe podia imaginar — sem excessiva fantasia — que ele se tornasse um dia presidente dos Estados Unidos, mesmo que para isso ele devesse vender jornais nas ruas, segundo uma tradição que faz parte do mito americano da igualdade de possibilidades; mas quando Nikita Khrushchiov nasceu a 17 de abril de 1894, no quarto único de uma casa de miseros camponeses, débilmente iluminada pela lamparina do ícone, seriam necessários, aos camponeses da vila de Kalinovka, na província de Kursk, imaginação e conhecimentos sobrenaturais para prever que o neto do velho servo Nikanor Sergeievich chegasse um dia a ser o chefe do governo do velho império do czar, transformado em Estado Socialista!

Não obstante tudo, este homenzinho gorducho, folgazão, curioso mesmo — a vivacidade de seu olhar, por estranho que possa parecer o contrário, lembra o olhar de Picasso — este Nikita Sergeievich Khrushchiov, primeiro secretário do Partido Comunista da União Soviética, não é por nada um predestinado. Ele é precisamente o contrário de um predestinado tanto tem de comum a sua vida como de milhões de outros.

Não uma vida excepcional, ultra-moderna, mas uma vida típica para os soviéticos da sua geração, formada na ação revolucionária durante os últimos anos do czarismo, na guerra civil, nos empreendimentos dos planos quinquenais, nas frentes da «grande guerra patriótica».

Não uma vida de caminhos secretos e de grandes mistérios, mas uma vida que coincidiu, em todos os momentos, com as diversas fases da vida do povo soviético, partilhando o sucesso e enfrentando os momentos mais duros, das longas «jornadas de tormentas». Nas recordações de infância e de juventude de Nikita Khrushchiov, os velhos revolucionários reconhecem a história da tomada de consciência de cada um, e os soviéticos das gerações que se sucederam descobrem a imagem de uma Rússia que relatam em acreditar tenha verdadeiramente existido. É a Rússia das ladainhas que cantavam no «domingo vermelho» de 1905, em Petrogrado, os cento e cinquenta mil manifestantes que iam — atraídos pela polícia para sangrenta armadilha — suplicar ao czar piedade pela miséria do povo: «Estamos reduzidos à mais negra

miséria, somos, oprimidos, obrigam-nos a realizar trabalhos acima de nossas forças, somos atormentados, em nós não se reconhece mais o ser humano... Somos lançados cada vez mais ao abismo da miséria, da servidão e da ignorância. O despotismo e o arbítrio nos sufocam... A nossa paciência está chegando ao fim».

Episódios da infância

«Era 1904 ou 1905 — conta Khrushchiov — eu tinha nove ou dez anos. Voltava da escola de Yuzovka, onde meu pai trabalhava nas minas de Donbass, quando um homem numa calcebe veio em minha direção galopando velozmente. Gritavam que os judeus haviam-se revoltado e que queriam proclamar um «czar judeu! Joguei os cadernos e corri a ver o que tinha acontecido. Vi as cenas terríficas do «program» e, no dia seguinte, no hospital, os cadáveres das vítimas. Os operários discutiam nos arrabaldes. A maioria deles era contra o «program», mas havia também os que o aprovavam. Realizaram-se reuniões durante as quais falaram oradores judeus e russos. Juntos, desmascararam a provocação. Apela-ram para a unidade e, no fim, até os operários que haviam participado do saque compreenderam e aplaudiram.»

A vida em Yuzovka era tão difícil que o pai de Nikita teve de mandá-lo de volta à Kalinovka, para viver com o avô. Na escola de Kalinovka a professora notou aquele jovem vivo e rebelde. «Um dia — conta Khrushchiov — ela me perguntou bruscamente: «Nikita, por que nunca fazes o sinal da cruz? Se nem a senhora o faz! — respondi. E percebi que ela ficara contenta com o resposta. Mais tarde vim a saber que era uma socialista revolucionária. Quando fiquei doente em minha casa, e teria certamente morrido, foi ela que me socorreu fazendo com que me levassem à casa de uma família rica, onde fui tratado. Ela me aconselhou a prosseguir nos estudos ou então frequentar um centro de aprendizado; mas eram necessários 40 rublos por ano e nós não os tínhamos».

Foi então — ele tinha 13 anos — que Nikita começou a trabalhar como pastor e como trabalhador braçal num grande feudo da região. Novamente a professora interveio e a convenceu a deixar a aldeia para ir trabalhar nas minas ou numa fábrica. Após dois anos em Kalinovka, ele retornou a Yuzovka (hoje Stalino). Na cidade, cujo nome derivava de Hugues, industrial inglês, dono da maior metalúrgica da região, ele conheceu alguns operários de vanguarda. Khrushchiov, depois de 50 anos, ainda se recorda muito bem deles: Goslovatch, seu chefe de turma; Dimitri Ivanovich Homenko, «um verdadeiro revolucionário», que o fez ler pela primeira vez os jornais do Partido Social-Democrático da Rússia, «Zvezda», depois «Pravda», e que dirigiu em 1912, as greves de solidariedade aos operários das minas de ouro do Lena, vítimas de cruel repressão.

Fases de uma vida

As fotos que ilustram a página documentam fases da vida de Khrushchiov. Em baixo, a partir da esquerda: jovem dirigente ao lado de Mikoyan, oficial do Exército com Vorochilov, e dirigente do P.C. da União. Ao alto, já primeiro-ministro.

NOVOS RUMOS

ANO II

Rio de Janeiro, semana de 6 a 12 de maio de 1960

Nº 62



A «Reforma Agrária» de Carvalho Pinto

HEROS TRENCH

Vem sendo objeto de discussão um chamado projeto de reforma agrária, ou de «Revisão Agrária», apresentado à Assembleia Legislativa de São Paulo, pelo governador Carvalho Pinto. Trata-se de um projeto que, conforme diz a mensagem que o acompanha, «estabelece normas de estímulo à exploração racional e econômica da propriedade rural e dá outras providências».

Três são os seus aspectos mais importantes: 1) — Incentivar e facilitar a aquisição e a exploração econômica da pequena propriedade rural, até 50 hectares, através do aproveitamento de terras do Estado, da desapropriação de terras improvetadas e da compra (ou doação) de terras cuja situação e características justificam o seu aproveitamento dentro do critério estabelecido. Nos loteamentos, serão reservadas áreas para campos de produção de sementes e mudas e demonstração, reflorestamento, formação de parques florestais e abrigos para a fauna silvestre, localização de colônias-escolas, armazéns e silos, postos agropecuários, cooperativas ou outra obra pública ou social. 2) — Os meios previstos para a execução desta lei serão: receita arrecadada do imposto territorial rural, suas majorações e a renda proveniente da venda de lotes, incluindo juros, multas e aluguéis. Automaticamente empenhada no orçamento, essa dotação será utilizada: I) Até o limite de 50% na efetivação das medidas previstas no loteamento de terras, inclusive nos serviços com ele relacionados tais como planejamento e assistência técnica; II) Até o limite de 30% nos trabalhos de florestamento e reflorestamento, para os quais a verba prevista será utilizada em todo o Estado; III) Até o limite de 20% nos trabalhos de conservação do solo, drenagem, irrigação e irrigação. 3) — O projeto fixa as novas taxas (com caráter progressivo) para a cobrança do imposto territorial rural, bem como determina os casos de redução, isenção e cobrança em dobro.

Severamente minucioso, o projeto estabelece as condições que visam «estimular e facilitar» a compra dos lotes, das quais as mais importantes dizem respeito ao pagamento e à forma de cultivo. Qual o critério de venda? A vista ou a prazo (não superior a 10 anos). Qual o preço? O valor médio das terras da região, benfeitorias existentes e melhoramentos introduzidos no loteamento. Nas vendas a prazo, o pagamento será feito em prestações anuais de igual valor, devendo a primeira ser feita no ato de recebimento do título provisório, como condição de posse; em caso de atraso no pagamento das prestações, que são acrescidas de juros de 6%, haverá multa de 10% e o não pagamento de duas prestações consecutivas importa em rescisão do contrato independentemente de qualquer aviso, perdendo o comprador as importâncias pagas e benfeitorias feitas, sem direito a qualquer indenização. Estas, as condições de compra. Mas existem outras exigências, quanto ao contrato de venda ou promessa de venda, e que são resolutivas: iniciar a exploração dentro de três meses; residir com a família pelo prazo mínimo de 5 anos no lote e explorá-lo diretamente e não fixar residência dentro de 6 meses; apresentar no fim de dois anos o lote racional e intensivamente explorado, segundo normas fixadas pela Secretaria da Agricultura. O não cumprimento destas condições importará na rescisão do contrato, restituindo-se neste caso ao comprador o que já houver pago, deduzida a título de aluguel, importância fixada em regulamento. As benfeitorias, bem como multas e juros, não serão considerados, para efeito de indenização ou devolução. Além de tudo isso, ainda se acrescentam várias proibições: O comprador só poderá vender o lote, arrendá-lo ou cedê-lo, no todo ou em parte, depois de 5 anos, mediante autorização competente. Não poderá tirar madeiras e subprodutos das árvores do lote, sem prévia autorização.

Sabendo-se que no Estado de São Paulo o preço médio de um alqueire de terra é de 100.000,00, um lote de 20 alqueires custará, a dinheiro, 2 milhões. Só quem tiver, no mínimo, 200.000,00 para dar de entrada poderá pensar em ser candidato à compra, se estiver disposto a enfrentar as exigências do contrato e contar com meios para as com o exclusivo objetivo de amedrontar

demais despesas de instalação, etc. Ficam praticamente excluídos do acesso à terra aproximadamente 700 mil assalariados agrícolas que, em nosso Estado, não recebem sequer o salário mínimo que lhes é garantido por lei, bem como as centenas de milhares de camponeses arrendatários ou parceiros, que todos os anos pagam, pelo aluguel da terra, preços que freqüentemente lhes levam, inclusive, parte do produto necessário à própria subsistência e de suas famílias, essa massa enorme de assalariados e camponeses constitui no Estado a maioria da população economicamente ativa no campo e representa a proporção de 74% de camponeses sem terra. Para estes, a «Reforma Agrária» do sr. Carvalho Pinto não existe. Apenas alguns poucos camponeses ricos ou possuidores diversos de capitais poderão ser considerados. Para o Estado, será um grande negócio vender, pelo critério de preços estabelecido, as terras devolutas que ainda possui, relativamente poucas, pois a grilagem impera. O negócio é tão bom que a FARESP, na opinião que dá a respeito do projeto, reivindica para os proprietários de terras que as mesmas condições sejam estendidas aos particulares, para fins de loteamento. Será uma grande oportunidade para os que pensam ganhar bastante com a especulação de terras improdutivas. Diga-se de passagem que o Secretário da Agricultura já declarou que essa proposta deve ser atendida.

Outra questão importante é a dos meios com que contará o governo para a compra de terras. Qual será o seu montante? No orçamento deste ano, que é de aproximadamente 87 bilhões de cruzeiros o imposto territorial rural tem uma arrecadação prevista que não ultrapassa 1 bilhão. Como apenas até a metade pode ser aplicado nos loteamentos, o máximo que se poderá utilizar atingirá 500 milhões de cruzeiros, e não só em loteamentos, mas ainda em reflorestamento, campos de produção, parques florestais, silos, armazéns, e demais obras previstas no projeto. O que sobra? Uma insignificância, que dará para uma pequena quantidade de lotes a preços elevadíssimos.

Nem sequer se poderá esperar que a arrecadação do imposto territorial rural possa crescer muito, apesar do caráter progressivo que passará a ter, dado que as facilidades de redução e os casos de isenção, da maneira como estão previstos, possibilitarão praticamente a quase todos os grandes proprietários de terras escapar dos aumentos, ou de sua maior parte. Exemplo disso é o caso dos grandes frigoríficos estrangeiros que, em nosso Estado, são possuidores de mais de meio milhão de hectares, e que, pelo critério estabelecido, gozarão de grandes descontos. Aliás, o sr. José Bonifácio Coutinho Nogueira, Secretário da agricultura procurando acalmar certos latifundiários apressadamente assustados, em declarações recentes afirma que o projeto não tem fins fiscais e que o total do imposto territorial rural não será aumentado. É possível o critério de isenção para as propriedades até 50 hectares. Nisso, o projeto arredonda para cinquenta a isenção já existente para 48,4 hectares (20 alqueires) que, no entanto, está sujeita a uma série muito grande de exceções, de acordo com a lei n.º 5.440 de 23 de outubro de 1959.

A chamada «Revisão Agrária» do sr. Carvalho Pinto não atingirá os fins que preconiza — de reverter a estrutura agrária do Estado, e desenvolver a produtividade na agricultura, por via da criação em grande escala da pequena propriedade. Poderá, quando muito, se efetivamente aplicada, favorecer pequena quantidade de agricultores de algumas zonas, facilitar créditos a fazendeiros para reflorestamento e práticas conservacionistas, e assim mesmo em proporções reduzidas. Como diz com muita propriedade o deputado Miguel Leuzzi, o projeto do governador não pode ser tratado de reforma, pois trata-se tão-somente de uma nova tributação territorial, projeto esse que está encontrando nos meios agrícolas a mais solene repulsa.

Não é pelo caminho aberto através do projeto do governador Carvalho Pinto que os camponeses sem terra ou com terra insuficiente terão acesso à terra em nosso Estado. Sobre isto, torna-se necessário fazer novas considerações.

Dada Prioridade à Remodelação de Linhas Nos Investimentos Ferroviários em 1959

Quase dois mil km. de vias total ou parcialmente reformados, com a aplicação de 118 mil toneladas de trilhos, 1.259.169 m3 de pedra e 4.420.319 dormentes

Apreciável aumento de produção registrou o conjunto das 16 estradas de ferro filiadas à RFFSA no exercício de 1959, como resultado das medidas de equipamento de transporte e das melhorias introduzidas nas vias férreas permitindo a melhor utilização do sistema de tráfego sob sua administração, conforme as linhas que orientam a execução do programa das metas ferroviárias do atual governo.

São qualificados de auspiciosos para a economia da empresa dois índices: o de aumento do tráfego de mercadorias (19,7%) inédito na história das ferrovias federais e superior ao de passageiros (9,9%) não obstante o crescimento (16,3%) dos transportes suburbanos; e o de aumento do percurso médio, tanto da carga (de 215 km em 1958 para 249 km em 1959) quanto dos passageiros do interior (de 79 km em 1958 para 83 km em 1959).

Por outro lado, o aumento de 12,1% nas unidades de tráfego em relação a 1958, assim, progresso importante, quando confrontado com o acréscimo médio anual de 3% observado no decênio terminado em 1957, ou com o incremento de 5,9% verificado de 1957 para 1958.

Remodelação de linhas

De acordo com o programa que inspirou a sua criação, a Rede Ferroviária Federal deu prosseguimento, no ano que passou, a importantes obras de reaparelhamento das suas estradas, tendo o setor da remodelação de linhas ocupado prioridade nos investimentos e na execução dos serviços.

Dentre as medidas tomadas nesse sentido, destacou-se a instalação de 41 pedreiras completas destinadas a aumentar, no menor prazo possível, a produção mensal de pedra britada, que deveria elevar-se de 167 mil m3 para 270 mil.

Por outro lado, continuaram a chegar em 1959, os trilhos importados, por encomenda feita em exercícios anteriores, através do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e pela própria RFFSA. A aplicação de trilhos nas diversas estradas atingiu 118.605 toneladas. Também foram assentados, no período, 4.420.319 dormentes.

Tais cifras correspondem a um total de 1.965 km de via total ou parcialmente remodelados, com a seguinte distribuição por estradas: 386 km na Rede Mineira de Viação; 340 km na Rede de Viação Cearense; 279, na E. F. Nordeste do Brasil; 230 na Rede Ferroviária do Nordeste; 202 na Central do Brasil; 200 na Rede de Viação Paraná-Santa Catarina; 174 na Leopoldina; 65 na E. F. Goiás; 34 na Santos a Jundiá; 25 na Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina; 24 na Leste Brasileiro e finalmente, 6 km na São Luis-Terezina.

Variantes

Na parte que se refere às variantes, verificaram-se apreciáveis melhorias em suas condições técnicas, levando-se em conta que muitos de seus trechos possuem densidade de tráfego que justificam investimentos nesses setores. Na Central do Brasil, tiveram curso as obras das variantes de Esperança-Rio Acima e Periperi-Sele Lagoas, bem como as de Parati, já entregue ao tráfego e que continua em processo de consolidação e a de Floriano-Aguilhas Negras, em fase de conclusão. Na Nordeste, estão em construção as variantes de Campo Grande, Guatambu-Araçatuba, Montevade-Lins e Penópolis km 230. Na Santos a Jundiá, foram inaugurados os trechos km 42 km 41 — km 47 — km 50. No tocante às variantes da Paraná-Santa Catarina, foram concluídas as de Rio Negro-Engenhelo Blé (trecho do Tronco Principal Sul) e Joaquim Murinho-Jaguariava, estando em fase de conclusão e consolidação as variantes de Joaquim Murinho-Campo Mourão; em andamento Jaguariava — Rio Rêgo (intencionalmente atarazado) e a de Barracões. No que se refere à Rede Mineira de Viação teve prosseguimento de manutenção também intensa o alargamento de bitola do trecho Lavras-Divinoópolis. Na Leste Brasileiro, foi concluída a variante Bumburê-Fazendinha e na Nordeste o trecho Paudalho e Carpiúba.

Tração

Não menor foi o ritmo do reaparelhamento, em 1959 no setor da tração. Foram concluídas e postas em tráfego nas diversas ferrovias filiadas, as últimas 40 locomotivas diesel-elétricas correspondendo à encomenda de 193 unidades colocadas em fins de 1957 e início de 1958. Com essa providência o ritmo de dieselização das estradas federais manteve-se expressivo com os consqüentes benefícios para os transportes sobre trilhos. Foi aliás essa melhoria no parque de tração apontada pelos técnicos como uma das causas preponderantes do aumento de produção assinalado no ano que passou. Com a dieselização em marcha, a tração a vapor, que participava em 50% do total de tração ferroviária em 1956, foi reduzida para 20% em 1959 e, segundo as previsões, deverá cair para 10% nos próximos anos.

Material rodante

Por sua vez, verificou-se considerável acréscimo na aquisição e recuperação de material pela RFF. No último ano um total de 756 vagões e 128 carros incluindo estes últimos 30 carros motores elétricos. Na Central do Brasil, entraram em tráfego 6 locomotivas, 47 carros e 2 de trens unidades suburbanas e 36 carros de outros

tipos, recuperados. De seu lado, a Santos a Jundiá concluiu a montagem dos carros de aço Loxidável, totalizando 90 unidades, que se destinaram a substituir carros de madeira no tráfego suburbano.

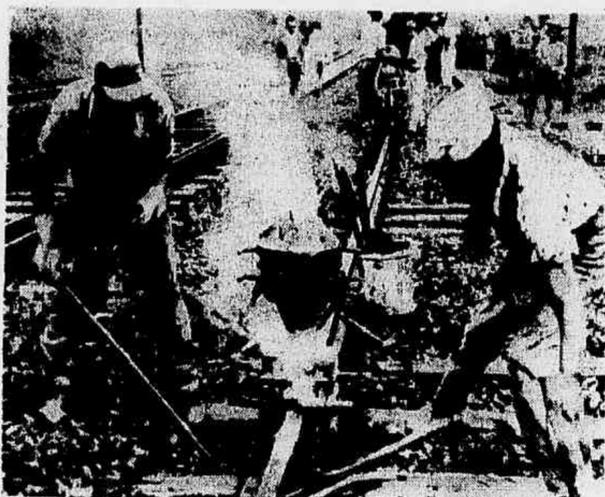
Ainda no último ano, realizou-se concorrência para aquisição, na Indústria Nacional, de 2 mil vagões de diversos tipos, cujas encomendas, entretanto, não chegaram, por falta de recursos destinados a tais investimentos. Também prosseguiram os trabalhos de recuperação de material rodante em geral bem como de modernização e padronização dos sistemas de freios de vagões e carros. No setor de oficinas e depósitos, a RFF deu continuação às obras de ampliação dos mesmos e construção de unidades, tendo em vista a necessidade de locais adequados à manutenção de locomotivas do tipo diesel-elétricas.

Ligação Norte-Sul

Também devem ser mencionadas as obras e aquisições feitas no ano passado para a instalação do serviço de ferry-boat entre as localidades de Propriá e Colégio, dando intercomunicação às linhas da Leste Brasileiro e da Nordeste, estabelecendo dessa forma a ligação ferroviária Norte-Sul.

Eletrificação e sinalização

Resta, ainda, mencionar, no setor do reaparelhamento ferroviário a carga da RFF, as obras realizadas nos setores da eletrificação e sinalização. Na Central do Brasil, no tocante à eletrificação, prosseguiu a duplicação da linha tronco com extensão pelo ramal de Ararã, e o trecho de 27 km nos subúrbios de Belo Horizonte, entre Barreiro e Mata-Curo; na Santos a Jundiá a conclusão do trecho Mauá-Paraná Piaçaba que completou a eletrificação da linha no plano da Paraná S. Catarina a conclusão de barragem de



Aspecto do trabalho de renovação da via permanente de uma das estradas da RFFSA

Nota Econômica

Não são alentadores, muito pelo contrário, os resultados do primeiro trimestre do ano em curso, no que se refere às exportações brasileiras. De um modo geral, persiste a tendência à deterioração dos preços dos nossos principais produtos de exportação, a começar pelo café e o cacau. E isto se reflete tanto na desvalorização dos produtos, como na redução das vendas, o que leva as autoridades responsáveis pela política econômica financeira a dar certos passos que não podem ser considerados positivos.

Vejam o que se passa com o café. Enquanto no primeiro trimestre do ano passado o Brasil exportou 4 milhões e 350 mil sacas, em números redondos, no período correspondente deste ano as exportações não foram além de 3 milhões e 810 mil sacas, piorando com uma redução de 500 mil sacas este ano, o que corresponde a uma queda cambial menor em 20 milhões de dólares. Diversos fatores são apontados como causa da retração dos mercados compradores, o primeiro dos quais é a ausência de uma definição governamental quanto à política que adotará em relação à safra de 1960-1961. A não formulação dessa política estaria levando os compradores a retrair-se na expectativa de poderem realizar dentro de três meses, compras a preços mais baixos. Outro fator seria a política do IBC de impedir, praticamente, que comerciantes e calculetores em trem no mercado do disponível nos portos exportadores, mediante a entrega dos estoques existentes nesses mercados a algumas firmas, que sustentam a cotação de 37 cents de dólar por libra-peso de café.

De outro lado, porém, o próprio IBC vem de realizar vultosa transação com o monopólio norte-americano American Food, vendendo-lhe 1 milhão e 500 mil sacas dos seus estoques por 30 milhões de dólares, sob a alegação de que se trataria de café a ser industrializado e de qualidade inferior. De um modo ou de outro, porém, o fato é que o café que vem exportando a cerca de 40 dólares a saca, foi vendido pelo IBC a cerca de 33 dólares. A explicação para a transação é que o governo tem preferência de dólares,

Vê u de Noiva, e prosseguimento da construção da Central do Marumbi; na Rede Mineira, a eletrificação em um total de 114 km e na Leste Brasileiro e conclusão de 44 km de linha eletrificada.

No setor da sinalização, a RFFSA acompanhando o progresso tecnológico deu curso a execução de um programa de aperfeiçoamento dos sistemas existentes, nas suas principais estações, através da instalação de bloqueto automático nos trechos de maior intensidade de tráfego, permitindo, assim, a circulação com segurança de trens mais velozes com intervalos menores.

Métodos de operação

A RFFSA continuou no exercício os esforços para corrigir antiquados métodos de operação, de baixa produtividade, cujos resultados, todavia, nem sempre se manifestam a curto prazo.

Muitas providências para racionalização de métodos de operação têm sido tomadas e, embora haja decorrido apenas um biênio de atividade, já se registraram alguns benefícios apreciáveis.

Exemplo significativo é o transporte de minério pela Central do Brasil. Em 1958 programou-se dobrar a lotação dos trens de minérios entre Lafael e Volta Redonda e já no meado daquele ano circulou um trem de 5.500 toneladas líquidas utilizando a tração de 2 ou 3 locomotivas diesel-elétricas conforme a resistência da linha. Tal resultado, entretanto, foi amplamente superado em 1959 por acontecimentos inéditos na história ferroviária federal: em abril, correu um trem de 80 vagões com a lotação total de 6.000 toneladas líquidas; e, em maio, uma composição de 99 vagões, racionada por 4 e 6 locomotivas diesel de 1.600 HP, transportou um peso bruto de 9.544 t, que permitiu descarregar em Volta Redonda, de um único trem, 7.835 toneladas de minério.

Dicionário

Superfaturamento

Uma das piores e mais antigas modalidades de fraude cambial é o superfaturamento das importações. De tal prática valem-se notadamente as companhias imperialistas que operam no Brasil a fim de realizar lucros, chamada remessa invisível de lucros para o estrangeiro. Uma das formas sob a qual é praticado o superfaturamento consiste no aumento do preço de certas importações; desse modo, os dólares que saem do país para efetuar os pagamentos lá fora tomam dois destinos: parte pagará o preço real da importação e parte será lançada como lucro da filial da empresa imperialista que opera no Brasil.

A fraude é amplamente empregada sobretudo pelas companhias norte-americanas, uma vez que, nos Estados Unidos, os preços da maioria dos equipamentos industriais são cerca de 30 por cento mais elevados dos que os dos equipamentos correspondentes fabricados em países capitalistas da Europa, como a Suíça, a Itália, a França, etc.

Sabe-se, por exemplo, que a Light de há muito usa esse expediente para efetuar remessas ilegais de lucros (a Light, aliás, usa todos os expedientes possíveis, inclusive aumentando legalmente taxas de juros de empréstimos concedidos com aval do governo brasileiro). Daí, por exemplo, a contratação que existe, de um lado, entre os relatórios da companhia, aqui, segundo os quais os lucros da empresa têm sido sistematicamente reinvestidos em obras e, de outro lado, a distribuição de dividendos aos acionistas canadenses...

Outra sangria muito séria na economia nacional através do superfaturamento é dada pelas companhias distribuidoras e as refinarias particulares de petróleo. Cálculos feitos na Petrobrás estimaram que 23 por cento do valor das importações de petróleo feitas por essas refinarias correspondem a superfaturamentos. Num relatório enviado ao Conselho Nacional do Petróleo, a 6 de outubro de 1958, afirmava oficialmente a Petrobrás que se lhe fosse entregue o monopólio das importações de petróleo e derivados, a empresa proporcionaria ao país uma economia de cerca de 150 milhões de dólares por ano, comprando petróleo a melhores preços! Todavia, o brigadeiro, Fleituss, presidente do CNP, recusou-se a conceder a medida. A Petrobrás argumentou com fatos: quando passou a ser importadora exclusiva do gás liquefeito, conseguiu comprar o produto por um preço 60 por cento menor do que aquele por que era importado pelas companhias particulares!

No caso da Esso, da Shell, etc., os dólares que saem do país através do superfaturamento incorporam-se diretamente aos lucros das matrizes; no caso das refinarias particulares (Capuava, Mangueiras, etc.) destinam-se a formar reservas de divisas, fora do Brasil, para determinadas associações com aqueles mesmos trustes, a que são ligadas. Agora, mesmo, na exploração do petróleo boliviano, esses dólares estão sendo utilizados por tais empresas brasileiras.

O que é mais grave é que em vez de restringir, o governo amplia o campo do superfaturamento. Ainda há um ano e meio, com a eliminação do monopólio estatal para as importações de borracha, a Firestone, Goodyear, Dunlop, etc., passaram a ter as menores facilidades para a prática do superfaturamento, uma vez que grande parte da borracha que compram é vendida pelas empresas... Firestone, Goodyear, Dunlop, etc., que possuem grandes seringaais no Oriente.

Resultados Desalentadores

inclusive devido à fraqueza das exportações. Mas é inevitável que a operação realizada pelo IBC só pode atuar no sentido de arrastar ainda mais para baixo a cotação do café. Em outras palavras: continua a política baixista, tanto mais quanto a volume negociado com o referido monopólio norte-americano corresponde a quase 15 por cento das nossas exportações anuais de café para os Estados Unidos.

No que se refere ao cacau, sob a mesma alegação de que a oferta do produto supera o consumo mundial os trustes que manobram o mercado internacional continuam tocando nova baixa, permanecendo a tendência observada em 1959, relativamente a 1958. Tal conjuntura obriga o governo, através do Banco do Brasil (CACEX) a enfocar em suas mãos a totalidade das exportações de cacau. Para isto, porém, tem antes que entregar aos produtores quantidades maciças de cruzeiros, sem realizar a mercadoria.

Para os minérios, que desde 1957 firmaram-se como o terceiro item das nossas exportações, tampouco há boas perspectivas. O preço médio de 21 dólares por tonelada, de 1957 e 1958, sofreu uma queda de 30 por cento em 1959, passando a 15 dólares por tonelada exportada. A razão alegada pelos que fixam os preços do mercado externo foi a crise econômica nos Estados Unidos, que reduziu a atividade da metalurgia, principalmente da siderurgia, criando, assim, um excedente da oferta. Tal crise, porém, não impediu que os lucros das grandes corporações norte-americanas do aço continuassem a crescer, como em todos os outros anos.

E que futuro desejam abrir à exportação dos minérios brasileiros, notadamente os de ferro? Associar os produtores nacionais (a começar pelo maior deles a Cia. Vale do Rio Doce) aos importadores norte-americanos. É evidente que, com esse passo, não se poderá esperar senão uma maior deterioração da relação de intercâmbio, que se traduz no seguinte: os brasileiros trabalharão mais para receber menos dólares. Não é o que vem sucedendo

Tribuna de Debate

MAURÍCIO GRABOIS

Duas Concepções Duas Orientações Políticas

III

A LUTA PELA CRIAÇÃO DA FRENTE ÚNICA DEMOCRÁTICA E ANTIIMPERIALISTA

Os elementos de formação
da frente única

20. A vitória das forças revolucionárias no Brasil, devido ao fato de que são fortes os inimigos da revolução, não será fácil nem rápida. A conquista de um governo democrático e antiimperialista exige a criação de uma força social capaz de libertar o país da dependência do imperialismo norte-americano e garantir a realização das transformações democráticas radicais. Esta força é a frente democrática e antiimperialista. Ela deve participar a classe operária, os camponeses, a pequena burguesia urbana, a intelectualidade e a burguesia nacional. A criação desta força que conquistará o novo poder, abrangerá toda a gama histórica. Ela irá sendo forjada no processo das lutas das correntes antiimperialistas pelas reivindicações nacionais, das forças democráticas em defesa das liberdades e pela ampliação da democracia, das massas trabalhadoras das cidades e do campo por seus direitos e reivindicações, da intelectualidade por suas exigências culturais — tudo isto visando sempre à organização e à consolidação do movimento revolucionário. No curso destas lutas, o povo brasileiro irá elevando sua consciência política e acumulando as experiências necessárias para derrotar as forças reacionárias da sociedade.

Embora em estágio inicial, o processo de formação da frente única democrática e antiimperialista está em curso. Expressa-se nas diferentes formas de atuação prática, de ação comum e nas organizações unitárias que surgem em todo o país.

Na presente situação, o movimento nacionalista é uma forma incipiente de frente única antiimperialista, a maneira pela qual começam a se unir setores patrióticos do povo brasileiro. Participam deste movimento diferentes classes e camadas sociais. Em todos os partidos políticos, instituições e organizações sociais penetram as idéias antiimperialistas, sob a forma de nacionalismo. No Parlamento, como nas forças armadas, surgem, em diferentes níveis de compreensão, tendências nacionalistas que se refletem na vida política nacional. Estas tendências são mais acentuadas no movimento sindical e estudantil. Atingem também a intelectualidade e grupos da indústria. As ações unitárias destas forças se desenvolvem por objetivos parciais, como a defesa do petróleo e das riquezas nacionais, ampliação do comércio exterior, proteção à indústria, em defesa da soberania nacional, etc. Os comunistas, participando ativamente das lutas patrióticas do povo brasileiro, deram importante contribuição para que surgisse o movimento nacionalista.

O movimento democrático, ainda que não se apresente sob a forma de organizações específicas, se desenvolve no país. Expressa-se, também, na luta pela conquista de objetivos limitados e na defesa da legalidade democrática. Exemplo disto são as ações unitárias contra as tentativas de golpes reacionários, em defesa das liberdades democráticas, pelo respeito ao direito de greve, em favor da escola pública, contra as discriminações políticas e raciais, pela extensão do voto ao analfabeto, em defesa da paz, etc. Estas lutas alcançam grande repercussão, ligam-se ao movimento patriótico e contam com a participação de amplas correntes políticas, organizações sindicais, estudantes e populares, assim como de parlamentares dos mais diversos partidos. Liga-se também à luta contra a corrupção administrativa.

Outra corrente unitária destacada, e que se desenvolve, é representada pelo movimento sindical. A organização da classe operária, através de suas entidades sindicais, vem obtendo êxitos importantes no terreno de sua unidade e na conquista de suas reivindicações. O movimento sindical, lutando em defesa de seus direitos e pelos interesses gerais da nação, tornou-se um dos principais fatores do impulsionamento das ações e da unidade das forças nacionalistas e democráticas.

O movimento camponês, embora bastante atrasado, começa a desenvolver em alguns Estados com vistas a obter suas reivindicações imediatas e a reforma agrária.

Também o fortalecimento das organizações estudantis, a luta por seus interesses e a unidade de ação que desenvolvem com outras forças sociais, contribuem para a coesão de importantes setores populares.

Todos esses movimentos unitários, além de outros, constituem os elementos que, ao se desenvolverem, elevaram a consciência e a combatividade das massas, abarcaram amplas camadas do povo e se unificaram, conduzindo a criação da frente única democrática e antiimperialista.

O processo de unificação das forças revolucionárias

21. Todas as correntes antiimperialistas, democráticas e populares precisam ir adquirindo maior força e influência para dar novos passos no caminho da construção da frente única.

Importância primordial nesse sentido,

tem o fortalecimento do movimento nacionalista. Cresce cada vez mais em amplas camadas do povo a aspiração a um desenvolvimento independente, democrático e progressista do país. Isto possibilita atrair para este movimento forças ainda maiores. Torná-lo um poderoso e extenso movimento de massas é uma das principais tarefas das forças revolucionárias. Importante é também fortalecer a Frente Parlamentar Nacionalista, a fim de que expresse no Parlamento, com mais precisão e firmeza, as idéias e reivindicações nacionalistas e, apoiada nas massas, pugne por soluções patrióticas para os problemas brasileiros.

A maior debilidade do movimento nacionalista reside, justamente, na pequena participação das massas em suas iniciativas e lutas. Em particular, na ausência quase total dos camponeses. No entanto, o movimento nacionalista não poderá ter uma ação mais consequente e decisiva enquanto não contar com o apoio efetivo das grandes massas operárias e camponesas. Isto ocorre, em boa parte, devido ao fato de ser precário o esclarecimento popular acerca dos objetivos do movimento nacionalista e por que esta não relaciona ainda sua ação patriótica com as reivindicações das massas. A causa principal da reduzida participação de massas no movimento nacionalista se deve a que na sua direção se acham a burguesia e a pequena burguesia. Como classe exploradora, a burguesia teme o amplo movimento de massas, as ações independentes da classe operária e de outras camadas populares. Embora seja indispensável a presença da burguesia no movimento nacionalista, este só poderá adquirir consequência e firmeza à medida em que for encabeçado pela classe operária, sob a direção de sua vanguarda, direção que não pode ser imposta, mas conquistada no processo da luta revolucionária.

Grandes são as possibilidades para desenvolver a luta pela democracia. Amplos setores da população e algumas correntes políticas que não despertaram ainda para a luta antiimperialista interessam-se pela defesa da legalidade constitucional e manifestam-se contra quaisquer atentados aos direitos dos cidadãos. Quanto mais avançar a democracia no país, tanto maiores serão as possibilidades para desenvolver, ampliar e consolidar o movimento nacionalista. Por outra parte, à medida em que o movimento nacionalista avança e as massas trabalhadoras e populares levantarem mais decididamente suas reivindicações, maiores serão as tentativas das classes dominantes de golpear os direitos democráticos. Torna-se, agora com a distinção nas relações internacionais, mais sensível a luta pela reconquista de algumas liberdades que foram suprimidas, como por exemplo, a liberdade de organização partidária, bem como pela obtenção de novas franquias democráticas. Foi justamente a política da guerra fria que, em boa parte, determinou medidas de reação interna. A defesa e a ampliação da democracia é condição essencial para o desenvolvimento do processo de criação da frente única.

Apesar do progresso realizado pelo movimento sindical, este encontra-se ainda em um nível que não permite à classe operária desempenhar uma função mais destacada no processo de formação da frente única. O movimento sindical é ainda, em boa parte, de cúpula e não o Ministério do Trabalho exerce controle. Para que a classe operária possa cumprir seu papel de dirigente é condição básica o fortalecimento de sua organização e unidade. Esta unidade se realiza, em grande medida, através do movimento sindical e terá apoio sólido se contar com a participação ativa das massas trabalhadoras. É necessário atuar nos sindicatos, federações e confederações, assim como, estabelecer outras formas de coordenação sindical. O contato entre os sindicatos e as massas repousa na organização dos trabalhadores nas empresas e nos locais de trabalho. É tarefa permanente trazer para os sindicatos as massas não sindicalizadas. O movimento sindical se fortalecerá e adquirirá maior prestígio e autoridade entre a classe operária, impulsionando e dirigindo as lutas aos trabalhadores. As greves e outras formas de luta de classes, inevitáveis nas condições da exploração capitalista, devem ser dirigidas, não somente com o objetivo de conquistar as reivindicações imediatas do proletariado, mas também visando a esclarecer as massas, organizá-las, atrai-las para a luta política, com a preocupação de contribuir, sempre que possível, para fazer avançar o processo de formação da frente única. Utilizando as conquistas da legislação social vigente, os trabalhadores devem lutar pelo seu aperfeiçoamento e democratização. Além da defesa dos interesses profissionais, cabe às organizações sindicais assumir uma posição cada vez mais ativa na luta pela libertação nacional e pelas transformações democráticas.

O ponto mais débil no processo de construção da frente única é o baixo nível de organização e de luta do movimento camponês. Isto é tanto mais grave porque os camponeses e os trabalhadores agrícolas constituem a parte mais numerosa da nação e representam uma força cuja mobilização é fundamental ao desenvolvimento consequente das lutas do povo brasileiro. Na organização das massas do campo, é necessário dar atenção especial aos assalariados e semi-assalariados agrícolas que devem se organizar em sindicatos. A mobilização e a organização dos camponeses exigem que se tomem por base as reivindicações mais imediatas e viáveis. É preciso propagar, entre as massas, a necessidade da reforma agrária a fim de que os camponeses e outras forças sociais se

mobilizem para conquistá-la. Particular atenção deve ser dada às formas legais de organização das massas do campo, como os sindicatos de assalariados agrícolas, devendo as experiências das ligas camponesas, das associações de camponeses e das cooperativas serem adaptadas às condições de cada região. É também necessário apoiar e fortalecer a organização nacional dos camponeses bem como as federações estaduais existentes. Cabe ao proletariado, a fim de estimular a aliança operário-camponesa, ajudar as organizações e as lutas das massas camponesas. De mesmo modo, os camponeses devem prestar sempre que possível, sua solidariedade às lutas da classe operária.

Num país como o Brasil, a intelectualidade desempenha papel importante na luta pelo progresso e pela independência nacional. Com o intuito de fazer avançar o movimento entre os intelectuais, é preciso colocar em evidência a defesa da cultura nacional, levantar os problemas relacionados com a atividade criadora e salvaguardar os interesses profissionais dos intelectuais. Os estudantes, como parte da intelectualidade, ocupam lugar destacado nas lutas do povo brasileiro. Constituem um dos setores mais combativos da classe média. O fortalecimento da unidade do movimento estudantil tem grande valia para a unificação das forças democráticas e patrióticas. Lutando por suas reivindicações específicas, econômicas e culturais, os estudantes devem ampliar cada vez mais sua participação na luta política.

Dentre as camadas médias urbanas, os pequenos negociantes, o funcionalismo civil e militar e outros setores, através da luta por seus interesses, podem vir a constituir força expressiva no processo de formação da frente única. No curso desse processo, outros movimentos existentes, ou que venham a surgir, incorporarão à luta comum de todas as forças interessadas nas modificações radicais que o país reclama.

Além destes movimentos unitários, é necessário, no processo de formação da frente única estabelecer contatos, acordos e mesmo alianças com partidos ou alas de partidos, em âmbito nacional, regional ou municipal, visando a ação comum em defesa dos interesses populares e patrióticos ou contra as forças mais reacionárias.

22. A frente única democrática e antiimperialista pela sua composição tem um caráter heterogêneo. Por isso, ao lado dos interesses comuns, que constituem a sua própria razão de ser, existem interesses divergentes, fontes de atritos e contradições. Assim, dentro da frente única inevitavelmente se processam choques entre as forças que dela participam. O proletariado como elemento mais consequente e mais interessado na formação e consolidação da frente democrática e antiimperialista, deve enfrentar estas contradições de tal forma que não leve ao rompimento da unidade. Mas seria um erro não criticar as vacilações dos aliados, particularmente da burguesia. Esforçando-se para manter a aliança com a burguesia, o proletariado luta pelas suas reivindicações específicas e, ao mesmo tempo, combate as posições errôneas da burguesia.

A conquista da hegemonia do proletariado na frente única

23. No processo de formação da frente única, a questão de hegemonia do proletariado é essencial. Ela depende não só do total cumprimento das tarefas da revolução na atual etapa, como o curso de sua transformação em revolução socialista. A classe operária só poderá alcançar a hegemonia se a sua frente se encontrar o Partido Comunista.

Os comunistas, expressando os interesses do proletariado, atuam em todas as camadas do povo brasileiro. Esforçam-se para ser os melhores e mais firmes lutadores dentro da frente única, procuram despertar e aglutinar todas as correntes interessadas na Independência Nacional e a liquidação dos restos feudais das forças revolucionárias. Ao tomar tal posição, não abdicam de sua tarefa, própria e independente, de educar, mobilizar e organizar as massas. Na frente única, o Partido Comunista salvaguarda sua independência política, orgânica e ideológica.

Para que a hegemonia seja conquistada pela classe operária é imprescindível que ela assuma o lugar de defensor decidido e consequente dos interesses da força da frente única e das aspirações gerais da nação. Isto não é só necessário como possível. Com o desenvolvimento do capitalismo, cresceu numericamente, e em escala considerável a classe operária. Esse crescimento se dá em ritmo mais elevado que o da burguesia, sobretudo em vista da criação de novas empresas imperialistas, e é acompanhado de um aumento da concentração do proletariado em grandes empresas. A hegemonia da classe operária não pode ser imposta, será conquistada à medida em que ela souber levantar e apoiar ativamente com ações concretas, as reivindicações dos seus aliados.

A condição básica para a conquista da hegemonia do proletariado é a direção das massas camponesas. Por isto, o proletariado defende, sobretudo, as reivindicações dos camponeses, ajuda-os a conquistar seus direitos, inclusive a terra, pois, só desta maneira, será forjada a aliança operário-camponesa, fator decisivo para atrair e agrupar as mais amplas forças nacionais e democráticas, vencer as vacilações e tendências conciliadoras da burguesia e garantir a vitória da frente única.

POR MODIFICAÇÕES NA POLÍTICA DO PAÍS EM FAVOR DA DEMOCRACIA E DA INDEPENDÊNCIA NACIONAL

A posição dos comunistas
face ao governo

24. O processo da luta pela formação da frente única é inseparável da ação política cotidiana. A política que o governo realiza é, em essência, de concessões aos monopólios lanques e contrária aos interesses do povo. Sua política externa é de subordinação ao imperialismo norte-americano, quase sempre voltada contra os países do campo socialista e os povos que lutam por sua emancipação nacional. A Operação Pan-Americana é a expressão da política de conciliação e capitulação do governo diante dos imperialistas dos Estados Unidos. Sua política econômico-financeira beneficia principalmente os monopólios estrangeiros, os grandes fazendeiros de café e setores da grande burguesia. Com a inflação, que atingiu ritmos jamais vistos, as condições de vida das massas se agravaram brutalmente.

Sob a pressão popular e das forças patrióticas e democráticas o governo tem sido obrigado a fazer certas concessões e a manobrar, sem modificar, contudo, a natureza de sua política. Apesar disto, vigoram no país, em virtude das lutas do povo, algumas liberdades democráticas e o proletariado e as massas populares têm obtido certos êxitos na conquista de suas reivindicações.

A posição dos comunistas é de combate à política antinacional e antipovo do governo. Ao mesmo tempo, lutam por modificações na política e na composição do governo. Assumindo esta posição os comunistas sabem que o governo das atuais classes dominantes não se transformará num governo antiimperialista e democrático. No entanto, lutando pelas modificações na política e na composição do governo, é possível não somente esclarecer as massas, como levá-las a arrancar concessões que contribuirão para fortalecer as correntes democráticas e patrióticas. O povo brasileiro, através de suas lutas, já conseguiu importantes vitórias, como o monopólio estatal do petróleo e a manutenção das conquistas democráticas. Tem obrigado o governo e os capitalistas a atender às reivindicações salariais dos trabalhadores e mesmo, impor medidas de política exterior mais conciliatórias com os interesses da nação, a exemplo do acordo comercial recentemente firmado com a União Soviética. As massas populares devem prosseguir nesta luta empregando todas as formas legais. Precisam utilizar as contradições que se verificam no seio do governo, onde se encontram elementos que, por seus interesses de classe, tomam posições nacionalista ou democráticas.

A necessidade de alterar a correlação de forças políticas

25. Uma das características da situação política atual é o crescimento da consciência patriótica e democrática do povo. Em todo o país amadurece a idéia da necessidade de modificações na política brasileira. As massas lutam com decisão pelas reivindicações nacionalistas e democráticas, por seus interesses vitais. Os brasileiros, desde a classe operária até a burguesia nacional, dos estudantes até a importantes setores das forças armadas, pronunciam-se contra a exploração dos trustes estrangeiros. No Parlamento são cada vez mais frequentes os reclamos de novos rumos para o país. Em vários Estados, governadores e prefeitos proclamam a exigência de uma reformulação da política do governo federal.

Estes anseios da maioria esmagadora do povo precisam ser transformados num poderoso movimento de massas, capaz de impor mudanças na correlação de forças políticas, isolando os setores reacionários em que se apóia o imperialismo e abrindo, assim, caminho para o avanço das forças democráticas e antiimperialistas.

I — POLÍTICA EXTERIOR INDEPENDENTE

- a) Relações diplomáticas com a União Soviética, República Popular da China e outros países socialistas.
- b) Apoio na ONU às propostas que visem a salvaguarda da paz: solução dos litígios internacionais através de negociações, cessação imediata e definitiva das experiências com armas termo-nucleares e proibição da produção dessas armas. Apoio ao desarmamento total e universal.
- c) Posição decidida em favor dos

povos coloniais e dependentes que lutam por sua libertação. Política de amizade e cooperação com os países subdesenvolvidos da América Latina, Ásia e África.

- d) Denúncia dos tratados lesivos aos interesses nacionais concluídos com os Estados Unidos.

II — DEFESA E AMPLIAÇÃO DAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS

- a) Legalidade para o Partido Comunista do Brasil. Anulação das discriminações contidas no artigo 58 da lei eleitoral.
- b) Extinção do controle das organizações sindicais por parte do Ministério do Trabalho e abolição de todas as formas de intervenção ministerial ou policial nos sindicatos.
- c) Anulação do decreto 9.070, com a aprovação do projeto de lei que regula o direito de greve, de acordo com o texto já aprovado na Câmara dos Deputados. Supressão dos dispositivos reacionários da Consolidação das Leis do Trabalho.
- d) Garantia do direito de organização para os camponeses e assalariados agrícolas.
- e) Revogação da lei de segurança. Extinção da censura no rádio e na televisão.
- f) Direito de voto para os analfabetos.

III — DEFESA E DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA NACIONAL

- a) Abolição dos privilégios concedidos ao capital imperialista, com anulação das leis e outros dispositivos de caráter antinacional.
- b) Encampação de empresas norte-americanas em setores como os da produção e distribuição de energia elétrica, frigoríficos, distribuição de derivados de petróleo, bancos e companhias de seguro.
- c) Desenvolvimento da indústria nacional. Estimulo ao capitalismo de Estado, nos setores fundamentais da economia, assegurando-lhe um conteúdo efetivamente nacional.
- d) Combate às inversões diretas do capital estrangeiro. Financiamentos do governo a governo para aplicação, sob a forma de capitalismo de Estado, nos setores básicos da economia, sem quaisquer exigências econômicas e políticas.
- e) Conquista de novos mercados no exterior, como os da União Soviética e demais países socialistas. Acordos bilaterais em todas as áreas de comércio mundial.
- f) Monopólio estatal do câmbio com o objetivo de favorecer os empreendimentos nacionais. Rigorosa restrição das remessas do capital estrangeiro. Redução dos gastos de divisas fortes no pagamento de fretes e seguros marítimos.
- g) Estimulo ao desenvolvimento industrial do Norte e do Nordeste.
- h) Proteção do Estado à pequena e média indústria e ao artesanato com a redução da carga tributária, concessão de crédito a longo prazo e juros baixos, fornecimento subvencionado de equipamentos e matérias primas.

IV — REFORMA AGRÁRIA E MEDIDAS EM FAVOR DAS MASSAS CAMPONESAS

- a) Reforma agrária com a entrega da terra aos camponeses sem terra ou possuidores de pouca terra, especialmente nas proximidades dos grandes centros urbanos ou de obras públicas como açudes, estradas, obras de saneamento e outras.
- b) Concessão de créditos a longo prazo e juros módicos, ajuda técnica, e especialmente aos pequenos e médios lavradores.
- c) Revisão do imposto territorial, visando o recarregar sobre as grandes propriedades. Isenções fiscais para as pequenas propriedades.
- d) Entrega dos títulos de propriedade aos atuais posseiros. Defesa dos direitos dos camponeses contra a grilagem.
- e) Garantia de preços mínimos para a produção agropecuária, especialmente dos pequenos e médios camponeses.
- f) Regulamentação legal dos contratos de arrendamento e parceria visando a baixa das taxas de arrendamento e parceria; prolongamento dos prazos contratuais em benefício de arrendatários e parceiros; garantia de indenização por benfeitorias; defesa dos arrendatários e parceiros contra despejos arbitrários.
- g) Aplicação das leis trabalhistas que amparam os assalariados agrícolas e sua ampliação.
- h) Construção de silos; defesa da triticultura; aumento e melhoria da rede de transportes; construção de frigoríficos nacionais, de preferência do Estado.
- i) Estimulo ao cooperativismo entre os pequenos e médios lavradores, através de facilidades de financiamento, assistência técnica e outras formas de ajuda. Auxílio aos pescadores por meio de concessão de crédito para a construção de entrepostos e fornecimento de instrumentos e embarcações.
- j) Ajuda às populações vitimadas pelas secas, inundações e outros flagelos.

V — MELHORIA DO NÍVEL DE VIDA DAS MASSAS TRABALHADORAS

- a) Reajustamento anual obrigatório dos níveis de salário mínimo oficial e dos vencimentos do funcionalismo público de acordo com os índices do aumento do custo de vida.
- b) Aumento geral de salários e adoção do salário profissional. Extensão a todos os trabalhadores do salário-família que gozam os servidores públicos. Elevação do salário-família dos servidores públicos.
- c) Ampliação e execução dos programas residenciais da Fundação da Casa Popular.
- d) Moralização dos Institutos de Previdência Social com a entrega de sua administração às organizações sindicais de empregados. Pagamento das dívidas do governo e dos patrões aos Institutos de Previdência. Monopólio do seguro de acidentes pelas instituições de previdência. Revisão das aposentadorias e pensões de acordo com a elevação do custo de vida.
- e) Cumprimento da lei que assegura

salário igual para trabalho igual, sem distinção de sexo, idade ou nacionalidade. Fiel cumprimento da jornada de oito horas de trabalho.

- f) Medidas práticas contra a inflação e de combate à carestia de vida.

VI — EDUCAÇÃO E SAÚDE

- a) Aumento das verbas orçamentárias para a educação e saúde públicas.
- b) Luta em grande escala contra o analfabetismo, estimulando a abertura de escolas de alfabetização. Tornar o ensino acessível às grandes massas do povo. Ampliação do ensino público, cabendo ao setor privado um papel estritamente auxiliar.
- c) Incentivo, com recursos materiais adequados, a todos os ramos do ensino científico e técnico.
- d) Concessão de bolsas de estudo aos estudantes pobres nas escolas secundárias e superiores.
- e) Estimulo ao florescimento de uma cultura nacional e democrática.
- f) Multiplicação do número de hospitais, maternidades, ambulatórios e postos de serviços médicos. Combate às endemias. Facilidades para aquisição de medicamentos pela população pobre.

A possibilidade de surgimento, na presente situação, de um governo de tendência nacionalista e democrática

27. O acesso da luta das massas pelas reivindicações políticas e econômicas imediatas pode conduzir a uma nova correlação de forças no país, na qual as correntes democráticas e antiimperialistas adquiram maior influência e conquistem novas posições. Tal situação pode determinar uma crise política que, não conduzindo à conquista do governo democrático e antiimperialista, possibilita, contudo, o surgimento de um governo capaz de tomar algumas medidas contra os monopólios imperialistas e butras de caráter democrático, principalmente no que diz respeito a modificações na estrutura agrária do país.

Os comunistas estão convencidos que a liquidação do domínio imperialista e do monopólio da terra, a plena democracia e o progresso do país só poderão ser conseguidos com a substituição do atual regime e a instauração de um governo democrático e antiimperialista, dirigido pela classe operária. Não excluem, porém, a possibilidade de vir apoiar, em determinadas circunstâncias, um governo de tendência nacionalista e democrática que signifique uma forma de aproximação para a solução radical dos problemas do Brasil.

Um governo dessa natureza, expressando os sentimentos generalizados, mudando a política interna e externa, será um governo diferente do atual, embora não seja o governo democrático e antiimperialista, formado sobre a direção do proletariado. Na medida em que o governo de tendência nacionalista e democrática for realizando medidas correspondentes à plataforma política imediatamente apresentada pelos comunistas, garantir a liberdade de ação para a classe operária e o seu partido, bem como a todas as demais forças da frente única, o Partido Comunista apoiará por todos os meios este governo, sem, contudo, abdicar da luta por um poder que destrua em definitivo os fatores que mantêm o país no atraso.

A importância das eleições e da defesa da legalidade democrática.

28. A eleição de candidatos democráticos e patrióticos aos postos eletivos muito contribui para fazer avançar o processo de formação da frente única e alterar a correlação de forças políticas. As campanhas eleitorais possibilitam a existência de um clima propício à movimentação das massas em favor de suas reivindicações e para fazer pressão sobre os governantes e sobre o Parlamento. As eleições são também fator favorável para unir diferentes correntes políticas e organizações populares para ações unitárias em torno de objetivos democráticos e nacionais. Por isso, os comunistas devem participar ativamente dos pleitos eleitorais. Essa participação leva ao reforçamento da frente única bem como do Partido. O fortalecimento do Partido, com a eleição dos seus representantes no Parlamento e a outros postos eletivos, ajuda a impulsionar o processo de criação da frente única e lhe dá maior consequência. Esta é uma forma de luta pela legalidade do Partido Comunista e de ampliação das liberdades democráticas. O próximo pleito eleitoral, que irá decidir da escolha do Presidente da República, assume, assim, grande significação.

Na presente situação, quando as forças reacionárias buscam pretextos para impedir a realização das eleições, os comunistas se colocam em defesa da legalidade constitucional, desmascaram as conspirações golpistas ou as manobras continuistas e defendem a realização de eleições livres. No caso de um golpe antidemocrático, as forças patrióticas devem estar preparadas para responder aos reacionários com ações capazes não só de paralisar suas tentativas de anular as conquistas já alcançadas, como também desalojá-las das posições que ocupam, fazendo no governo modificações que possibilitem o avanço democrático no país.

Como partido político da classe operária, o Partido Comunista do Brasil desenvolverá uma ação permanente em todas as esferas da política nacional, visando a acumulação de forças e o predomínio das correntes democráticas e antiimperialistas.

* * *

Tais são minhas observações críticas a orientação e à atividade atuais do Partido. Ao fazê-las procurei dar também uma contribuição que, talvez, ajudará, neste debate, o Partido elaborar uma nova e justa linha política. Não abordei outras questões, como a situação interna do Partido, pois indicá-las sobre a vida interna do Partido — indispensáveis para uma análise de conjunto — para não alongar ainda mais esta exposição. Por se tratar de um trabalho individual, este artigo, inevitavelmente, contém falhas e deficiências. Ficarei grato às camaradas que me distinguem com suas críticas. Elas só poderão me ajudar a corrigir os erros ou a fortalecer minha convicção sobre a justiça de meu ponto de vista.

JOSE' VICENTE (Estado do Rio)

Uma Deformação Dos Princípios

Como militante comunista, saúdo a decisão, que juntamente com a publicação das teses programáticas e políticas do Partido, abriu, de modo corajoso, os debates nas fileiras partidárias.

Compreendo ser esta a primeira vez que militantes comunistas têm, de maneira efetiva, a oportunidade de participar da elaboração da linha política, que deve ser uma obra do conjunto do Partido. No entanto, vários fatos além das deformações dos princípios leninistas de direção coletiva, impediram esta prática em nosso Partido. Para isso, contribuíram também as perseguições e discriminações impostas aos comunistas pela reação.

Embora considere positiva a abertura dos debates, acho sua realização formal, devido não só ao tempo bastante escasso, como também à fraqueza ideológica do Partido. A questão ideológica tão importante na formação do partido revolucionário da classe operária, vem sendo desde o início dos debates de 1956 e até mesmo na Declaração, obscurecida e relegada a segundo plano. Sente-se que os esforços feitos pela direção não visam ganhar, pela persuasão, aqueles que se opõem à nova linha política, cu manifestam suas dúvidas em relação a ela, mas têm por fim a imposição, e encobrem interesses de ordem pessoal. A luta de opiniões sofre ainda muitas restrições. Penso que o Partido não assimilou as novas posições políticas porque ainda não está convencido de sua justiça.

Do mesmo modo que a Declaração, as teses programáticas ressaltam a grande importância do combate ao dogmatismo e ao sectarismo nas fileiras do Partido, como condição precípua para compreender a realidade existente no país e a necessidade dos militantes comunistas reforçar suas ligações com as massas e corrigir o isolamento do Partido de amplas camadas do povo. A luta contra o sectarismo é encarada como meio para fortalecer a frente única e combater a tese de «revolução a curto prazo». A estes pontos de vista dou meu inteiro apoio, pois os considero perfeitamente justos.

Contudo, ao se ressaltar a importância destas posições justas, julgo que se comete, na atividade partidária, o erro de sobrepor a frente única ao fortalecimento orgânico, político e ideológico do Partido. Na Declaração não se leva em conta que para fortalecer a frente única é imprescindível ampliar a ligação do Partido com as massas. O fortalecimento do Partido e o crescimento da frente única não podem ser vistos desligados. São dois processos simultâneos. Um serve ao outro.

Assim, por exemplo, quando a Declaração, afirma que os comunistas consideram a vitória, nos pleitos eleitorais, dos candidatos da frente única como uma vitória dos comunistas, tem uma posição unilateral, sendo exclusivamente, os interesses da frente única. A Declaração comete um duplo erro. Com esta posição entrava o desenvolvimento do Partido, uma vez que cargos eletivos em mãos dos comunistas ajudam o crescimento das fileiras partidárias. Por sua vez a eleição dos comunistas contribui poderosamente para fortalecer a frente única, pois os comunistas constituem a força mais conseqüente na luta pela democracia e pela emancipação nacional.

A Declaração exagera de tal modo o papel da frente única, do movimento nacionalista, que, praticamente, anula a importância da ação do Partido Comunista, e, por conseguinte, substitui a função dirigente da classe operária. Daí surgir nas fileiras comunistas a tese revisionista de que, na atual etapa da revolução, o movimento nacionalista pode substituir o partido revolucionário do proletariado.

Assim, a influência do nacionalismo burguês se reveste, também, em nosso

melo como tendência liquidacionista. Como resultado das concepções que colocam o Partido na dependência da frente única, resulta a despreocupação com o fortalecimento do Partido e com seu funcionamento. Em virtude disto, em geral, os comunistas pouco se diferenciam de qualquer militante operário ou ativista do movimento nacionalista.

A Declaração exprime uma substituição do Partido ao afirmar que os comunistas ao invés de voltarem apenas para o trabalho do Partido, precisam dedicar o fundamental de suas energias à atuação legal nas organizações de massas e ao exercer uma função eminentemente construtiva. Mais uma vez a Declaração revela seu caráter parcial. É verdade que aos comunistas incumbe desenvolver intensa atividade nas organizações de massas. Mas o fundamental de suas energias deve ser dedicado tanto à atuação legal nas organizações de massas como na decisiva tarefa de construção do Partido. Não é certo que atravessamos uma crise de quadros? Não é certo que o baixo nível ideológico do Partido é uma realidade e dificulta a ação dos comunistas na vida política e junto às massas? É evidente que se pode responder de modo afirmativo. Por que então se coloca este problema de modo tão unilateral? O desligamento do Partido das massas é, a meu ver, fruto de uma posição direitista, da tendência de esconder o Partido sob pretexto de não atrapalhar a formação da frente única.

Por conseguinte, penso que, ao lado do combate ao dogmatismo e ao sectarismo, deve-se desenvolver intensa luta contra o revisionismo, luta essa que cresce de importância cada vez maior em nossas fileiras. Não se pode negar, baseado na experiência internacional bem como na de nosso país, de que o capitalismo procura influir diretamente no movimento operário e, inclusive, em sua vanguarda, o Partido Comunista. Através de vários processos, a burguesia procura ser a força dirigente e tornar sua ideologia predominante no seio da classe operária. Se é um fato que cresce o proletariado, também é uma realidade que o Partido não se desenvolve no mesmo ritmo, nem eleva seu prestígio junto às massas. Esta situação se origina da maneira espontaneísta que enfrentamos o trabalho de construção do Partido. É evidente que a propaganda socialista e do marxismo-leninismo, de um modo geral, desapareceu.

Ingressos nas fileiras comunistas logo após o Partido ter sido posto na ilegalidade, época em que predominava as atividades ilegais. Adquiri, é claro, tudo o que esta situação proporciona de bom e de mau ao militante. É possível que grande parte de minhas modestas opiniões sofra a influência sectária e que eu veja o Partido desligado dos acontecimentos atuais.

Max considero que é indispensável que o Partido tenha sempre uma posição independente, de classe, em relação a qualquer problema. Ao tomar tal posição, isto não quer dizer que o Partido tenha uma atitude insubordinada de oposição sistemática de isolamento das massas. Ao contrário, o Partido precisa aparecer cada vez mais diante do povo, Escondê-lo, como se pretende, pela substituição da frente única e pelas organizações de massas, a pretexto de corrigir muitos erros, comete-se erros muito maiores.

É necessário ter sempre em conta, na atividade partidária, o ensinamento de Lenin de que «... tudo que seja rebaixar a importância da Social-Democracia, equivale — inteiramente independente da vontade de quem o faz — a fortalecer a influência da ideologia burguesa sobre os operários.» (Que Fazer? página 390).

Tribuna de Debate

PEDRO POMAR (S. Paulo)

Análise Marxista ou Apologia do Capitalismo?

A discussão ora aberta terá grande significação para o movimento revolucionário brasileiro. Apesar das diversas limitações, confio em que na luta franca de opiniões todos nos esforçaremos por encontrar as soluções que sirvam à nossa grande causa.

Ante a confusão ideológica imperante, o centro dos debates deve girar, a meu ver, em torno da linha geral e da tática, pois disso depende, em última instância, o papel do Partido, a sua capacidade de transformar o proletariado em fator decisivo na formação da frente única anti-imperialista e democrática e em força dirigente da revolução brasileira.

No processo autocrítico iniciado após o XX Congresso do PCUS, nos foi entregue a tarefa de suar os erros dogmáticos e sectários, de natureza subjetivista, agravados pelo culto à personalidade, que impregnaram nossas concepções, quer quanto à teoria da revolução, quer quanto ao Partido, à sua prática e aos seus métodos. Como um dos portadores dessas concepções e um dos responsáveis por esses erros, compreendo a necessidade de impedir sua repetição.

Até mesmo tempo penso que tenho o empenho para que o Partido, desviando-se da direção, não viesse cair no erro de, ao lado das concepções de direita, que na conjuntura atual são o maior perigo para o movimento comunista.

Não desejo discutir, agora, a forma pela qual se operaram as modificações no Presidium, em agosto de 1957 (a meu ver sem princípios), nem a maneira pela qual foi aprovada a Declaração de março de 1958, objeto de artigo do camarada Calil Chade. Pretendo debater a essência da linha política atual e manifestar-me contra seu conteúdo oportunista.

Constitui verdadeira ironia a afirmação das Teses, de que nos documentos insistimos em condenar os erros de direita, como o principal mas na prática fomos levados a enfrentar os erros sectários (Tese 52). Ironia, repito, porque agora dá-se o inverso. Nos documentos condenamos os erros sectários, como os principais, mas na prática somos obrigados, e seremos cada vez mais, a travar a luta contra os erros de direita e as concepções revisionistas que dominam a orientação política.

Enquanto não derrotarmos as concepções de direita, no terreno ideológico, político e de organização, não avançaremos no caminho da revolução, nem tampouco teremos êxito no combate às concepções de esquerda, tão entranhadas no Partido.

Não nego o que há de positivo na Declaração. Esta, no entanto, de um modo geral, é falsa, nacional-reformista. E agora, as Teses, procuram, prolixa e exaustivamente, justificá-la, corrigin-

do algumas formulações direitistas, mas a volta ao passado se por essa volta se entende os erros esquerdistas de 1918 a 1956, ou as posições de direita de 1945. Não devemos confundir o combate aos erros com a negação, quase sistemática, do passado glorioso do Partido, de suas tradições revolucionárias, como vem sendo feito pela direção nos últimos três anos. Somente na base de uma justa crítica do passado como, me parece, está formulada no trabalho apresentado pelo camarada Grabos aos debates, é que teremos um dos melhores antidotos contra os erros sectários. Ao passo que as críticas deformadas, negativistas, verdadeiras caricaturas, tão à moda dos revisionistas, novamente expostas nas Teses, nos levam, com razão, a tomá-las como liquidacionistas, uma vez que as melhores tradições do Partido são menosprezadas ou negadas. Lenin, no seu artigo «Questões em litígio», para nós de grande atualidade, mostrava que o liquidacionismo é uma tentativa — de certa parte da intelectualidade do Partido de liquidar... a organização existente do Partido e substituí-la por uma associação informal, mantida à toda custa dentro do marco da legalidade (isto é, dentro da existência pública, legal), ainda que para isto tenha de renunciar, de um modo claro e franco, ao programa, à tática e às tradições (isto é, à experiência do passado) do Partido (Obras Escolhidas — T. I — pag. 766 — Edição em espanhol, Moscou — 1948).

Perdoem-me a longa introdução e vejamos o miolo da linha da declaração. Não é fácil a tarefa de revelar, resumidamente, a essência de direito do documento apresentado ao debate, pois as Teses são uma verdadeira «sopa eclética». Tentarei por isso neste artigo, discutir alguns aspectos da situação objetiva.

No exame da situação internacional, as Teses ressaltam, de modo justo, as modificações ocorridas no mundo e as possibilidades de liquidar a guerra fria e assegurar a política de coexistência pacífica. Mas o perigo de guerra é tratado de forma genérica, sem o necessário sentido político. Não basta afirmar que enquanto existir o imperialismo continua a haver terreno para as guerras de agressão, nem é suficiente a denúncia de que os círculos agressivos norte-americanos preparam a guerra e que os Estados Unidos são o centro da reação mundial. Faz-se mister indicar como e onde esse perigo de guerra se manifesta concretamente. Em conseqüência, as Teses não armam politicamente os comunistas e todo o povo brasileiro para a luta pela paz, tarefa primordial de nossos dias. Mesmo quando afirmam que a luta pela independência nacional é parte integrante da luta mundial pela paz — tese perfeitamente correta — têm uma posição exclusiva e nacionalista burguesa que dificulta, como já vem acontecendo, a realização das tarefas internacionais e de solidariedade com os demais povos. Às questões relacionadas com a indepen-

dência nacional e diretamente ligadas à luta pela paz, como é de Fernando de Noronha ou do acórdão militar Brasil-Estados Unidos, desaparecem da ordem do dia. E por ocasião da visita de Eisenhower ao Brasil, a nossa omissão foi tão gritante, que se tornou incompreensível não só para os comunistas como para todos os patriotas. Disso só se pode deduzir que a coexistência pacífica está sendo compreendida, pela direção, como amainamento da luta contra o imperialismo...

Diante do desenvolvimento capitalista no país, a Declaração, tentando corrigir nossa posição anterior, caiu entretanto no objetivismo, na exaltação do capitalismo. Em virtude das críticas levantadas no Partido contra essas idéias da Declaração, as Teses são mais comedidas nas loas ao «desenvolvimento». Embora este já não seja apresentado como «o elemento progressista por excelência da economia brasileira», as Teses falam, agora, no «seleção progressista e dinâmica» e afirmam que o desenvolvimento capitalista nacional aumentou seu ritmo como fruto de seus próprios impulsos internos (Tese 12). É certo que as Teses são, neste aspecto, um avanço em relação à Declaração, pois chegam a reconhecer que o curso do processo de desenvolvimento capitalista — se caracterizar pela tendência predominante de adaptação desse processo à dependência com relação ao imperialismo e à conservação do monopólio da terra» (Tese 16). Contudo não tiram a devida conclusão política, nem fazem a autocrítica correspondente. Além disso, falar de «adaptação» não basta. Então cabem duas perguntas. Primeira. Nas condições atuais, sob a direção da burguesia, poderia esse desenvolvimento seguir outro curso? Segunda. Mesmo que não se adaptasse à dependência ao imperialismo e ao monopólio da terra, qual seria a perspectiva do desenvolvimento capitalista nacional? No primeiro caso é evidente que o curso não pode ser outro. Quanto ao segundo, seria o capitalismo com toda as suas mazelas — crises, desemprego, pauperização crescente das massas trabalhadoras, aumento da exploração da classe operária, etc.

O desenvolvimento capitalista é um fenômeno objetivo, que se dá independentemente de quem quer que seja. É certo que nas condições brasileiras é progressista. Mas à classe operária e ao seu Partido incumbe encarar o desenvolvimento capitalista de acordo com seus interesses e suas tarefas revolucionárias, e não prostrarem-se diante dele. Já Lenin, em 1893, numa conferência intitulada, «A propósito da chamada questão dos mercados», criticava Herman Kriassin, por ter destacado unicamente o aspecto progressista do capitalismo, sem considerar as contradições a ele inerentes, o aumento da miséria e a ruína das massas trabalhadoras.

Tomando-se uma posição objetivista, de apologia do capitalismo, pode-se cair também no elogio do imperialismo. Do

ponto de vista econômico, o imperialismo implica também num progresso, mas nem por isso os marxistas o defendem. Ao constatar o caráter progressista do capitalismo no Brasil, embora na presente etapa, a revolução não tenha objetivos socialistas, é profundamente errado apresentar ao nosso povo a perspectiva de um desenvolvimento capitalista.

O Brasil é uma nação dependente do imperialismo, sem direitos iguais, explorada e oprimida pelo capital monopolista estrangeiro, sobretudo o norte-americano. Por conseguinte, o apoio às medidas progressistas e à luta contra a deformação e a subordinação da economia brasileira e contra os privilégios de que goza o imperialismo, são um imperativo para os comunistas. Isto é pacífico. No entanto uma justa análise da situação objetiva do país exige algo mais. Exige que se ponha a descoberto as contradições de classe, que se diferencie, com toda nitidez, os interesses das classes oprimidas, dos trabalhadores, do conceito geral da nação em seu conjunto, o qual corresponde aos interesses da classe dominante. E depois, não esquecer os interesses cardeais do proletariado nem obscurecer os traços fundamentais do regime imperante no país, a fim de tirar vantagens reais ou supostas com uma política de capitulação, como a que seguimos atualmente. O desenvolvimento capitalista nacional não precisa ser exaltado a título de análise objetiva, nem de quem lutando e continuará a lutar pela posse completa do mercado nacional e, — acrescento eu — também, como já vem acontecendo por outros mercados.

Enfim, o que a análise da situação objetiva deva destacar com o relevo merecido era o crescimento incessante e maior do proletariado, crescimento esse que constitui, isto sim, o elemento mais progressista e revolucionário da sociedade brasileira. Crescendo numericamente com o desenvolvimento capitalista no país, o proletariado só poderá elevar sua consciência e cumprir sua missão histórica, se estiver armado de uma análise marxista-leninista, de acordo com seus interesses de classe, da realidade.

Na maneira unilateral, objetivista, e apologética de apreciar o desenvolvimento capitalista no Brasil reside a essência nacional-reformista do exame das «características principais do desenvolvimento da economia nacional». Com tal concepção os comunistas, ao invés, de se «inserir» no processo real em curso, — cuja necessidade tanto se proclamavam — acabarão se diluindo no coro geral dos louvores ao «desenvolvimento».

No que depende de mim, farei tudo que estiver ao meu alcance, para que o Partido aprove uma linha revolucionária, que desperte as energias criadoras do proletariado e das grandes massas de nosso povo.

CARLOS DANIELLI (E. do Rio)

Sobre as Teses Para Discussão

(Conclusão do número anterior)

Para que a luta anti-imperialista se desenvolva e adquira base de massas de que tanto carece, principalmente entre os operários e os camponeses, é necessário levantarmos com firmeza e decisão suas reivindicações, impedir que a burguesia jogue nas costas da massa o peso das dificuldades e possa encontrar uma válvula de escape para seus problemas, indo ao acordo e à conciliação com o imperialismo.

Tanto a Declaração como as Teses examinam aspectos negativos do processo de desenvolvimento econômico, mas tiram conclusões não de todo corretas. Apresentam a democratização da vida política do país não como fruto de toda uma situação favorável criada na arena internacional e da luta do povo brasileiro contra a reação — consequência do desenvolvimento capitalista. Daí as falsas opiniões no que se refere à frente única em sua atual etapa e as alianças temporárias, ao caminho, provável da revolução brasileira, etc.

As Teses constituem um documento eclético. Nelas se pode encontrar de tudo, mas sua base, sua essência, é oportunista de direita, reformista. Nos documentos anteriores à nossa atual orientação política dávamos primazia aos objetivos finais e traçávamos, em geral, uma tática esquerdista. Na atual orientação ficamos na tática, sem ver o futuro da revolução brasileira, nem o movimento de massa, mas mesmo a solução radical das tarefas da atual etapa anti-imperialista e agrária, antifeudal. Antes o objetivo final era tudo, hoje o movimento é tudo, o objetivo final nada. Nem tanto ao mar nem tanto à terra. Necessitamos de uma linha política que tenha claros esses objetivos finais da atual etapa da revolução brasileira e assinalar os meios para os atingirmos. Tal não ocorre com os documentos que nos orientam e o que é proposto à discussão. Vejamos alguns de seus aspectos.

As contradições da sociedade brasileira

Nas Teses se afirma que há duas contradições fundamentais na socie-

dade brasileira: entre a nação em desenvolvimento e o imperialismo, particularmente o norte-americano, e seus agentes e a que opõe o desenvolvimento das forças produtivas às relações de produção atrasada (Tese 22). Isso é correto e daí se conclui o caráter da revolução brasileira e os inimigos a derrotar. Para que o país progreda é necessário liquidar a dominação imperialista, particularmente a norte-americana, e os restos feudais, a propriedade latifundiária sobre a terra. É necessário resolver de forma radical essas duas tarefas.

Entretanto, apesar dessa análise, as Teses acrescentam que a contradição principal é a primeira, à qual todas as demais estão subordinadas. Diz a tese 23 que os objetivos nacionais da revolução adquiriram caráter primordial. Na prática, as Teses colocam esses objetivos nacionais como primordiais em toda a etapa da revolução. Separam assim mecanicamente a contradição com o imperialismo e seus agentes da contradição com os latifundiários. É uma conclusão falsa, errônea. Por razões históricas, e também fundamentalmente devido ao atraso do movimento camponês, agravou-se a contradição com o imperialismo. Desenvolveu-se mais rapidamente a luta anti-imperialista em boa parte porque, também, neste aspecto, deu mais atenção a esse movimento enquanto subestimou o movimento camponês não havendo até hoje de nossa parte nenhuma decisão importante sobre o mesmo. Admito que assumo o primeiro plano a luta anti-imperialista. Esta é uma realidade, mas não por uma contradição que assumo o papel principal em toda a etapa atual da revolução brasileira. Tal se dá apenas durante certo período, devido em boa parte a fatores subjetivos. O atraso do movimento camponês, do aspecto da luta anti-imperialista, é motivo de autocrítica de todos nós, dirigentes e militantes comunistas, pois temos subestimado nosso trabalho entre as massas camponesas. A contradição entre os camponeses e os latifundiários é latente e explode a cada momento, sob as mais variadas formas de luta, inclusive de choques armados, principalmente entre posseiros e grileiros nos vários pontos do país, havendo mesmo

regiões em que os camponeses dominam como é o caso de Formosa. Se o movimento camponês não progredir em condições tão favoráveis como as atuais se deve, em grande medida, a nós mesmos, ao partido político do proletariado que não levanta com vigor as reivindicações das massas do campo, particularmente a reforma agrária. Aliás, deve-se ressaltar, que na Declaração de março retiramos a palavra de ordem de reforma agrária, passando a lutar apenas por medidas de reforma agrária, num momento em que se trava uma acirrada luta pela direção das massas. Todos os partidos políticos e a Igreja Católica levantam a bandeira da reforma agrária, cada um a seu modo, é evidente, enquanto o nosso Partido, que sempre manteve erguida essa palavra de ordem, retirou-a, restabelecendo a resolução de janeiro de 1959, mas sem fazer a necessária autocrítica da Declaração. Ao contrário, apresentou a palavra de ordem de reforma agrária como a mesma coisa que medidas de reforma agrária.

Essa posição não é casual. As Teses afirmam: «A fim de manter e ampliar suas posições no Brasil, o imperialismo norte-americano conta com o apoio de setores de latifundiários e capitalistas, os quais, por sua vez, apoiam-se nos monopólios estrangeiros para assegurar seus privilégios.» (Tese 24 — o grifo é meu, CD). Assim, os sustentáculos do imperialismo são apenas setores de latifundiários e de capitalistas... Seria significar apenas parte, no caso concreto, aquela que precisa ser liquidada. Mas, em outro trecho, as Teses falam em eliminar os latifundiários como classe. Com qual das duas? Esse é ecletismo típico. Como classe, os latifundiários são o passado, o reacionário, um dos sustentáculos da dominação imperialista a quem está ligada particularmente através da venda dos produtos agrícolas no mercado externo. Mantêm em suas mãos o monopólio da propriedade sobre a terra, enquanto milhões e milhões de camponeses, que constituem a maioria da população, não têm terra ou a possuem em quantidade insuficiente. Um dos maiores marcanetes do campo brasileiro é o camponês sem terra. Para a vitória completa da revolução brasileira é necessário mobilizar essa maioria da po-

pulação, que só se levantará se o proletariado a ajudar, em primeiro lugar postulando sua reivindicação mais sentida: a terra. Mas tomá-la de quem? Apenas dos setores de latifundiários ou dos mesmos como classe, em seu conjunto?

É correto e necessário distinguir as contradições, não colocar todas no mesmo plano. Mas é errado separar as contradições de forma mecânica, trazer um esquema rígido sobre as mesmas, principalmente no que se refere às contradições básicas, fundamentais, tentar resolvê-las separadamente. As contradições são todas um complexo, condicionam-se umas às outras. Algumas devem ser resolvidas radicalmente na atual etapa histórica (no caso concreto, as duas fundamentais) e outras tratadas adequadamente, sem amortecer a luta de classes. Isso é fundamental para a própria mobilização das massas pela solução das tarefas que a história nos coloca em cada momento.

A revolução anti-imperialista e antifeudal só poderá tornar-se vitoriosa como fruto da ação das massas, se a luta anti-imperialista e o movimento camponês marcharem juntos, embora hoje este movimento esteja atrasado, o que é um sério perigo para a própria luta anti-imperialista.

A mobilização, a luta, a unidade e a organização dos camponeses não só é indispensável para a vitória da revolução em sua etapa atual, mas também com vistas ao futuro. A questão da hegemonia do proletariado é, fundamentalmente, o problema da aliança operária-camponesa. Sózinho o proletariado não terá força para ser o dirigente da revolução, só poderá marchar a reboque da burguesia. O fundamental na questão da hegemonia na revolução é saber a quem segue o campesinato, a burguesia ou o proletariado. É fundamental, agora e não depois, realizar a aliança entre os explorados: operários e camponeses para que a frente única tenha base de massa estável e seja consequente sob pressão das próprias massas, dirigidas pelo proletariado. Isto não significa primeiro fazer a aliança operário-camponesa para depois buscarmos a aliança com a burguesia nacional, na medida das possibilidades, aproveitar essa aliança para ir ao campo, mobilizar as massas camponesas, organizá-las sob a direção po-

lítica do proletariado.

Como se coloca nas Teses, substituíma-se a questão camponesa e problema básico da direção da revolução em sua atual etapa e da própria constituição, amplitude e consequência da frente única.

A questão da frente única

As Teses confundem a questão da frente única nacionalista e democrática, força social capaz de realizar de forma radical as tarefas da atual etapa da revolução brasileira, com as alianças temporárias, necessárias e úteis, e bem verdade, mas inconseqüentes, com setores de latifundiários que têm contradições com o imperialismo e grupos de capitalistas ligados a grupos rivais dos imperialistas norte-americanos. Partindo de uma análise errada que considera como apoio do imperialismo apenas setores de latifundiários e de capitalistas, quando analisa as forças que podem compor a frente única as Teses cometem um erro grave. «Em vista da existência de objetivos nacionais e democráticos na luta atual do povo brasileiro, são extremamente diversas quanto ao seu caráter de classe as forças sociais que podem ser mobilizadas. Incluem o proletariado, os camponeses, a pequena burguesia urbana, a intelectualidade, a burguesia e, em certas circunstâncias, setores de latifundiários e grupos capitalistas ligados a monopólios imperialistas rivais dos consórcios norte-americanos.» (Tese 26). Do ponto de vista tático, de forma temporária e em torno de problemas concretos setores de latifundiários e de capitalistas ligados a grupos rivais dos consórcios americanos podem lutar contra o imperialismo norte-americano. Mas as Teses incluem a burguesia (e no caso, em bloco, sem especificar se se trata da burguesia nacional) e setores de latifundiários como forças da frente única. Esses setores poderão aderir temporariamente à frente única, mas à medida que esta se radicalizar, principalmente com a participação de massas, vacilarão, recuarão e procurarão chegar a um acordo com o imperialismo. Não são for-

ças que marcharão na frente única em toda a etapa anti-imperialista e antifeudal, pois a unidade do proletariado, camponês, da pequena burguesia urbana, da intelectualidade e da burguesia nacional visa justamente liquidar a dominação imperialista e os restos feudais de forma radical e não apenas setores de latifundiários que constem o apoio do imperialismo. O marchar em toda a etapa com forças que necessitam ser batidas e derrotadas? Digamos aos latifundiários: mos apenas contra setores de classe e os camponeses nos virar costas.

A frente única que se esboça através da Frente Parlamentar Nacionalista, dos setores nacionalistas das forças armadas, entre os intelectuais, operários, camponeses, etc. é instável e tem base de massas. Isso se deve a que os nacionalistas não levantam as reivindicações das massas e mesmo no Partido não as defende com firmeza. A decisão como ocorre com os Projetos de lei de greve, da Previdência Social e outras que beneficiam os operários e os camponeses. A pretexto de se obter a unidade da frente única há de camarádas que temem levantar as reivindicações populares ou dar-lhes consequência nas lutas. Vem só o aspecto da unidade na frente única e esquecem da luta. Há outros que só vêm a luta e esquecem a unidade. Unidade e luta são dois momentos de um só processo dialético que deve ser levado com vistas a fortalecer e ampliar a frente única, processo inconcebível se não visar dar base de massas à aliança estabelecida.

Mesmo as ressalvas feitas nas Teses sobre a inconseqüência das diferentes forças da frente única não defendem o fato de que se confunde a frente única necessária para cumprir com êxito as tarefas da revolução anti-imperialista e antifeudal com as alianças temporárias, inconseqüentes, com setores que, objetivamente, se colocam ao lado da dominação imperialista e em defesa de seus privilégios de classe.

As Teses, assim, constituem um documento de difícil compreensão, eclético, oportunista de direita e reformista em sua essência que se manifesta também ao examinar o problema do poder pelo qual lutamos e o caminho para atingirmo.

GUINÉ, 1960

Reunião de Jovens no Mais Jovem Estado

de MARCO ANTÔNIO COELHO, enviado especial de NR
Primeira de uma série de reportagens

No mês de março, em Conakry, capital da República da Guiné, realizou-se a reunião do Comitê Executivo da Federação Mundial da Juventude Democrática. Nesta assembléia participaram representantes das organizações juvenis de 40 países da Europa, Ásia, África e América. Encontraram-se na Guiné delegados dos países capitalistas da Europa Ocidental, como França, Itália (socialistas e comunistas), Inglaterra, Bélgica, Holanda, etc; dos países de democracia popular e da U.R.S.S.; de diversas nações latino-americanas, como Venezuela, Chile, Cuba, Argentina, etc. O aspecto novo daquele encontro, além do fato de ser realizado num país africano, que recentemente conquistou a sua independência, era a participação ativa e entusiasmada de jovens de mais de uma dezena de nações do Continente Negro. Representações dos países árabes, como Egito, Tunísia, Argélia e Marrocos; delegados da África Negra, como Senegal, do Sudão francês e inglês, Togo, Camerun, Guiné, República de Gana, Kênia, Angola, Guiné Portuguesa, Congo Belga, ilha de Madagascar, etc. Por isso, a reunião do Comitê Executivo da F.M.J.D. tornou-se um verdadeiro Fórum da Juventude Africana.

pedes oficiais da República, porque o seu governo desejava homenagear a organização da juventude mundial que tanto apoio havia prestado à causa da independência da Guiné. Os participantes do conclave tiveram igualmente a oportunidade de visitar diversas regiões pais, além de tomarem parte em vários atos em Conakry, promovidos pelo governo e pela secção da Guiné da «Juventude da Reunião Democrática Africana».

Seminário e grande desfile da Juventude

Os delegados, na véspera da instalação dos trabalhos do Comitê Executivo da F.M.J.D., levaram a efeito um seminário, onde os representantes de Cuba, da França, da U.R.S.S., de Kenia, da Argélia e China, fizeram uma exposição sobre os problemas de suas pátrias para 200 dirigentes da Juventude Democrática da Guiné. No dia 27 houve dois grandes desfiles das jovens de Conakry, comemorando o 2º aniversário da sua organização. Milhares de jovens, que desfilaram ostentando bandeiras e flâmulas, ouviram a palavra de Piero Pierali, presidente da F.M.J.D.

No dia 25, pela manhã, no edifício da Bolsa do Trabalho realizou-se a sessão inaugural solene, que contou com a presença de uma delegação do governo e do Partido Democrático da Guiné, chefiada pelo sr. Ismail Touré, membro do Birô Político do P.D.G. e

Ministro de Trabalhos Públicos, que fez a saudação aos representantes de 40 países. Durante quatro dias os delegados discutiram os documentos e propostas elaborados pelo Birô da Federação, notadamente o informe de Piero Pierali, a respeito do papel e da atividade da F.M.J.D. na nova situação internacional, pelo desenvolvimento da cooperação entre as organizações da juventude e da contribuição da nova geração à causa do desarmamento e da coexistência pacífica. Além disto, estudou-se amplamente o informe do secretário-geral adjunto da F.M.J.D., Cheik Bara Lô, sobre a solidariedade mundial da juventude e a luta africana pela independência e a unidade dos seus povos.

Principais resoluções adotadas pela F.M.J.D.

A reunião de Conakry foi extremamente fecunda para a F.M.J.D., pelas novas e importantes decisões que ali foram tomadas. Decidiu o Comitê Executivo enviar à Organização das Nações Unidas, ao «Comitê dos 10 países» de Genebra e aos governos de todos os países, um memorandum sobre o problema do desarmamento mundial de acordo com os sentimentos e aspirações da juventude do mundo.

Examinando a situação dos países da América Latina, o Comitê Executivo lançou um chamamento às organizações filiadas para apoiarem decididamente a luta que nossos povos, notadamente o de Cuba, travam contra o imperialismo norte-americano. Em relação ao Brasil, diz o documento: «Oferecemos todo o nosso apoio à Juventude brasileira que luta incessantemente pela total independência e o progresso de seu país, particularmente no momento em que se desencadeiam violências policiais contra as organizações e estudantes, que realizam uma grande campanha pela reforma democrática do ensino e contra a alta das taxas escolares».

Ampliação das atividades da F.M.J.D.

Aprovou-se a proposta de serem criadas no seio da F.M.J.D. dois comitês. O primeiro, para fomentar o turismo juvenil em todos os países e, o segundo, o de Esportes, que se encarregará de promover competições desportivas, de acordo com um programa elaborado por uma Conferência Anual Esportiva.

Outra decisão importante foi o estabelecimento do estatuto dos membros-observadores permanentes na Federação. Assim, várias organizações, que não sejam filiadas à F.M.J.D., poderão agora manter observadores permanentes em sua sede, recebendo regularmente os materiais e publicações das diversas seções da entidade mundial, de acordo com um protocolo bilateral a ser assinado entre a organização interessada e a F.M.J.D.

O próximo Festival e o Fórum Mundial da Juventude

No estudo dos próximos encontros internacionais, o Comitê Executivo examinou a convocação do Fórum Mundial da Juventude e o 8º Festival pela Paz e a Amizade. Ofereceu a F.M.J.D. a sua colaboração à iniciativa do Comitê das Organizações Juvenis da União Soviética que convidou diversas personalidades de todo o mundo para estruturarem um Comitê Internacional de Patrocínio do Fórum, programado para o verão do próximo ano, em Moscou.

A sede do próximo Festival foi outro assunto discutido em Conakry. Informou o Birô da F.M.J.D. que existem em estudo as proposições para que o Festival seja feito na Itália, na Finlândia, na Inglaterra e no Ceilão. A decisão definitiva, porém, caberá ao Comitê Internacional Preparatório que de verá ser constituído no início do próximo ano.

A recepção oferecida pelo Presidente Sekou Touré

A sessão solene de encerramento realizou-se na sede nacional do Partido Democrático da Guiné, com a presença do Presidente Sekou Touré, de vários Ministros de Estado e de elementos do Birô Político do P.D.G. Nesta ocasião, o grande líder do povo da Guiné fez uma exposição da política internacional do seu país, que acima de tudo propugna pela independência de todos os povos da África, contra o colonialismo e pela paz. Saudando a F.M.J.D., Sekou Touré, fez referências à ajuda que o seu país tinha recebido da Federação. Após falar o presidente da entidade — Piero Pierali — algumas delegações fizeram entrega de presentes ao primeiro mandatário da Guiné. Em seguida, teve início a recepção oficial oferecida pelo Presidente e sua esposa.

Todos os trabalhos do Comitê Executivo foram cercados pelo maior interesse da população da capital da Guiné, que vivendo agora grande atividade política, acompanhava com atenção tudo o que faziam e discutiam os delegados, procurando saber o máximo sobre a vida e a situação das organizações que se fizeram representar no conclave de Conakry.

História do Movimento Operário

No número anterior e também neste não aparece a seção «História do Movimento Operário». O redator responsável pela sua elaboração viajou e, ao seu retorno reiniciaremos normalmente a publicação.



Homenagem a Lenin

Perante um auditório de centenas de pessoas, que lotava o grande salão de conferências da ABL, o dirigente comunista Jacob Gorender (foto) pronunciou uma palestra, no dia 22 de abril último, sobre «A contribuição de Lenin ao marxismo». A conferência fez parte das comemorações do 90º aniversário de Vladimir Ilitch Lenin, criador do Partido Comunista da União Soviética e do Estado soviético, guia e mestre do proletariado de todo o mundo.

dinária capacidade de aplicar o marxismo, de modo criador, às condições peculiares da Rússia, afirmando por fim que as idéias leninistas, já triunfantes em mais de uma terça parte do globo, inspiram e orientam as lutas dos povos dos países capitalistas e dependentes em sua luta pela paz, a independência, a democracia e o socialismo.

Ressaltou o conferencista alguns dos aspectos mais salientes da fecunda obra de Lenin, particularmente a sua extraor-

A reunião, presidida pelo escritor Astrojildo Pereira, fundador do Partido Comunista do Brasil, foi precedida de projeção de um documentário, de beleza impressionante, acerca das festividades do 10º aniversário da República Popular Chinesa em Pequim.

Teoria e Prática

O Poder Unificador da Classe Operária

Resposta ao leitor Adalberto Sena Magalhães (Fortaleza — Ceará)

Pergunta o leitor: quais os motivos que nos levam a afirmar ser o proletariado a classe que, mais do que qualquer outra, tem condições para unificar as diferentes forças nacionalistas e democráticas na atual etapa da revolução brasileira?

O proletariado é, em qualquer etapa da revolução, a classe que tem condições para congregar as diferentes forças interessadas no progresso social, organizá-las e impulsionar de modo firme e consequente a sua luta. Isso decorre da própria posição historicamente ocupada pela classe operária na sociedade. Privada dos meios de produção, não exercendo nenhum tipo de exploração ou opressão ao contrário, sendo oprimida e explorada) a classe operária, orientando-se pela ideologia do socialismo e do comunismo, tem interesse em que sejam suprimidos os obstáculos que se opõem ao avanço das forças produtivas e que as conquistas do progresso humano, em todos os terrenos, beneficiem o conjunto da sociedade. A libertação do proletariado é, por isso, a libertação de toda a sociedade.

Em nosso país, na fase atual da revolução (nacional e democrática, anticolonialista e antiféudal), o proletariado é a classe capaz de aglutinar na frente única nacionalista e democrática as classes e camadas interessadas na libertação nacional e na conquista e ampliação dos direitos democráticos para o povo. Pelo motivo essencial a que nos referimos acima, o proletariado brasileiro não defende qualquer interesse que se oponha aos interesses gerais da nação. Ao contrário do que acontece com a burguesia que, embora participando na frente única e tendo um papel de importância na luta anticolonialista, não deixa de ser uma classe exploradora, que reivindica para si os frutos do trabalho de nosso povo, chocando-se assim, inevitavelmente, com os interesses sociais da maioria da nação. É o proletariado, portanto, a classe que está destinada, historicamente, a aglutinar todas as forças sociais progressistas numa frente comum anticolonialista e democrática, podendo atrair para ela o apoio e a participação das grandes massas populares e dar-lhe firmeza e consequência.

Os objetivos e as palavras-de-ordem da burguesia na frente única são sempre limitados, apesar do considerável papel que essa classe pode desempenhar na luta anticolonialista. Eles vêm sempre marcados pela circunstância de ser a burguesia uma classe exploradora, que coloca os seus interesses exclusivos acima dos interesses gerais da nação e, por isso mesmo, tende a conciliar com o imperialismo sempre que isso convenha à sua sede, de lucro.

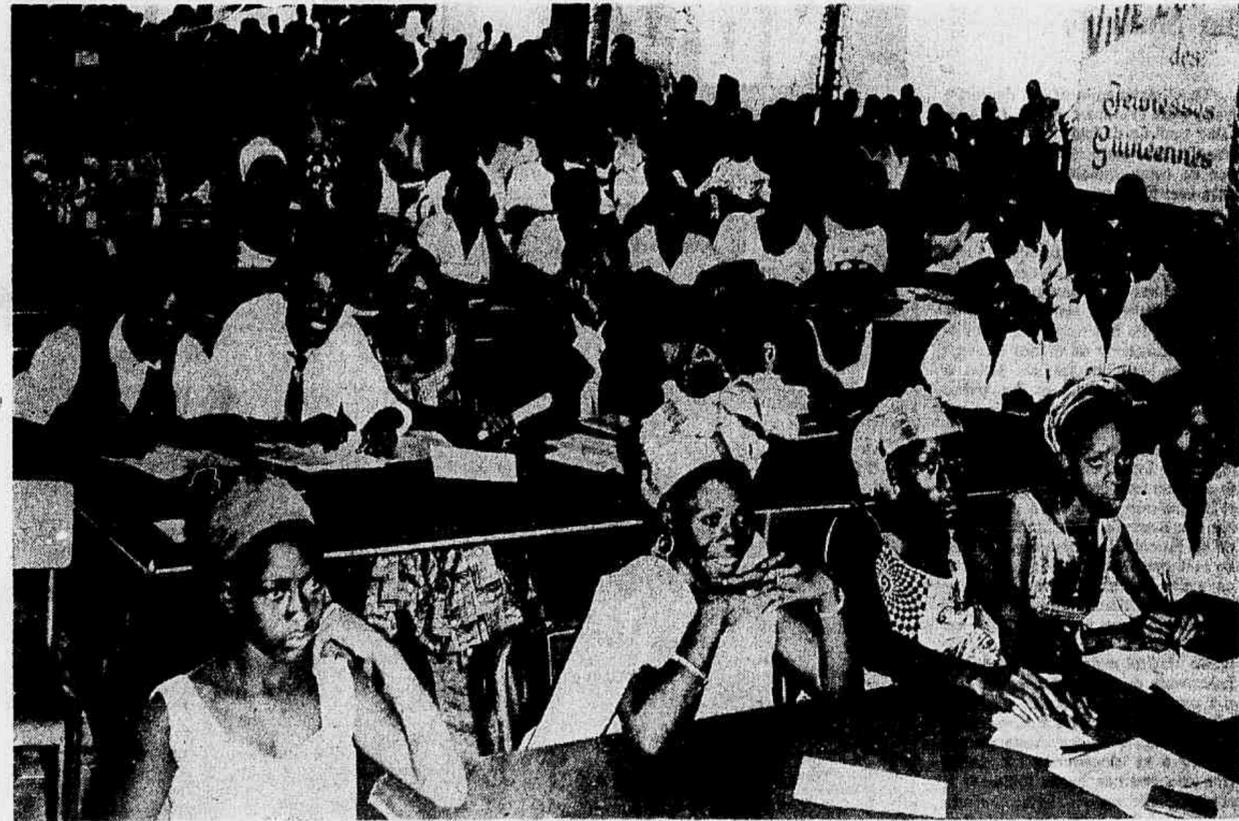
Os objetivos e as palavras-de-ordem do proletariado, ao contrário, nada têm de exclusivos. Há uma perfeita identificação entre os interesses específicos da classe operária e os interesses da imensa maioria da nação. Não existe nenhum grupo social que seja sacrificado pelo proletariado. Não tendo nenhum objetivo de lucro ligado à propriedade de empresa, etc., o proletariado não tem, consequentemente nenhum motivo para conciliar com o imperialismo. Interessado, isso sim, aprofundar cada vez mais a luta pela nossa libertação em face do imperialismo — condição para que possa o país avançar firmemente pelo caminho do desenvolvimento independente, seja assegurada uma ampla democracia e elevadas as condições de vida do povo.

Essa condição que tem a classe operária de aglutinar na frente única todas as demais classes e forças anticolonialistas e democráticas, só se converte na direção concreta da classe operária à medida que as massas, pela sua própria experiência, se convencem da necessidade e da justiça da hegemonia do proletariado e se dispõem a marchar efetivamente sob suas palavras-de-ordem.



Praça de esportes para a juventude

Os delegados de 40 países ficaram conhecendo o extraordinário trabalho da Juventude Democrática da Guiné pelo progresso de seu país. Na foto, um aspecto do início da construção de uma praça de esportes com o trabalho voluntário dos moços e moças.



Povos que despertam

Os dirigentes da seção da Guiné da «Juventude da Reunião Democrática da África» participaram intensamente dos trabalhos do Comitê Executivo da F.M.J.D., procurando conhecer de perto a situação da juventude nos vários continentes. Pela primeira vez tinham a oportunidade de assistirem a uma reunião internacional, que tinha como principal objetivo manifestar a solidariedade da F.M.J.D. à luta dos povos africanos.

Bandeiras do Trabalhador Saudaram o 1º de Maio



Sette Câmara mandou o capitão

O embaixador Sette Câmara, governador do novo Estado da Guanabara, não pôde comparecer às comemorações do Dia Primeiro de Maio, realizadas no Palácio do Metalúrgico, mas enviou o seu representante, o capitão Martins, que se vê ao lado do líder sindical Benedito Cerqueira. O ato do Palácio do Metalúrgico foi organizado pela Comissão Permanente das Organizações Sindicais do Estado da Guanabara, e contou com a participação de milhares de trabalhadores de todas as categorias profissionais, que comemoraram independentemente a sua data máxima. O sr. João Goulart, vice-presidente da República, esteve representado pelo sr. Waldemar Rodrigues, presidente da CAPFESP.



Prestes esteve presente

O ex-senador Luiz Carlos Prestes foi delirantemente aplaudido pelos trabalhadores e suas famílias que lotavam o grande auditório do Palácio do Metalúrgico, participando das comemorações do Dia Primeiro de Maio. Prestes saudou os trabalhadores cariocas que ali estavam representados relembrando a sua condição de antigo combatente revolucionário, empenhado desde a sua juventude na luta pela emancipação da classe operária. Salientando os êxitos alcançados pelos trabalhadores dos países socialistas e de democracia popular, o querido líder comunista encerrou o seu discurso enviando uma saudação fraternal ao proletariado de todo o Brasil.



Os candangos compareceram

O Presidente da Associação Profissional dos Motoristas de Brasília (foto) compareceu ao Palácio do Metalúrgico para transmitir aos trabalhadores cariocas a saudação fraternal dos candangos.

Festa no Sindicato

Os alfaiates cariocas que dançaram muito neste Primeiro de Maio, têm uma velha tradição de luta. Em outras épocas eles juntaram o seu sangue ao sangue de outros trabalhadores nos choques com as forças policiais que proibiam à bala as comemorações do Dia do Trabalhador. Hoje, vivendo novos dias, os alfaiates, os bancários, os metalúrgicos, os gráficos e operários de outros setores profissionais, comemoraram o Primeiro de Maio promovendo grandes bailes nas sedes dos seus sindicatos, festejando as vitórias alcançadas pelos trabalhadores de todo o mundo, particularmente os dos países socialistas e de democracia popular, que se libertaram da exploração do homem pelo homem. Mas a principal comemoração dos trabalhadores do Estado da Guanabara foi o ato central, convocado pela Comissão Permanente das Organizações Sindicais, e realizado no Palácio do Metalúrgico. Nesse ato, que contou com a participação de representantes de todos os trabalhadores cariocas, o líder têxtil Hercules Corrêa dos Reis apresentou, em nome da CPOSEG, um estudo sobre a real situação do movimento sindical carioca, analisando objetivamente as causas pelas quais não são cumpridas inúmeras das resoluções adotadas nos conclaves sindicais. Cita, o documento, que o movimento sindical cresceu e se desenvolveu na cúpula, mas estagnou nas bases. Criticando a escassa participação dos trabalhadores na luta efetiva pelas suas reivindicações, os líderes sindicais salientam que a batalha agora deve ser travada para incentivar a atividade sindical nas fábricas e nos locais de trabalho, como única forma de fazer viável o programa de ação dos trabalhadores.

NOVOS RUMOS



Grevistas fazem passeata

Os trabalhadores dos municípios fluminenses de Niterói e São Gonçalo comemoraram o Primeiro de Maio realizando uma grande passeata pelas ruas de Niterói, rumo ao Palácio do Ingá, exigindo do Governador a encampação da CBEE, subsidiária da Bond and Share. Participaram da manifestação os rodoviários e empregados em energia elétrica, que estavam em greve desde o dia 15 de maio.